

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	20
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	107
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	108
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	111
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	112

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

113

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	606.850
Preferenciais	0
Total	606.850
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,54447

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	9.552.393	9.354.049
1.01	Ativo Circulante	1.302.906	1.382.630
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	757.592	902.262
1.01.03	Contas a Receber	338.394	211.836
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	338.394	211.836
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	333.449	208.394
1.01.03.02.02	Títulos a receber	4.945	3.442
1.01.06	Tributos a Recuperar	103.841	163.763
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	103.841	163.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.079	104.769
1.01.08.03	Outros	103.079	104.769
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	222	222
1.01.08.03.03	Empréstimos a receber	48.503	50.773
1.01.08.03.04	Outros créditos	54.354	53.774
1.02	Ativo Não Circulante	8.249.487	7.971.419
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	424.850	458.002
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	105.811	98.122
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	105.811	98.122
1.02.01.03	Contas a Receber	23.497	23.181
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.497	23.181
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	295.542	336.699
1.02.01.09.03	Adiantamento para futuros aumentos de capital	5.220	64.600
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	7.222	5.923
1.02.01.09.05	Empréstimos a receber	278.066	261.189
1.02.01.09.06	Outros créditos	5.034	4.987
1.02.02	Investimentos	7.781.639	7.473.122
1.02.02.01	Participações Societárias	7.776.639	7.468.122
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.000	5.000
1.02.03	Imobilizado	24.849	24.116
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.735	14.554
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	10.114	9.562
1.02.04	Intangível	18.149	16.179
1.02.04.01	Intangíveis	18.149	16.179
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	5.867	7.265
1.02.04.01.03	Intangível em operação	12.282	8.914

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	9.552.393	9.354.049
2.01	Passivo Circulante	686.984	772.337
2.01.02	Fornecedores	12.145	13.161
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.145	13.161
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.390	82.855
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.111	81.223
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.111	81.223
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	279	1.632
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	364.690	372.526
2.01.04.02	Debêntures	364.690	372.526
2.01.05	Outras Obrigações	301.644	303.683
2.01.05.02	Outros	301.644	303.683
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	284.653	284.653
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	16.991	19.030
2.01.06	Provisões	115	112
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	115	112
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	115	112
2.02	Passivo Não Circulante	1.074.105	1.058.406
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	839.628	823.173
2.02.01.02	Debêntures	839.628	823.173
2.02.02	Outras Obrigações	37.037	36.918
2.02.02.02	Outros	37.037	36.918
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	32.456	33.027
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	4.581	3.891
2.02.03	Tributos Diferidos	183.516	184.668
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	183.516	184.668
2.02.04	Provisões	13.924	13.647
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.375	12.478
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.664	4.385
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.711	8.093
2.02.04.02	Outras Provisões	2.549	1.169
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	2.549	1.169
2.03	Patrimônio Líquido	7.791.304	7.523.306
2.03.01	Capital Social Realizado	4.682.716	4.682.716
2.03.02	Reservas de Capital	129.995	129.541
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.611	-5.958
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.892	60.649
2.03.02.09	Opções de ações outorgadas	859	189
2.03.02.10	Outras Reservas de Capital	38.504	39.310
2.03.04	Reservas de Lucros	3.065.860	3.065.860
2.03.04.01	Reserva Legal	329.264	329.264
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.736.596	2.736.596
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	276.757	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-364.024	-354.811

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/Resultados Abrangentes de Subsidiárias	-364.024	-354.811

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.817	3.657	790	1.742
3.03	Resultado Bruto	1.817	3.657	790	1.742
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	145.504	277.838	103.186	499.210
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.960	-58.278	-23.328	-48.666
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-27.238	-52.938	-21.160	-44.325
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-2.722	-5.340	-2.168	-4.341
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	278.139
3.04.04.01	Ganho na aquisição/alienação de investimento	0	0	0	278.139
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-254	-147	-4.516	-4.994
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	175.718	336.263	131.030	274.731
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	147.321	281.495	103.976	500.952
3.06	Resultado Financeiro	-5.899	-5.099	-20.619	-54.765
3.06.01	Receitas Financeiras	32.338	79.789	41.379	70.981
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.237	-84.888	-61.998	-125.746
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	141.422	276.396	83.357	446.187
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	576	361	14.489	-46.280
3.08.01	Corrente	0	-791	13.917	-47.423
3.08.02	Diferido	576	1.152	572	1.143
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	141.998	276.757	97.846	399.907
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	141.998	276.757	97.846	399.907
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,23399	0,45606	0,20572	0,84079
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,23088	0,45022	0,19687	0,80461

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	141.998	276.757	97.846	399.907
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.864	-9.213	-8.525	-20.669
4.02.04	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	-7.864	-9.213	-8.525	-20.669
4.03	Resultado Abrangente do Período	134.134	267.544	89.321	379.238

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-26.299	-39.809
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.383	-14.849
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	276.396	446.187
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	5.339	4.342
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	-18.396	-27.412
6.01.01.06	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	68.225	117.486
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.907	3.081
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	-976	-951
6.01.01.09	Participações societárias	-336.263	-274.731
6.01.01.10	Ganhos com investimentos	0	-278.139
6.01.01.11	Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	0	-4.708
6.01.01.12	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-217	0
6.01.01.13	Outros	602	-4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.916	-24.960
6.01.02.01	Cauções e depósitos vinculados	-1.082	-616
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-14.517	66.848
6.01.02.03	Outros ativos operacionais	-557	-113
6.01.02.04	Fornecedores	-1.016	-7.823
6.01.02.05	Outros tributos e contribuições sociais	-1.388	-75.317
6.01.02.07	Provisões	-3.010	-1.251
6.01.02.08	Outros passivos operacionais	-1.346	-6.688
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.381	644.253
6.02.01	Recebimento por alienação de investimento	0	355.221
6.02.02	Dividendos recebidos	105.544	573.376
6.02.03	Títulos recebidos	3.442	4.546
6.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	-5.486	-12.342
6.02.05	Aumento de capital em subsidiárias	-133.336	-230.663
6.02.06	Empréstimos a receber	3.789	-32.385
6.02.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	-21.334	-13.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-70.990	796.518
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	242.903
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-550.000
6.03.04	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-71.580	-96.299
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.499.525
6.03.06	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-300.340
6.03.08	Alienação de ações em tesouraria	590	729
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-144.670	1.400.962
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	902.262	63.653
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	757.592	1.464.615

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.682.716	129.541	3.065.860	0	-354.811	7.523.306
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.682.716	129.541	3.065.860	0	-354.811	7.523.306
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	454	0	0	0	454
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	670	0	0	0	670
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-806	0	0	0	-806
5.04.10	Alienação de ações de tesouraria - Plano de remuneração baseado em ações	0	590	0	0	0	590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	276.757	-9.213	267.544
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	276.757	0	276.757
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.213	-9.213
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	-9.213	-9.213
5.07	Saldos Finais	4.682.716	129.995	3.065.860	276.757	-364.024	7.791.304

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.182.716	133.103	2.729.258	0	-233.423	5.811.654
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.182.716	133.103	2.729.258	0	-233.423	5.811.654
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.499.447	0	0	0	1.499.447
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-807	0	0	0	-807
5.04.09	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	0	1.499.525	0	0	0	1.499.525
5.04.10	Alienação de ações de tesouraria - Plano de remuneração baseado em ações	0	729	0	0	0	729
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	399.907	-20.669	379.238
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	399.907	0	399.907
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20.669	-20.669
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	-20.669	-20.669
5.07	Saldos Finais	3.182.716	1.632.550	2.729.258	399.907	-254.092	7.690.339

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	10.987	290.492
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.847	1.800
7.01.02	Outras Receitas	1.654	275.613
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.486	12.342
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	737
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.874	-37.365
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.841	-26.458
7.02.04	Outros	-6.033	-10.907
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-6.033	-10.907
7.03	Valor Adicionado Bruto	-22.887	253.127
7.04	Retenções	-5.340	-4.341
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.340	-4.341
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-28.227	248.786
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	419.436	348.713
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	336.263	274.731
7.06.02	Receitas Financeiras	83.173	73.982
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	391.209	597.499
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	391.209	597.499
7.08.01	Pessoal	20.456	19.854
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.040	17.302
7.08.01.02	Benefícios	3.073	1.403
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.343	1.149
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.336	52.549
7.08.02.01	Federais	5.545	51.892
7.08.02.02	Estaduais	26	18
7.08.02.03	Municipais	765	639
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.660	125.189
7.08.03.01	Juros	84.888	125.746
7.08.03.02	Aluguéis	2.772	-557
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	276.757	399.907
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	276.757	399.907

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	19.330.487	19.243.826
1.01	Ativo Circulante	4.610.498	4.663.745
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.027.594	2.017.709
1.01.03	Contas a Receber	1.840.980	1.696.650
1.01.03.01	Clientes	1.840.642	1.696.312
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	338	338
1.01.03.02.03	Dividendos a receber	338	338
1.01.04	Estoques	143.109	129.997
1.01.06	Tributos a Recuperar	302.742	426.147
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	302.742	426.147
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	296.073	393.242
1.01.08.03	Outros	296.073	393.242
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	3.307	11.115
1.01.08.03.02	Tributos diferidos	25.785	37.390
1.01.08.03.03	Empréstimos a receber	48.503	50.773
1.01.08.03.05	Ativos financeiros setoriais	25.047	58.662
1.01.08.03.06	Outros créditos	193.431	235.302
1.02	Ativo Não Circulante	14.719.989	14.580.081
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.305.081	3.245.164
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	105.811	98.122
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	105.811	98.122
1.02.01.03	Contas a Receber	100.722	106.513
1.02.01.03.01	Clientes	100.722	106.513
1.02.01.06	Tributos Diferidos	905.770	916.507
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.192.778	2.124.022
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais	118.215	107.185
1.02.01.09.04	Adiantamento para futuros aumentos de capital	0	64.600
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	196.993	188.592
1.02.01.09.06	Ativo financeiro indenizável	1.781.881	1.653.978
1.02.01.09.08	Ativos financeiros setoriais	7.152	12.701
1.02.01.09.09	Empréstimos a receber	20.059	17.640
1.02.01.09.10	Outros créditos	68.478	79.326
1.02.02	Investimentos	1.388.215	1.193.810
1.02.02.01	Participações Societárias	1.375.762	1.181.259
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	12.453	12.551
1.02.03	Imobilizado	7.315.310	7.423.871
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.954.289	7.071.628
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	361.021	352.243
1.02.04	Intangível	2.711.383	2.717.236
1.02.04.01	Intangíveis	2.637.286	2.643.139
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	325.439	319.945
1.02.04.01.03	Intangível em Operação	2.311.847	2.323.194
1.02.04.02	Goodwill	74.097	74.097

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	19.330.487	19.243.826
2.01	Passivo Circulante	3.766.004	3.975.605
2.01.02	Fornecedores	1.161.680	1.123.578
2.01.03	Obrigações Fiscais	323.925	453.591
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	151.590	275.691
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	73.234	70.247
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	78.356	205.444
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	170.297	173.641
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.038	4.259
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.172.468	1.072.100
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	448.507	378.169
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	446.905	376.007
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.602	2.162
2.01.04.02	Debêntures	723.961	693.931
2.01.05	Outras Obrigações	923.696	1.136.734
2.01.05.02	Outros	923.696	1.136.734
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	350.197	368.709
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	165.542	204.690
2.01.05.02.05	Uso do bem público	29.350	29.502
2.01.05.02.06	Tributos diferidos	471	365
2.01.05.02.07	Passivos financeiros setoriais	218.998	353.527
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	159.138	179.941
2.01.06	Provisões	184.235	189.602
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43.218	52.735
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	34.316	34.933
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	757	278
2.01.06.01.07	Outras	8.145	17.524
2.01.06.02	Outras Provisões	141.017	136.867
2.01.06.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	12.211	13.446
2.01.06.02.05	Ressarcimento por indisponibilidade	123.281	120.088
2.01.06.02.06	Contraprestação contingente	5.525	3.333
2.02	Passivo Não Circulante	6.283.036	6.283.163
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.417.728	4.498.955
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.799.178	2.110.907
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.572.776	1.884.144
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	226.402	226.763
2.02.01.02	Debêntures	2.618.550	2.388.048
2.02.02	Outras Obrigações	562.173	498.867
2.02.02.02	Outros	562.173	498.867
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	3.892
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais	51.344	51.072
2.02.02.02.05	Encargos setoriais	32.495	18.896
2.02.02.02.06	Uso do bem público	276.677	287.354
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	173.438	109.434
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	28.219	28.219
2.02.03	Tributos Diferidos	336.352	339.829

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04	Provisões	966.783	945.512
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	876.502	828.720
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.618	2.594
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	89.289	82.731
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	629.492	599.715
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	118.763	107.614
2.02.04.01.07	Outras	36.340	36.066
2.02.04.02	Outras Provisões	90.281	116.792
2.02.04.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	28.286	31.356
2.02.04.02.06	Provisão para passivo a descoberto	2.549	1.169
2.02.04.02.07	Provisão para desmantelamento	8.634	8.370
2.02.04.02.08	Ressarcimento por indisponibilidade	36.623	56.956
2.02.04.02.09	Contraprestação contingente	14.189	18.941
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.281.447	8.985.058
2.03.01	Capital Social Realizado	4.682.716	4.682.716
2.03.02	Reservas de Capital	129.995	129.541
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.611	-5.958
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.892	60.649
2.03.02.09	Opções de ações outorgadas	859	189
2.03.02.10	Outras Reservas de Capital	38.504	39.310
2.03.04	Reservas de Lucros	3.065.860	3.065.860
2.03.04.01	Reserva Legal	329.264	329.264
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.736.596	2.736.596
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	276.757	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-364.024	-354.811
2.03.08.01	Equivalência Patrimonial s/ Resultados abrangentes das subsidiárias	-364.024	-354.811
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.490.143	1.461.752

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.708.804	5.157.583	2.140.967	4.292.228
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.135.535	-3.991.990	-1.622.718	-3.245.329
3.02.01	Custo do serviço de energia elétrica	-1.534.530	-2.793.304	-1.153.781	-2.330.105
3.02.02	Custo da produção da energia elétrica	-192.822	-358.360	-131.645	-264.372
3.02.03	Custo de operação	-276.793	-563.585	-216.859	-457.945
3.02.04	Custo do serviço prestado a terceiros	-131.390	-276.741	-120.433	-192.907
3.03	Resultado Bruto	573.269	1.165.593	518.249	1.046.899
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-180.913	-376.280	-204.218	-57.671
3.04.01	Despesas com Vendas	-32.277	-61.429	-36.716	-68.917
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-131.808	-265.382	-132.415	-259.255
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-104.617	-211.208	-106.412	-207.152
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-27.191	-54.174	-26.003	-52.103
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	290.410
3.04.04.01	Ganho na alienação de investimento	0	0	0	278.139
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	12.271
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.535	-44.656	-23.567	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.293	-4.813	-11.520	-19.909
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	392.356	789.313	314.031	989.228
3.06	Resultado Financeiro	-121.114	-268.584	-153.085	-354.286
3.06.01	Receitas Financeiras	85.147	183.380	258.970	510.775
3.06.02	Despesas Financeiras	-206.261	-451.964	-412.055	-865.061
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	271.242	520.729	160.946	634.942
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-94.386	-179.758	-25.384	-158.553
3.08.01	Corrente	-73.696	-162.164	-144.161	-426.594
3.08.02	Diferido	-20.690	-17.594	118.777	268.041
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	176.856	340.971	135.562	476.389
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	176.856	340.971	135.562	476.389
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	141.998	276.757	97.846	399.907

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	34.858	64.214	37.716	76.482
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,23399	0,45606	0,20572	0,84079
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,23088	0,45022	0,19687	0,80461

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	176.856	340.971	135.562	476.389
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.864	-9.213	-8.525	-20.669
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	-7.864	-9.213	-8.525	-20.669
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	168.992	331.758	127.037	455.720
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	134.134	267.544	89.321	379.238
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	34.858	64.214	37.716	76.482

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	843.050	1.187.016
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.328.223	1.025.441
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	520.729	634.942
6.01.01.02	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	61.429	68.917
6.01.01.03	Remuneração e valor justo do ativo financeiro indenizável	-7.083	-40.714
6.01.01.04	Tributos diferidos	3.929	-87.101
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	279.148	267.265
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1.611	2.284
6.01.01.07	Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	31.692	-30.899
6.01.01.08	Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	5.564	5.846
6.01.01.09	Juros, var. monetárias e cambiais de Mútuos, Empréstimos, fin., debêntures e encargos de dívidas	330.997	440.213
6.01.01.10	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	3.425	20.758
6.01.01.11	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	37.122	28.170
6.01.01.12	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	32.289	35.111
6.01.01.13	Ativos e passivos financeiros setoriais	-2.513	-23.594
6.01.01.14	Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade	-4.672	-67.172
6.01.01.15	Participações societárias	4.813	19.909
6.01.01.16	Ganhos com investimentos	0	-278.139
6.01.01.17	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	30.502	33.409
6.01.01.18	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-3.070	-3.905
6.01.01.19	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-2.287	-10.287
6.01.01.20	Outros	4.598	10.428
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-485.173	161.575
6.01.02.01	Contas a receber	-210.581	302.399
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	11.391	177.150
6.01.02.03	Ativos financeiros setoriais	67.097	527.357
6.01.02.04	Estoques	-23.603	-6.940
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	1.822	-38.194
6.01.02.06	Prêmio de risco - GSF	0	-39.457
6.01.02.08	Rendas a receber	0	-5.850
6.01.02.09	Outros ativos operacionais	78.220	10.216
6.01.02.10	Fornecedores	42.141	-348.067
6.01.02.11	Passivos financeiros setoriais	-95.945	461.241
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições sociais	-78.998	-281.177
6.01.02.13	Benefícios pós-emprego	-21.925	-43.740
6.01.02.14	Encargos setoriais	-56.120	-190.994
6.01.02.15	Ressarcimento por Indisponibilidade	-13.186	-23.018
6.01.02.17	Provisões	-27.779	-30.548
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-100.069	-275.324
6.01.02.19	Uso do bem público	-14.254	-13.202
6.01.02.20	Outros passivos operacionais	-43.384	-20.277
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-446.613	-152.297

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.02.01	Recebimento (pagamento) por alienação/aquisição de investimento	-3.505	355.221
6.02.02	Adições ao imobilizado, intangível e ativo financeiro indenizável	-319.840	-229.448
6.02.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-13.500
6.02.04	Alienação de bens e direitos	2.837	2.460
6.02.05	Aumento de capital em subsidiárias	-133.336	-230.663
6.02.06	Empréstimo a receber	3.789	-32.385
6.02.07	Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda	0	-3.982
6.02.08	Títulos e valores mobiliários	3.442	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-386.552	377.726
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.499.525
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-55.142	-448.598
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	338.074	575.207
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-325.347	-924.063
6.03.06	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-345.382	-324.669
6.03.07	Cauções e depósitos vinculados	655	-405
6.03.09	Alienação de ações em tesouraria	590	729
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.885	1.412.445
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.017.709	1.149.998
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.027.594	2.562.443

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.682.716	129.541	3.065.860	0	-354.811	7.523.306	1.461.752	8.985.058
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.682.716	129.541	3.065.860	0	-354.811	7.523.306	1.461.752	8.985.058
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	454	0	0	0	454	-35.823	-35.369
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	670	0	0	0	670	0	670
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-806	0	0	0	-806	806	0
5.04.09	Dividendos Distribuídos a Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-36.629	-36.629
5.04.11	Alienação de ações de tesouraria - Plano de remuneração baseado em ações	0	590	0	0	0	590	0	590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	276.757	-9.213	267.544	64.214	331.758
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	276.757	0	276.757	64.214	340.971
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.213	-9.213	0	-9.213
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	-9.213	-9.213	0	-9.213
5.07	Saldos Finais	4.682.716	129.995	3.065.860	276.757	-364.024	7.791.304	1.490.143	9.281.447

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.182.716	133.103	2.729.258	0	-233.423	5.811.654	1.676.793	7.488.447
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.182.716	133.103	2.729.258	0	-233.423	5.811.654	1.676.793	7.488.447
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.499.447	0	0	0	1.499.447	-73.920	1.425.527
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-807	0	0	0	-807	807	0
5.04.09	Dividendos Distribuídos a Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-74.727	-74.727
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	0	1.499.525	0	0	0	1.499.525	0	1.499.525
5.04.11	Alienação de ações de tesouraria - Plano de remuneração baseado em ações	0	729	0	0	0	729	0	729
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	399.907	-20.669	379.238	76.482	455.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	399.907	0	399.907	76.482	476.389
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20.669	-20.669	0	-20.669
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	-20.669	-20.669	0	-20.669
5.07	Saldos Finais	3.182.716	1.632.550	2.729.258	399.907	-254.092	7.690.339	1.679.355	9.369.694

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	7.605.106	7.310.246
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.328.945	6.726.559
7.01.02	Outras Receitas	288.213	601.283
7.01.02.01	Receita de construção	269.515	184.847
7.01.02.02	Atualização do Ativo financeiro indenizável	7.083	40.714
7.01.02.03	Outras Receitas	11.615	375.722
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	49.377	50.516
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-61.429	-68.112
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.138.755	-3.390.852
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.805.422	-2.313.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-676.107	-552.905
7.02.04	Outros	-657.226	-524.556
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-273.042	-255.350
7.02.04.03	Custo com construção da infraestrutura	-269.275	-184.847
7.02.04.04	Outros custos operacionais	-114.909	-84.359
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.466.351	3.919.394
7.04	Retenções	-286.177	-273.015
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-286.177	-273.015
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.180.174	3.646.379
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	191.994	499.154
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.813	-19.909
7.06.02	Receitas Financeiras	196.807	519.063
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.372.168	4.145.533
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.372.168	4.145.533
7.08.01	Pessoal	206.144	199.392
7.08.01.01	Remuneração Direta	147.805	153.733
7.08.01.02	Benefícios	45.961	33.690
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.378	11.969
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.356.615	2.590.609
7.08.02.01	Federais	1.255.985	1.294.253
7.08.02.02	Estaduais	1.093.611	1.290.772
7.08.02.03	Municipais	7.019	5.584
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	468.438	879.143
7.08.03.01	Juros	455.977	866.401
7.08.03.02	Aluguéis	12.461	12.742
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	333.393	469.532
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	276.757	399.907
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	56.636	69.625
7.08.05	Outros	7.578	6.857
7.08.05.01	Partes Beneficiárias	7.578	6.857

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.

As informações a seguir referem-se ao segundo trimestre (2T17), em comparação ao período homólogo de 2016 (2T16) e do acumulado do ano (6M17).

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 CONSOLIDADO

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica ²	Geração Térmica	Distribuição	Comerc. + EDP GRID	Consolidado ²
	2T17	2T17	2T17	2T17	2T17
Receita Líquida¹	328.751	387.839	1.396.462	757.176	2.581.699
Gastos não-gerenciáveis	(78.428)	(252.399)	(985.478)	(693.880)	(1.719.799)
Margem Bruta	250.323	135.440	410.984	63.296	861.900
PMSO	(22.979)	(33.540)	(220.438)	(11.491)	(316.058)
EBITDA	226.719	101.900	178.848	51.833	533.547
Depreciação e amortização	(37.880)	(39.707)	(46.931)	(1.021)	(139.898)
Resultado das participações societárias	(4.847)	-	-	-	(1.293)
Participações de minoritários	(34.858)	-	-	-	(34.858)
Lucro Líquido do Exercício	79.240	9.056	58.576	33.050	141.998

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica ²	Geração Térmica	Distribuição	Comerc. + GRID	Consolidado ²
	2T16	2T16	2T16	2T16	2T16
Receita Líquida¹	276.281	296.640	1.221.576	422.858	2.025.798
Gastos não-gerenciáveis	(40.542)	(98.395)	(857.220)	(421.675)	(1.226.019)
Margem Bruta	235.739	198.245	364.356	1.183	799.779
PMSO	(27.629)	(37.467)	(225.333)	(10.561)	(326.120)
EBITDA	207.922	160.429	125.471	(9.369)	459.567
Depreciação e amortização	(35.599)	(39.860)	(43.933)	(808)	(134.016)
Resultado das participações societárias	(11.617)	-	-	-	(11.520)
Participações de minoritários	(37.716)	-	-	-	(37.716)
Lucro Líquido do Exercício	82.031	35.591	30.829	(12.896)	97.846

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica ²	Geração Térmica	Distribuição	Comerc. + GRID	Consolidado ²
	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	19,0%	30,7%	14,3%	79,1%	27,4%
Gastos não-gerenciáveis	93,4%	156,5%	15,0%	64,6%	40,3%
Margem Bruta	6,2%	-31,7%	12,8%	5250,5%	7,8%
PMSO	-16,8%	-10,5%	-2,2%	8,8%	-3,1%
EBITDA	9,0%	-36,5%	42,5%	n.d.	16,1%
Depreciação e amortização	6,4%	-0,4%	6,8%	26,4%	4,4%
Resultado das participações societárias	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Participações de minoritários	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Lucro Líquido do Exercício	-3,4%	-74,6%	90,0%	n.d.	45,1%

¹ Não considera receita de construção.

² Consolidado: considera eliminação intragrupo.

1.1.1 EVENTOS NÃO RECORRENTES

Os eventos não recorrentes que impactaram a análise do 2T17 versus 2T16 são:

- (i) Provisão de R\$ 33,4 milhões (bruto de PIS/COFINS e P&D) referentes ao ressarcimento do Encargo Hídrico em Pecém, no 2T17; e
- (ii) Resultados do 2T16 consideram a entrada parcial antecipada da UHE Cachoeira Caldeirão ("Cachoeira Caldeirão"), através da UG01 e UG02 (02 das 03 Unidades Geradoras) em 05 de maio e 07 de junho de 2016, respectivamente, e os resultados do 2T17 já contemplam o funcionamento das 03 Unidades Geradoras.

Além dos efeitos mencionados acima, os eventos não recorrentes que impactaram as análises do 6M17 versus 6M16 são:

- (i) Conclusão da venda da Pantanal Energética, no 6M16, com impacto no resultado de R\$ 278,0 milhões; e

- (ii) Contabilização de R\$ 81,8 milhões (+R\$ 66,7 milhões na rubrica de "Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens" e +R\$ 15,1 milhões na rubrica de "Ressarcimento por indisponibilidade") referente ao seguro recebido de Pecém, diferença entre o ressarcimento recebido do seguro e a baixa do ativo, decorrente da paralização da UG01 em setembro de 2014 quando houve a necessidade da troca do estator, no 6M16.

1.1.2 RECEITA E MARGEM BRUTA

Itens em R\$ mil ou %	Consolidado			Consolidado		
	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Receita Operacional Líquida	2.581.699	2.025.798	27,4%	4.888.308	4.107.381	19,0%
Gastos Não gerenciáveis	(1.719.799)	(1.226.019)	40,3%	(3.146.992)	(2.504.907)	25,6%
Energia Elétrica Comprada para revenda	(1.410.601)	(1.039.423)	35,7%	(2.544.896)	(2.096.132)	21,4%
Encargos de Uso da rede elétrica	(123.117)	(114.331)	7,7%	(247.591)	(231.975)	6,7%
Outros	(186.081)	(72.265)	157,5%	(354.505)	(176.800)	100,5%
Margem Bruta	861.900	799.779	7,8%	1.741.316	1.602.474	8,7%

- Geração Hídrica

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica					
	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Receita Operacional Líquida	328.751	276.281	19,0%	617.330	581.245	6,2%
Gastos não gerenciáveis	(78.428)	(40.542)	93,4%	(108.215)	(85.305)	26,9%
Energia elétrica comprada para revenda	(58.394)	(21.630)	170,0%	(66.824)	(47.302)	41,3%
Encargos de uso da rede elétrica	(20.034)	(18.912)	5,9%	(41.391)	(38.003)	8,9%
Outros	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Margem Bruta	250.323	235.739	6,2%	509.115	495.940	2,7%

A Receita Líquida apresentou crescimento de 19,0%, refletindo o aumento nas tarifas médias de venda, conforme mencionado acima. No acumulado do ano, a Receita Líquida cresceu 6,2%.

Os Gastos Não Gerenciáveis apresentaram aumento de 93,4%, refletindo o crescimento em 170,0% da energia comprada para revenda em consequência do GSF observado no trimestre, principalmente para Lajeado, Enerpeixe e PCHs, e da aquisição dos 70MW médios referentes ao hedge. No acumulado do ano, os Gastos Não Gerenciáveis apresentaram aumento de 26,9%.

Ao contrário do que foi observado no 1T17, em que houve energia secundária no sistema, o GSF médio no 2T17 foi de 84,4%, gerando um impacto negativo de R\$ 81,4 milhões, sendo o principal efeito verificado no mês de maio, no montante de R\$ 53,9 milhões devido à queda do GSF (79,6%) e à alta do PLD (R\$ 411,5/MWh). No acumulado do ano, o GSF médio foi de 97,4%, gerando impacto negativo de R\$ 56,0 milhões.

Dada a adesão à repactuação, que leva em consideração o GSF flat de 80,1% no 2T17, o impacto negativo de R\$ 81,4 milhões foi compensado por um impacto positivo do ressarcimento de R\$ 23,0 milhões no 2T17, mediante a amortização do prêmio trimestral de R\$ 1,0 milhão. Sendo assim, o impacto total relativo ao GSF no 2T17 ficou negativo em R\$ 59,4 milhões.

No acumulado do ano, o GSF Flat foi de 89,1%. O impacto negativo de R\$ 56,0 milhões associado à amortização do prêmio de R\$ 2,0 milhões e ao ressarcimento de R\$ 23,0 milhões acabou gerando um impacto negativo total referente ao GSF no montante de R\$ 35,3 milhões no ano de 2017.

A Margem Bruta aumentou 6,2%. O impacto positivo de R\$ 52,5 milhões na receita líquida foi mitigado pelo aumento de R\$ 37,9 milhões nos gastos não gerenciáveis causado pelo aumento de R\$ 36,8 milhões com a compra de energia para revenda em função do cenário do GSF e da posição long para efeitos de hedge, conforme mencionado anteriormente. No semestre, a Margem Bruta aumentou 2,7%.

Quando comparamos o 2T17 com o mesmo período do ano anterior, observamos um crescimento de mais de 300% no PLD médio do trimestre (R\$ 302,55/MWh no 2T17 versus R\$ 62,2/MWh no 2T16, Submercado SE/CO) e uma deterioração do GSF (84,4% no 2T17 versus 89,9% no 2T16), determinantes para os resultados do trimestre.

- Geração Térmica

Itens em R\$ mil ou %	Geração Térmica			Geração Térmica		
	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Receita Operacional Líquida	387.839	296.640	30,7%	721.281	582.160	23,9%
Gastos não gerenciáveis	(252.399)	(98.395)	156,5%	(461.614)	(220.263)	109,6%
Energia elétrica comprada para revenda	(51.162)	(13.318)	284,2%	(75.328)	(17.143)	339,4%
Encargos de uso da rede elétrica	(17.415)	(14.805)	17,6%	(34.908)	(30.880)	13,0%
Outros	(183.822)	(70.272)	161,6%	(351.378)	(172.240)	104,0%
Margem Bruta	135.440	198.245	-31,7%	259.667	361.897	-28,2%

Receita Líquida total de R\$ 387,8 milhões resulta de: (i) R\$ 191,0 milhões referentes à receita fixa do CCEAR; (ii) R\$ 146,2 milhões referentes a receita variável referente ao despacho; (iii) R\$ 33,4 milhões referentes à provisão do ressarcimento do encargo hídrico referente ao período de setembro de 2016 a junho de 2017; (iv) receita referente à recomposição do lastro e à liquidação do excedente de energia gerada no mercado de curto prazo e outros serviços de R\$ 62,1 milhões; e (v) R\$ 44,9 milhões referentes à contabilização dos Impostos (ICMS, PIS e COFINS, P&D e Taxa de Fiscalização) e encargos incorridos.

O crescimento de 30,7% observado na Receita Líquida decorre de: (i) aumento de 7,9% na receita fixa, R\$ 191,0 milhões, no 2T17, versus R\$ 177,1 milhões, no 2T16; (ii) aumento de 35,5% no CVU médio, R\$ 138,75/MWh, no 2T17, versus R\$ 102,37/MWh, no 2T16; (iii) aumento de 19,7% da receita variável referente ao despacho R\$ 146,3 milhões, no 2T17, versus R\$ 122,2 milhões, no 2T16; e (iv) aumento de R\$ 29,1 milhões na receita de venda de energia de curto prazo. No semestre, a Receita Líquida cresceu R\$ 139,1 milhões conforme efeitos mencionados.

Os Gastos Não Gerenciáveis aumentaram em R\$ 154,0 milhões em consequência de:

Energia Comprada para revenda, 2T17 versus 2T16:

- (i) + R\$ 37,8 milhões da despesa com energia comprada em função do FID (média móvel dos últimos 60 meses) reflexo do aumento de mais de 300% no valor do preço médio do trimestre (R\$ 288,2/MWh, no 2T17, e R\$ 66,5/MWh, no 2T16 no Submercado NE);

Custo da matéria prima consumida, 2T17 versus 2T16:

- (ii) + R\$ 52,3 milhões em função do aumento de 42,3% no preço médio de aquisição do carvão, R\$ 343,0/ton no 2T17, versus R\$ 241,1/ton no 2T16, e do custo com transporte do carvão por caminhão;
- (iii) + R\$ 8,1 milhões em função do encargo hídrico; e
- (iv) - R\$ 53,1 milhões na conta da contabilização do ressarcimento por indisponibilidade por conta do efeito positivo contabilizado no 2T16 em virtude da reversão da provisão do ressarcimento da média móvel dos 60 meses (reflexo da melhora operacional da usina e das variações nas premissas utilizadas para cálculo).

No acumulado do ano, os Gastos Não Gerenciáveis aumentaram 109,6%.

- Encargo Hídrico da UTE Pecém I

Em setembro de 2016, o Governo do Estado do Ceará instituiu o Encargo Hídrico Emergencial ("EHE"), tarifa de contingência que aumentou em 7,0 vezes o custo do uso dos recursos hídricos. Em janeiro de 2017, Pecém ingressou com uma ação judicial em face ao Estado do Ceará e da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará ("COGERH") visando tornar inexigível a cobrança do EHE, bem como suspender a eficácia da legislação vigente. Por meio do entendimento entre as partes, em fevereiro deste ano, o EHE foi reduzido para 3,1 vezes. Nesse âmbito, em maio foi concedido o repasse integral do valor cobrado pelo Estado do Ceará, a título de EHE, por meio do CVU, em liminar na esfera federal.

Adicionalmente, a decisão determina a suspensão da aplicação, por parte da ANEEL, de qualquer penalidade por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia da usina em virtude de problemas com o fornecimento de água, incluindo penalidades por indisponibilidade, suspensão da operação comercial e recomposição do lastro, impedindo qualquer tipo de suspensão de pagamento da receita fixa a que Pecém tem direito nos termos dos CCEARs. O valor a ser ressarcido foi provisionado neste trimestre e o mesmo será efetuado nos próximos meses.

A Margem Bruta reduziu 31,7%. O aumento de R\$ 91,2 milhões na receita líquida foi mitigado pelo aumento de R\$ 154,0 milhões nos gastos não gerenciáveis em função do aumento com custo de aquisição e transporte do carvão e encargo hídrico. No semestre, a Margem Bruta reduziu 28,2%, em grande parte em função do aumento de 109,6% nos gastos não gerenciáveis.

A Companhia espera uma redução nos Gastos Não Gerenciáveis, nos próximos trimestres, em função da redução do custo com transporte do carvão considerando que a manutenção da esteira que transporta o carvão está prevista para ocorrer dentro dos próximos meses.

Além disso, a EDP reconheceu R\$ 33,4 milhões, na provisão já realizada nos Gastos não gerenciáveis no 2T17, o repasse integral do custo adicional com o encargo hídrico para o CVU, conforme liminar federal.

No mais, com o objetivo de mitigar o risco financeiro referente ao ADOMP (penalidade) de Pecém a Companhia estruturou um hedge, em julho, utilizando derivativos de carvão (Put Asiáticas de Carvão "CIF ARA") e taxa de câmbio (Real/Dólar Americano) - para o período de julho a dezembro de 2017. Também foi feito um contrato de compra de energia ao preço de mercado, com o intuito de mitigar riscos referentes a variação do PLD, para o período de julho a dezembro de 2017.

-Distribuição

Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var
Receita Operacional Líquida	807.161	694.022	16,3%	589.301	527.554	11,7%	1.396.462	1.221.576	14,3%
Gastos Não gerenciáveis	(584.260)	(482.035)	21,2%	(401.218)	(375.185)	6,9%	(985.478)	(857.220)	15,0%
Energia elétrica comprada para revenda	(531.872)	(431.812)	23,2%	(366.287)	(342.996)	6,8%	(898.159)	(774.808)	15,9%
Encargos de uso da rede elétrica	(52.388)	(50.223)	4,3%	(34.931)	(32.189)	8,5%	(87.319)	(82.412)	6,0%
Outros	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Margem Bruta	222.901	211.987	5,1%	188.083	152.369	23,4%	410.984	364.356	12,8%

Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	6M17	6M16	Var	6M17	6M16	Var	6M17	6M16	Var
Receita Operacional Líquida	1.585.496	1.408.468	12,6%	1.215.712	1.139.189	6,7%	2.801.208	2.547.657	10,0%
Gastos Não gerenciáveis	(1.123.512)	(1.014.416)	10,8%	(806.509)	(798.674)	1,0%	(1.930.021)	(1.813.090)	6,4%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.018.866)	(913.164)	11,6%	(736.554)	(733.263)	0,4%	(1.755.420)	(1.646.427)	6,6%
Encargos de uso da rede elétrica	(104.646)	(101.252)	3,4%	(69.955)	(65.411)	6,9%	(174.601)	(166.663)	4,8%
Outros	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Margem Bruta	461.984	394.052	17,2%	409.203	340.515	20,2%	871.187	734.567	18,6%

A Receita Líquida¹ atingiu R\$ 1,4 bilhão, aumento de 14,3%, reflexo de: (i) sobrecontratação na EDP São Paulo de 118,9%, +R\$ 36,6 milhões no 2T17 versus -R\$ 8,0 milhões no 2T16; (ii) impacto tarifário, excluindo componentes da Parcela A, de R\$ 20,0 milhões na EDP Espírito Santo e de R\$ 15,0 milhões na EDP São Paulo, refletindo o resultado positivo dos processos tarifários de 2016, ambos com crescimento na Parcela B; (iii) perdas de -R\$ 13,8 milhões na EDP Espírito Santo versus perdas de -R\$ 19,3 milhões no 2T16; (iv) redução da atualização do ativo financeiro indenizável de +R\$ 0,7 milhão na EDP São Paulo versus +R\$ 6,1 milhões no 2T16 e de +R\$ 0,8 milhão na EDP Espírito Santo versus +R\$ 4,6 milhões no 2T16; e (v) ativos/passivos financeiros setoriais e que serão compensados na rubrica de Gastos Não Gerenciáveis.

Os Gastos Não Gerenciáveis aumentaram 15,0%, reflexo da elevação em 15,9% na despesa de energia elétrica comprada para revenda, principalmente na EDP São Paulo, por conta de: (i) aumento do PLD entre os trimestres comparados; e (ii) maior compra de energia.

A Margem Bruta foi de R\$ 411,0 milhões, um aumento de R\$ 46,6 milhões (R\$ 10,9 milhões na EDP São Paulo e R\$ 35,7 milhões na EDP Espírito Santo) resultante dos efeitos positivos da sobrecontratação da EDP São Paulo e dos impactos tarifários na EDP São Paulo e na EDP Espírito Santo, mitigado pelos efeitos de perdas na EDP Espírito Santo, pela redução da atualização do ativo financeiro indenizável, quando comparado ao trimestre anterior e por outros efeitos, de -R\$ 20,9 milhões, no qual o principal efeito refere-se ao ajuste do pró-rata da CDE na EDP São Paulo em 2016, com impacto de -R\$ 14,1 milhões, e ajuste do P&D sobre a bandeira tarifária, também em 2016, com impacto de -R\$ 4 milhões.

- Comercialização e EDP Grid

Itens em R\$ mil ou %	EDP Comercializadora			EDP Grid			Total Comercialização + GRID		
	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var
Receita Operacional Líquida	745.516	414.155	80,0%	11.660	8.703	34,0%	757.176	422.858	79,1%
Gastos Não gerenciáveis	(692.433)	(420.956)	64,5%	(1.447)	(719)	101,3%	(693.880)	(421.675)	64,6%
Energia Elétrica Comprada para revenda	(688.039)	(417.823)	64,7%	-	-	n.d.	(688.039)	(417.823)	64,7%
Encargos de Uso da rede eletrica	(3.460)	(3.106)	11,4%	-	-	n.d.	(3.460)	(3.106)	11,4%
Outros	(934)	(27)	n.d.	(1.447)	(719)	101,3%	(2.381)	(746)	219,2%
Margem Bruta	53.083	(6.801)	n.d.	10.213	7.984	27,9%	63.296	1.183	n.d.

Itens em R\$ mil ou %	EDP Comercializadora			EDP Grid			Total Comercialização + GRID		
	6M17	6M16	Var	6M17	6M16	Var	6M17	6M16	Var
Receita Operacional Líquida	1.217.741	767.478	58,7%	20.160	17.507	15,2%	1.237.901	784.985	57,7%
Gastos Não gerenciáveis	(1.137.941)	(774.263)	47,0%	(2.310)	(1.315)	75,7%	(1.140.251)	(775.578)	47,0%
Energia Elétrica Comprada para revenda	(1.130.048)	(766.048)	47,5%	-	-	n.d.	(1.130.048)	(766.048)	47,5%
Encargos de Uso da rede eletrica	(6.954)	(6.217)	11,9%	-	-	n.d.	(6.954)	(6.217)	11,9%
Outros	(939)	(1.998)	-53,0%	(2.310)	(1.315)	75,7%	(3.249)	(3.313)	-1,9%
Margem Bruta	79.800	(6.785)	n.d.	17.850	16.192	10,2%	97.650	9.407	n.d.

A Receita Líquida da Comercialização apresentou crescimento de 80,0% refletindo tanto o aumento de volume comercializado quanto da tarifa média de venda. No acumulado do ano, a Receita Líquida cresceu 58,7%.

Os Gastos Não Gerenciáveis apresentaram crescimento de 64,5%, em decorrência do aumento das tarifas médias de compra de energia e do volume comercializado no trimestre. No acumulado, os Gastos Não Gerenciáveis cresceram 47,0%.

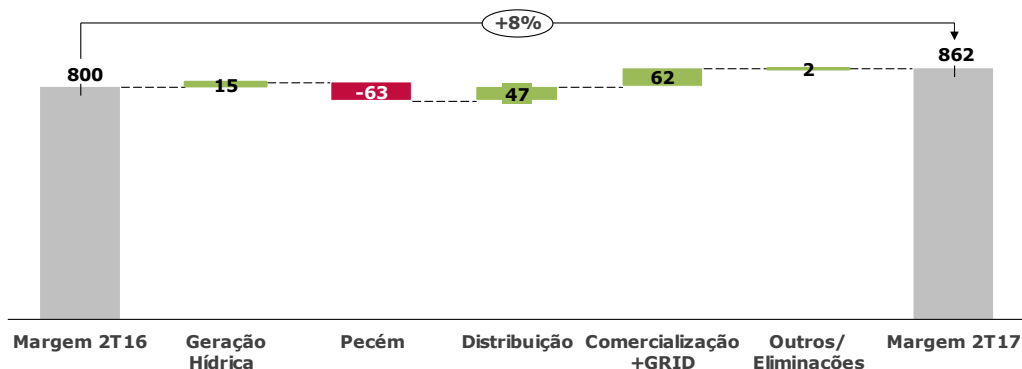
A Receita Líquida da EDP GRID aumentou 34,0% em decorrência do faturamento de um novo projeto de Eficiência Energética para uma grande rede varejista. O aumento de 101,3% nos Gastos Não Gerenciáveis está atrelado aos custos para a implantação e a operação deste projeto.

¹ A Receita Líquida não considera a Receita de construção.

A Margem Bruta da Comercialização apresentou crescimento de R\$ 59,9 milhões, reflexo da evolução expressiva da margem unitária entre os trimestres e da estratégia da Companhia que capturou os efeitos da volatilidade de preços observada no trimestre, possibilitando o aumento expressivo na Margem Bruta.

A Margem Bruta da EDP GRID cresceu R\$ 2,2 milhões em função do faturamento, a partir de 2017, de um novo projeto de Eficiência Energética para uma grande rede varejista.

Formação da Margem Bruta (R\$ milhões)



1.1.3 GASTOS GERENCIÁVEIS

Itens em R\$ mil ou %	Consolidado					
	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Pessoal	(116.532)	(118.518)	-1,7%	(233.236)	(229.838)	1,5%
Material	(13.269)	(13.418)	-1,1%	(25.960)	(24.826)	4,6%
Serviços de terceiros	(122.465)	(115.410)	6,1%	(238.317)	(221.957)	7,4%
Provisões	(35.428)	(43.152)	-17,9%	(74.723)	(82.706)	-9,7%
Outros	(28.364)	(35.622)	-20,4%	(63.485)	(75.441)	-15,8%
Total PMSO	(316.058)	(326.120)	-3,1%	(635.721)	(634.768)	0,2%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(12.295)	(14.092)	-12,8%	(32.314)	30.556	n.d.
Custo com construção da infraestrutura	(127.105)	(115.169)	10,4%	(269.275)	(184.847)	45,7%
Depreciação e Amortização	(139.898)	(134.016)	4,4%	(279.155)	(267.264)	4,4%
Gastos gerenciáveis	(595.356)	(589.397)	1,0%	(1.216.465)	(1.056.323)	15,2%

A recorrente redução nos gastos com PMSO refletem o esforço e comprometimento da Companhia no controle de custos, reforçado pelo programa de Orçamento Base Zero (OBZ), com iniciativas que geram eficiência e redirecionam as despesas para itens estratégicos, com o intuito de incrementar a receita. No ano de 2017, foi implementado o OBZ 2.0, que tem como foco as distribuidoras, e inclui ações que visam a gestão das equipes de campo, *backoffice*, canais de atendimento e ações de combate à inadimplência e perdas.

No 2T17, os gastos com PMSO caíram 3,1%, abaixo dos índices de inflação acumulado dos últimos 12 meses (IPCA: +3,0%/ IGP-M: -0,8%), principalmente em função de iniciativas de otimização e redução de custos, assim como ações de combate à perda, redução de PDD e inadimplência. Recentemente, foi criado o departamento de *Analytics* que visa otimizar e roteirizar as ações de perdas e PDD.

Além disso, a Companhia vem implementando, ao longo dos últimos meses, iniciativas de automação e robotização de processos administrativos, afim de aumentar a eficiência e reduzir custos.

Abaixo serão detalhadas as variações e resultados do 2T17 com PMSO.

Pessoal - redução de 1,7% (+R\$ 2,0 milhões):

- (i) Redução das horas extras (+R\$ 2,7 milhões), principalmente nas Distribuidoras e em Pecém, em virtude da melhoria dos controles e da criação de planos de otimização de atividades;
- (ii) Redução dos gastos com PLR/Bônus - mesmo com um aumento no valor por funcionário - Previdência Privada e Indenização por Desligamento (+R\$ 2,4 milhões); e
- (iii) Aumento das despesas decorrente do dissídio coletivo ocorrido em novembro de 2016 (-R\$ 3,0 milhões).

Material - redução de 1,1% (+ R\$ 0,1 milhão).

Serviços de Terceiros - aumento de 6,1% (-R\$ 7,1 milhões):

- (i) Aumento nas despesas de TI devido à recontração dos contratos de *outsourcing* de aplicações e infraestrutura (reajustes de 17%, retroativos ao ano de 2016 (-R\$ 2,9 milhões);
- (ii) Aumento das despesas com ações de combate à inadimplência (negativações e cortes) visando a redução da PDD, além das ações de combate a Perdas (-R\$ 1,5 milhão);
- (iii) Aumento das despesas com podas e manutenções do sistema elétrico das Distribuidoras (-R\$ 1,1 milhão).

Provisões - redução de 17,9% (+R\$ 7,7 milhões):

- (i) Redução da PDD nas distribuidoras (+R\$ 4,4 milhões), vide detalhamento no capítulo de PDD abaixo; e
- (ii) Redução das provisões para contingências (+R\$ 3,3 milhões), relacionadas à reversão de processos regulatórios relativos a MUST (montante de uso do sistema de transmissão) de confiabilidade no ano de 2016 (+R\$ 2,1 milhões).

Outros - redução de 20,4% (+R\$ 7,3 milhões):

- (i) Redução dos custos decorrentes do processo de venda da Pantanal, em 2016, sem efeito no ano de 2017 (+R\$ 3,0 milhões);
- (ii) Redução do custo com seguro de Pecém devido à negociação de contrato realizado em meados de 2016 (+R\$ 1,9 milhão);
- (iii) Redução de custos com honorários judiciais relativo aos processos das Distribuidoras (+R\$ 0,6 milhões); e
- (iv) Redução das multas DIC/FIC/DMIC decorrentes de ações de melhoria dos serviços prestados (+R\$ 0,4 milhão).

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens** foi de R\$ 12,3 milhões negativos no 2T17, redução de R\$ 1,8 milhão, resultante do encerramento de ordens e desativação de equipamentos em diferentes projetos das Distribuidoras. No acumulado do ano, o efeito positivo se deve à contabilização do seguro de Pecém referente à troca do estator em 2014 na UG01.

A conta de **Depreciação e Amortização** aumentou 4,4% decorrente da capitalização das licenças de operação das Usinas de geração, além do aumento referente à depreciação acelerada da linha de transmissão da Investco leiloadada para a Taesa (Leilão de Transmissão nº13/2015- ANEEL), cujo aumento no valor de depreciação passou a ocorrer a partir de junho de 2016 e os respectivos ativos serão transferidos sem ônus à Taesa até 27 de dezembro de 2019.

No acumulado do ano, os gastos com PMSO permaneceram estáveis em relação ao mesmo período do ano anterior.

As variações nas linhas de "Pessoal" das tabelas abaixo refletem a mudança do critério de transferência de custos de mão de obra entre as empresas do grupo.

- Geração Hídrica

O PMSO apresentou redução de 16,8%, reflexo da redução média de 17,6% principalmente nas rubricas "Pessoal e "Serviços de Terceiros".

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica					
	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Pessoal	(10.831)	(13.955)	-22,4%	(21.317)	(25.254)	-15,6%
Material	(1.017)	(1.188)	-14,4%	(1.750)	(1.958)	-10,6%
Serviços de terceiros	(8.665)	(10.310)	-16,0%	(17.142)	(20.148)	-14,9%
Provisões	(132)	(133)	-0,8%	(565)	(271)	108,5%
Outros	(2.334)	(2.043)	14,2%	(4.625)	(5.893)	-21,5%
Total PMSO	(22.979)	(27.629)	-16,8%	(45.399)	(53.524)	-15,2%

- Geração Térmica

O PMSO apresentou redução de 10,5%, decorrente principalmente da redução das rubricas "Serviços de Terceiros" e "Outros", Em "Serviços de Terceiros", a redução refere-se principalmente a dois efeitos não recorrentes ocorridos em 2T16: (i) contratação de consultorias de engenharia e meio ambiente; e (ii) intensificação de serviços de vigilância e segurança. Em "Outros", a redução é reflexo da renegociação do seguro de Pecém.

Itens em R\$ mil ou %	Geração Térmica					
	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Pessoal	(12.010)	(11.636)	3,2%	(22.858)	(21.088)	8,4%
Material	(4.532)	(4.712)	-3,8%	(8.862)	(9.000)	-1,5%
Serviços de terceiros	(12.460)	(14.600)	-14,7%	(21.312)	(22.206)	-4,0%
Provisões	(13)	7	-285,7%	(28)	4	-800,0%
Outros	(4.525)	(6.526)	-30,7%	(8.466)	(14.788)	-42,8%
Total do PMSO	(33.540)	(37.467)	-10,5%	(61.526)	(67.078)	-8,3%

- Distribuição

A redução de 2,2% nos gastos com PMSO refletem a redução nas rubricas de "Provisões" e "Outros", impactado pela PDD (vide maiores detalhes no capítulo de PDD) e pela mudança de critério de compartilhamento das despesas com aluguel.

Na EDP São Paulo, a redução na rubrica de "Pessoal" é reflexo do menor quadro de funcionários e do aumento da capitalização de mão de obra para Projetos de Investimento, mitigado parcialmente pelo dissídio coletivo ocorrido em novembro de 2016. Em "Serviços de Terceiros", o aumento refere-se à: (i) reajuste dos contratos de *outsourcing* de Infraestrutura e Leitura e Faturamento; e (ii) aumento das ações de manutenção e conservação do sistema elétrico e combate a inadimplência. Em "Provisões", a redução é reflexo da queda de PDD e da reversão da contingência regulatória. Em "Outros", o decréscimo refere-se principalmente à: (i) mudança de critério de compartilhamento das despesas com aluguel, passando a ser compartilhado entre as empresas do grupo; e (ii) despesas com multas DIC/FIC/DMIC.

Na EDP Espírito Santo, o aumento de "Pessoal" é decorrente do dissídio coletivo de novembro de 2016 e do aumento no quadro de funcionários. Em "Serviços de Terceiros", o incremento refere-se ao reajuste de contratos de *outsourcing* de Infraestrutura e Aplicações, além da intensificação de ações de manutenção e conservação do sistema elétrico e das ações de combate à inadimplência.

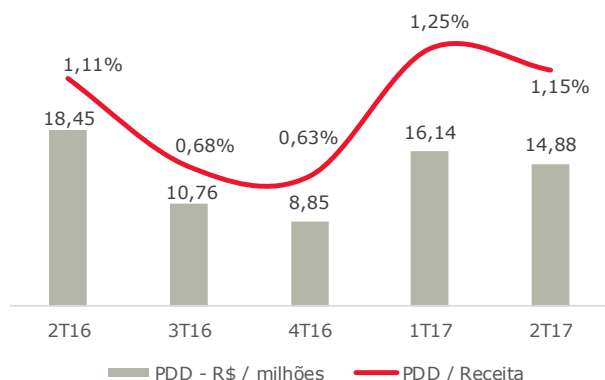
Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var
Pessoal	(39.700)	(41.548)	-4,4%	(36.999)	(34.180)	8,2%	(76.699)	(75.728)	1,3%
Material	(3.526)	(3.987)	-11,6%	(3.723)	(2.846)	30,8%	(7.249)	(6.833)	6,1%
Serviços de terceiros	(43.603)	(40.170)	8,5%	(41.847)	(39.574)	5,7%	(85.450)	(79.744)	7,2%
Provisões	(12.369)	(19.298)	-35,9%	(21.994)	(22.558)	-2,5%	(34.363)	(41.856)	-17,9%
Outros	(10.949)	(15.287)	-28,4%	(5.728)	(5.885)	-2,7%	(16.677)	(21.172)	-21,2%
Total do PMSO	(110.147)	(120.290)	-8,4%	(110.291)	(105.043)	5,0%	(220.438)	(225.333)	-2,2%

Itens em R\$ mil ou %	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo			Total Distribuição		
	6M17	6M16	Var	6M17	6M16	Var	6M17	6M16	Var
Pessoal	(82.274)	(84.427)	-2,6%	(72.669)	(66.551)	9,2%	(154.943)	(150.978)	2,6%
Material	(6.992)	(6.934)	0,8%	(7.588)	(5.292)	43,4%	(14.580)	(12.226)	19,3%
Serviços de terceiros	(86.868)	(77.418)	12,2%	(83.326)	(78.503)	6,1%	(170.194)	(155.921)	9,2%
Provisões	(32.516)	(42.744)	-23,9%	(39.650)	(38.174)	3,9%	(72.166)	(80.918)	-10,8%
Outros	(27.375)	(30.474)	-10,2%	(14.360)	(14.072)	2,0%	(41.735)	(44.546)	-6,3%
Total do PMSO	(236.025)	(241.997)	-2,5%	(217.593)	(202.592)	7,4%	(453.618)	(444.589)	2,0%

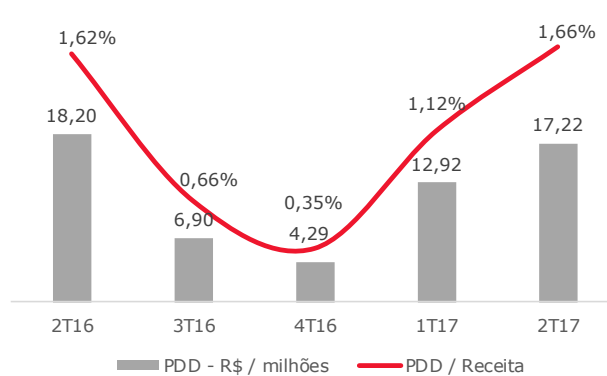
- PDD - Provisão para Devedores Duvidosos e Inadimplência

A PDD nas distribuidoras apresentou redução total de R\$ 4,6 milhões em relação ao 2T16.

EDP São Paulo



EDP Espírito Santo



A queda da PDD na EDP São Paulo e na EDP Espírito Santo em relação ao 2T16, de R\$ 3,6 milhões e de R\$ 1,0 milhão, respectivamente, reflete o esforço da Companhia em ações de combate à PDD, além das ações de renegociações de consumidores inadimplentes ("Feirões") que se iniciaram em 2016, visando também a recuperação de clientes e possíveis perdas.

Em relação ao 1T17, a PDD apresentou redução na EDP São Paulo de R\$ 1,3 milhão e aumento na EDP Espírito Santo de R\$ 4,0 milhões, total de R\$ 2,7 milhões.

Na EDP São Paulo e na EDP Espírito Santo foram realizados 78,7 e 75,0 mil cortes no 2T17, respectivamente, em comparação aos 88,1 e 85,4 mil cortes no 2T16. Embora o número de cortes tenha reduzido entre os trimestres comparados, o foco estratégico da companhia priorizou a segmentação de cortes com foco voltadas ao valor e à classe de clientes, observando-se o custo operacional e refletindo-se na otimização do resultado capturado.

É importante ressaltar que a Companhia tem realizado ações de combate à PDD e inadimplência, de forma que não haja impacto negativo nas perdas.

Abaixo, algumas ações de combate à PDD e à Inadimplência que vem sendo implementadas, com mais austeridade, a partir de 2017:

- Segmentação do corte com priorização de valor;
- Alteração do mix de corte;
- Realização de cortes com equipes concentradas em áreas de elevada densidade de inadimplentes;
- Participação em "feirões" de negociação de débitos;
- Cobrança presencial junto a todos os órgãos do Poder Público;
- Cobrança personalizada de clientes de Média e Alta Tensão;
- Ações de cobrança através de SMS, negativação e órgãos de proteção ao crédito e cobrança administrativa;
- Antecipação do tempo da suspensão de grandes clientes;
- Blindagem da inadimplência das prefeituras e intensificações das negociações de dívidas antigas.

- Comercialização e EDP Grid

Itens em R\$ mil ou %	EDP Comercializadora			EDP Grid			Total Comercialização + GRID		
	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var	2T17	2T16	Var
Pessoal	(2.194)	(2.991)	-26,6%	(3.588)	(2.269)	58,1%	(5.782)	(5.260)	9,9%
Material	(22)	(20)	10,0%	(248)	(473)	-47,6%	(270)	(493)	-45,2%
Serviços de terceiros	(1.044)	(1.225)	-14,8%	(2.503)	(1.673)	49,6%	(3.547)	(2.898)	22,4%
Provisões	(183)	(83)	120,5%	(513)	33	n.d.	(696)	(50)	n.d.
Outros	(611)	(734)	-16,8%	(585)	(1.126)	-48,0%	(1.196)	(1.860)	-35,7%
Total do PMSO	(4.054)	(5.053)	-19,8%	(7.437)	(5.508)	35,0%	(11.491)	(10.561)	8,8%

O PMSO da Comercialização foi de R\$ 4,1 milhões, redução de 19,8%, principalmente na rubrica de "Pessoal", devido à reversão de provisão de honorários e encargos de administradores, refletindo o quadro de funcionários atual.

O PMSO da EDP Grid foi de R\$ 7,4 milhões, aumento de 35,0%, principalmente nas rubricas "Pessoal", "Serviços de Terceiros" e "Provisões". O crescimento nas linhas "Pessoal" e "Serviços de Terceiros" deve-se ao aumento do quadro de colaboradores próprios e terceirizados em função do volume de projetos de energia solar a serem desenvolvidos. Em "Provisões" o aumento de R\$ 0,5 milhão refere-se às provisões trabalhistas na APS Soluções, reflexo da revisão da base de processos com relação ao risco e valor.

1.1.4 GANHO DE ALIENAÇÃO/AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

No acumulado de 2016, a rubrica foi impactada pelo efeito não recorrente resultante do ganho contábil da venda da Pantanal Energética, concluída no 1T16, no valor de R\$ 278,1 milhões.

1.1.5 EBITDA

No 2T17, o EBITDA foi de R\$ 533,5 milhões, aumento de 16,1% em relação ao 2T16. No acumulado do ano, o EBITDA foi de R\$ 1.073,3 bilhão, redução de 15,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação ao EBITDA ajustado, que exclui os efeitos não recorrentes e a Atualização do ativo financeiro não indenizável (VNR), houve aumento de 13,7% em relação ao trimestre comparado, comprovando o crescimento consistente do EBITDA da companhia. No acumulado do ano, o crescimento foi de 18,3%.

Itens em R\$ mil ou %	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
EBITDA	533.547	459.567	16,1%	1.073.281	1.276.401	-15,9%
Provisão ressarcimento do encargo hídrico ¹	(21.847)	-	n.d.	(30.000)	-	n.d.
Venda Pantanal Energética	-	-	n.d.	-	(278.139)	n.d.
Ressarcimento do Seguro UTE Pecém	-	-	-	-	(81.800)	n.d.
Atualização do ativo financeiro indenizável (VNR)	(1.449)	(10.747)	-86,5%	(7.083)	(40.714)	-82,6%
EBITDA ajustado	510.251	448.820	13,7%	1.036.198	875.748	18,3%
Resultado das participações societárias	(1.293)	(11.520)	-88,8%	(4.813)	(19.909)	-75,8%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	532.254	448.047	18,8%	1.068.468	1.256.492	-15,0%

¹ Provisão do ressarcimento do EHE de R\$ 33,4 milhões - bruto de PIS/COFINS e P&D. Para cálculo do EBITDA ajustado, considera o EHE líquido, excluindo o efeito do encargo contabilizado no 2T17.

1.1.6. RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

O Resultado das Participações Societárias apresentou melhora de 88,8%, conforme detalhado no item 3.2.

Itens em R\$ mil ou %	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	2.630	(5.424)	-148,5%	3.898	(11.963)	-132,6%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	(2.966)	(5.690)	-47,9%	(7.295)	(7.180)	1,6%
São Manoel (33,34%)	(601)	(503)	19,5%	(1.450)	(1.029)	40,9%
Outros ²	(357)	98	-464,3%	34	263	-87,1%
Resultado das participações societárias	(1.294)	(11.519)	88,8%	(4.813)	(19.909)	88,8%

¹ Considera mais valia dos ativos

² Considera equivalência de Porto do Pecém Transportadora de Minérios (Pecém TM), Pecém Operação e Manutenção (Pecém OM) e Mabe.

1.1.7. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado					
	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Receita Financeira	93.145	120.530	-22,7%	180.584	217.718	-17,1%
Receitas de aplicações financeiras	48.954	43.706	12,0%	104.488	71.303	46,5%
Variação monetária e acréscimo	40.807	61.128	-33,2%	71.865	110.711	-35,1%
Atualização sobre os ativos/ passivos financeiros setoriais	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Juros e multa sobre impostos	2.648	8.043	-67,1%	8.438	18.196	-53,6%
Ajustes a valor presente	1.194	512	133,2%	1.571	564	178,5%
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(4.175)	(4.445)	-6,1%	(13.427)	(8.288)	62,0%
Outras receitas financeiras	3.717	11.586	-67,9%	7.649	25.232	-69,7%
Despesa Financeira	(207.049)	(263.266)	-21,4%	(440.181)	(525.251)	-16,2%
Variação monetária e acréscimo moratório	(14.611)	(55.448)	-73,6%	(44.231)	(106.526)	-58,5%
Encargos de dívidas	(146.906)	(167.867)	-12,5%	(312.699)	(336.755)	-7,1%
Juros e multa sobre impostos	(861)	(1.542)	-44,2%	(2.111)	(3.054)	-30,9%
Variação monetária - Energia Livre	(2.604)	(3.017)	-13,7%	(5.564)	(5.846)	-4,8%
Ajustes a valor presente	(11.174)	(425)	n.d.	(15.986)	570	n.d.
(-) Juros capitalizados	1.749	932	87,7%	4.013	1.341	199,3%
Outras Despesas	(27.130)	(28.364)	-4,4%	(54.737)	(57.483)	-4,8%
Resultado Cambial Líquido	(5.178)	(11.698)	-55,7%	(11.500)	(70.347)	-83,7%
Atualização sobre os ativos/ passivos financeiros setoriais	(2.032)	1.350	n.d.	2.513	23.594	-89,3%
Total	(121.114)	(153.084)	-20,9%	(268.584)	(354.286)	-24,2%

Receita Financeira, redução de 22,7 %, resultante dos seguintes fatores:

- (i) Aumento da receita de aplicação financeira, apresentando uma variação positiva de R\$ 5,2 milhões entre os trimestres comparados e de R\$ 33,2 milhões entre os semestres, reflexo da estratégia da Companhia na gestão do fluxo de caixa e na gestão dos pagamentos a serem efetivados ao longo dos meses. Vale ressaltar que a Companhia tem otimizado a renda de suas aplicações, apesar do cenário econômico atual de queda na taxa dos rendimentos financeiros;
- (ii) Redução da receita de juros e multas da energia vendida de R\$ 24,9 milhões, referente à redução do tempo de dias de pagamento dos consumidores inadimplentes nas distribuidoras; e
- (iii) Redução na conta de "Outras Receitas Financeiras", de R\$ 7,9 milhões, devido principalmente à atualização do ganho da venda da Pantanal Energética.

Despesa Financeira, redução de 21,4%, resultante dos seguintes fatores:

- (i) Redução da despesa na linha de "variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada", de R\$ 10,6 milhões, devido à atualização dos valores provisionados nas distribuidoras referentes as liminares que vigoraram no ano de 2015 até a definição do acordo de adesão de repactuação do GSF.
- (ii) Redução da despesa na linha de "variação monetária em moeda nacional" de R\$ 12,8 milhões, reflexo da redução de saldo de dívidas em TJLP com o BNDES e dos financiamentos atreladas à inflação (IPCA);
- (iii) Redução da atualização monetária do uso do bem público, de R\$ 18,0 milhões, decorrente da variação do IGPM entre os períodos comparados, principalmente na Investco e na Enerpeixe; e
- (iv) Redução na linha de "encargos de dívidas", de R\$ 21,0 milhões, que refere-se à liquidação de empréstimos e debêntures, tais como: (i) liquidação da Cédula de Crédito Bancário na EDP Holding no valor de R\$ 303,0 milhões, referente à aquisição dos 50% remanescentes de Pecém, em junho de 2016; (ii) pagamento da 1ª Emissão de Debêntures da Energest, no valor de R\$ 60 milhões, ocorrida em abril de 2017; (iii) redução da dívida da EDP São Paulo; e (iv) redução dos indexadores financeiros como CDI e IPCA entre os períodos comparados.

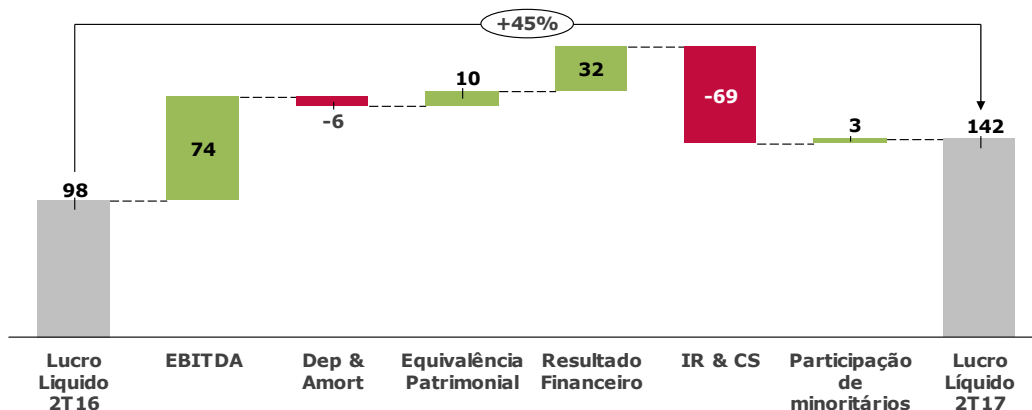
O Resultado Cambial variou R\$ 6,5 milhões devido ao pagamento antecipado do financiamento de Pecém junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - juntamente com a liquidação dos derivativos NDFs (*Non Deliverable Forward*) e swaps contratados para proteção das variações do USD e da Libor do mesmo.

1.1.8. LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido consolidado totalizou R\$ 142,0 milhões, aumento de 45,1%, resultante dos efeitos mencionados, mitigado pela maior despesa de IR e Contribuição Social em R\$ 69,0 milhões, devido:

- Impostos correntes - redução de R\$ 70,5 milhões, reflexo de dois efeitos, ambos ocorridos em 2016: (i) realização de ativos/passivos financeiros setoriais, referente a constituição de ativos regulatórios em 2015; e (ii) realização de lucro fiscal em Pecém, contribuindo para o aumento do saldo de impostos correntes;
- Impostos diferidos - aumento de R\$ 139,5 milhões, reflexo da realização de ativos/passivos financeiros setoriais em 2016.

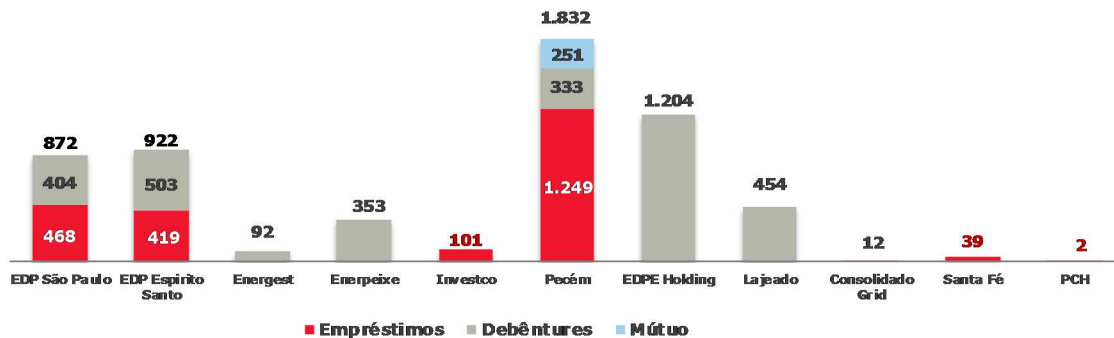
Formação do Lucro Líquido 2T17 (R\$ milhões)



2. ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta consolidada totalizou R\$ 5,6 bilhões, estável em relação ao final do ano de 2016. Ao final do 2T17, a Companhia possuía 4,1% de dívida em moeda estrangeira, com 100% de proteção dos riscos de câmbio (USD) e taxa de juros (Libor) por meio de instrumentos derivativos. A Dívida Bruta consolidada desconsidera a dívida das UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel.

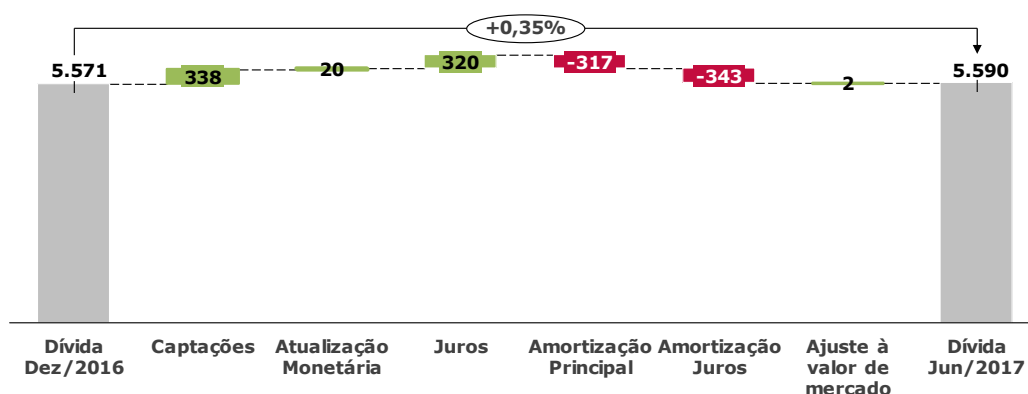
Dívida Bruta por empresa (R\$ milhões)



Nota: Não considera eliminações intragrupo de R\$ 291,1 milhões. Ações preferenciais da Investco estão classificadas como dívida.

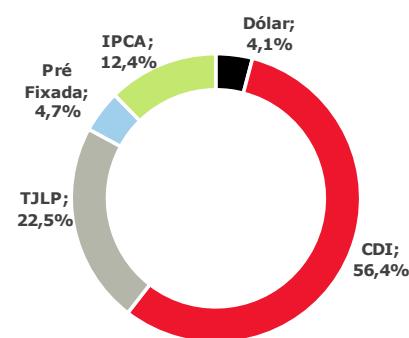
A Dívida Líquida alcançou R\$ 3,6 bilhões, estável em relação ao exercício findo em 2016, considerando R\$ 2,0 bilhões de disponibilidades. As captações verificadas no gráfico abaixo, no valor de R\$ 338,1 milhões, referem-se às emissões de debêntures realizadas no dia 07 de abril na EDP São Paulo e na EDP Espírito Santo, no valor de R\$ 150 milhões e de R\$ 190 milhões, respectivamente.

As amortizações de Principal e Juros verificadas no gráfico abaixo, referem-se aos seguintes tópicos: (i) BNDES, na modalidade FINEM, na EDP São Paulo, na EDP Espírito Santo e em Pecém; (ii) Capital de giro Externo Res. 4131 na EDP Espírito Santo; (iii) 1ª Emissão de Debentures na Energest; e (iv) 5ª Emissão de Debêntures na EDP São Paulo.

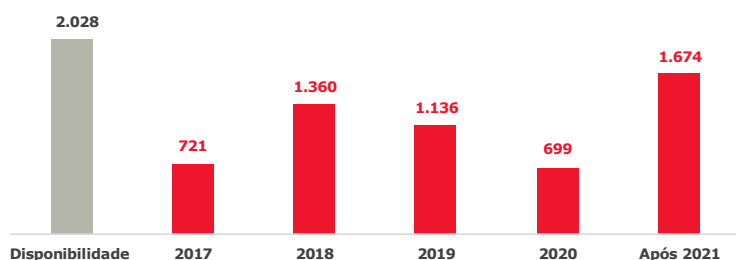
Composição da Dívida Bruta (R\$ milhões)

O custo médio da dívida em 30 de junho de 2017 era de 13,5 % a.a., em comparação a 14,5% a.a. em dezembro de 2016, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e encargos incorridos nos últimos 12 meses. A redução do custo médio é resultante da queda do CDI (de 14,0% a.a., em dezembro de 2016, para 12,85% a.a., em junho de 2017) e do IPCA (de 6,3% a.a., em dezembro de 2016, para 3,0% a.a., em junho de 2017).

O prazo médio da dívida consolidada atingiu 2,8 anos, abaixo do apresentado em dezembro de 2016 de 3,0 anos.

Dívida Bruta por Indexador em 30/06/17

Nota: considerando que os financiamentos em moeda estrangeira encontram-se protegidos dos riscos de câmbio (USD), o percentual de indexadores seria: CDI 60,4%, com os demais indexadores mantidos.

Cronograma de Vencimento da Dívida¹ (R\$ milhões)

Nota: ¹Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge

Dívida Líquida/EBITDA

Período	Consolidado	Consolidado & Participações ¹
	Dív. Líq./EBITDA	Dív. Líq./EBITDA
Jun/2016	1,3 x	1,7 x
Set/2016	1,3 x	1,6 x
Dez/2016	1,5 x	2,0 x
Mar/2017	1,8 x	2,3 x
Jun/17	1,7 x	2,2 x

¹Números apresentados na proporção da EDP Energias do Brasil

A relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 1,7 vezes.

Considerando a proporção da participação da EDP Energias do Brasil nas UHEs Santo Antônio do Jari (50%), Cachoeira Caldeirão (50%) e São Manoel (33,34%), a relação Dívida Líquida/EBITDA seria de 2,2 vezes, o prazo médio da dívida de 3,8 anos e o custo médio de 12,9% ao ano. A distribuição da dívida por indexador, considerando os ativos não consolidados, seria de 48,9% em CDI, 30,8% em TJLP, 13,3% em IPCA, 3,3% em dólar e 3,8% em pré-fixada.

3. VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO

No trimestre, o imobilizado cresceu 10,3%, considerando o critério de consolidação. Do total, 79% refere-se à distribuição, 16% à geração, 3% a outros e 2% à transmissão.

Total						
Varição do Imobilizado (R\$ mil)	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Distribuição	125.506	116.101	8,1%	266.924	186.188	43,4%
EDP São Paulo	70.013	56.371	24,2%	147.505	91.540	61,1%
EDP Espírito Santo	55.493	59.730	-7,1%	119.419	94.648	26,2%
Geração	24.998	19.262	29,8%	45.039	37.975	18,6%
Enerpeixe	996	246	304,9%	1.148	386	197,4%
Energest	808	1.352	-40,2%	1.549	2.789	-44,5%
EDP PCH	1.470	1.855	-20,8%	3.438	2.605	32,0%
Lajeado / Investco	3.010	(219)	n.d.	5.315	1.335	298,1%
Pecém (Consolidação)	18.256	16.025	13,9%	32.901	30.857	6,6%
Costa Rica	50	-	n.d.	100	-	n.d.
Pantanal	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Santa Fé	408	3	n.d.	588	3	n.d.
Transmissão	2.635	-	n.d.	2.635	-	n.d.
Outros	4.638	7.654	-39,4%	9.379	14.748	-36,4%
Total	157.777	143.017	10,3%	323.977	238.911	35,6%

No segmento de Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 125,5 milhões (líquido de obrigações especiais e receitas de ultrapassagem), resultantes do incremento de investimentos no programa de combate a perdas, na recomposição da rede através da instalação de novos tipos de cabos e manutenções preventivas. Vale ressaltar que a Companhia tem aumentado substancialmente o nível de investimentos nas distribuidoras, conforme quadro acima, com o objetivo de maximizar a rentabilidade a ser capturada na próxima revisão tarifária.

EDP São Paulo						
Varição do Imobilizado - Distribuição	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Valor Bruto sem Juros Capitalizados	69.372	59.901	15,8%	161.939	96.582	67,7%
(+) Juros Capitalizados	1.141	539	111,7%	2.540	948	167,9%
Valor Bruto	70.513	60.440	16,7%	164.479	97.530	68,6%
(-) Obrigações Especiais	(501)	(4.069)	-87,7%	(16.975)	(5.990)	183,4%
Valor Líquido de Obrig. Especiais	70.012	56.371	24,2%	147.505	91.540	61,1%

EDP Espírito Santo						
Varição do Imobilizado - Distribuição	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Valor Bruto sem Juros Capitalizados	58.554	179.099	-67,3%	128.365	230.252	-44,3%
(+) Juros Capitalizados	608	393	54,7%	1.473	393	274,8%
Valor Bruto	59.162	179.492	-67,0%	129.838	230.645	-43,7%
(-) Obrigações Especiais	(3.668)	(119.761)	-96,9%	(10.419)	(135.996)	-92,3%
Valor Líquido de Obrig. Especiais	55.494	59.731	-7,1%	119.419	94.648	26,2%
Distribuição	125.506	116.102	8,1%	266.924	186.189	43,4%

Do total de investimento bruto das Distribuidoras no trimestre, 42% foram destinados à instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes; 41% foram destinados à melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil; 15% foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura, projetos comerciais e combate a perdas; e 2% foram destinados ao Programa Luz para Todos e à universalização urbana e rural, propiciando a ligação e o acesso de consumidores aos serviços de energia.

No segmento de Geração, o investimento alcançou R\$ 25,0 milhões, aumento de 29,8%, que resultou de investimentos para recomposição e melhoramento da UHE Lajeado. Adicionalmente, o projeto da estação de tratamento de água reflete o aumento de investimento em Pecém.

No segmento Outros, a redução decorre de estudo de um projeto, cujo pagamento foi realizado na Holding, no 2T16.

No segmento de Transmissão, os investimentos totalizaram R\$ 2,6 milhões em função dos trabalhos realizados para o desenvolvimento do lote 24. Do total investido, R\$ 1,2 milhões destinaram-se ao levantamento topográfico e avaliação dos imóveis interceptados pela linha de transmissão e subestação, assim como a aquisição do terreno onde estará localizada a subestação, em São Mateus. O restante foi investido em estudos arqueológicos e ambientais, na obtenção de certidões municipais de uso e ocupação do solo, nos Projetos básicos de Engenharia, no processo de obtenção do enquadramento no benefício fiscal REIDI e nos trabalhos relativos a obtenção da Licença Prévia junto ao órgão ambiental do Estado do Espírito Santo (IEMA – Instituto Estadual de meio Ambiente e Recursos Hídricos).

Varição do Imobilizado (R\$ mil)	2T17	2T16	Var	6M17	6M16	Var
Distribuição	125.506	116.101	8,1%	266.924	186.188	43,4%
Geração	95.135	154.046	-38,2%	181.791	323.963	-43,9%
Geração outros	24.998	19.262	29,8%	45.039	37.975	18,6%
UHE Santo Antonio do Jari ¹	496	972	-49,0%	606	6.120	-90,1%
UHE Cachoeira Caldeirão ¹	(357)	22.372	n.d.	214	60.126	-99,6%
UHE São Manoel ²	69.998	111.440	-37,2%	135.932	219.743	-38,1%
Transmissão	2.635	-	n.d.	2.635	-	n.d.
Outros	4.638	7.654	-39,4%	9.379	14.748	-36,4%
Total	227.914	277.801	-18,0%	460.729	524.899	-12,2%

¹ Considera a participação da EDP = 50%

² Considera a participação da EDP = 33,34%

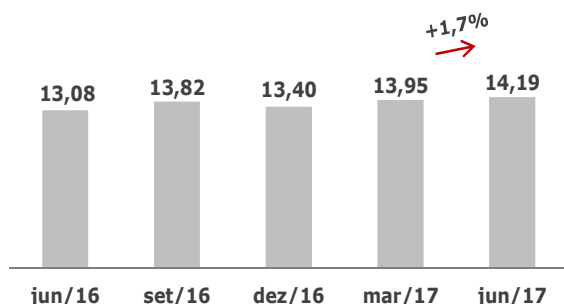
Considerando o investimento de acordo com a participação da Companhia nos projetos de geração hídrica, 50% em Jari (R\$ 0,5 milhão) e Cachoeira Caldeirão (-R\$ 357 mil), além de 33,34% em São Manoel (R\$ 70,0 milhões), os investimentos da Companhia alcançariam R\$ 227,9 milhões, 18,0% inferiores. O valor negativo em Cachoeira Caldeirão é decorrente da efetivação a menor do valor provisionado, devido ao benefício de recolhimento do PIS/COFINS (REIDI).

4. MERCADO DE CAPITAIS

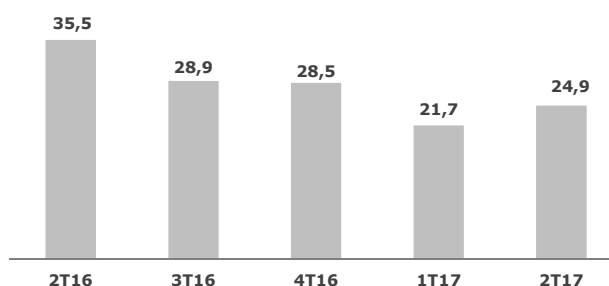
4.1. DESEMPENHO DAS AÇÕES

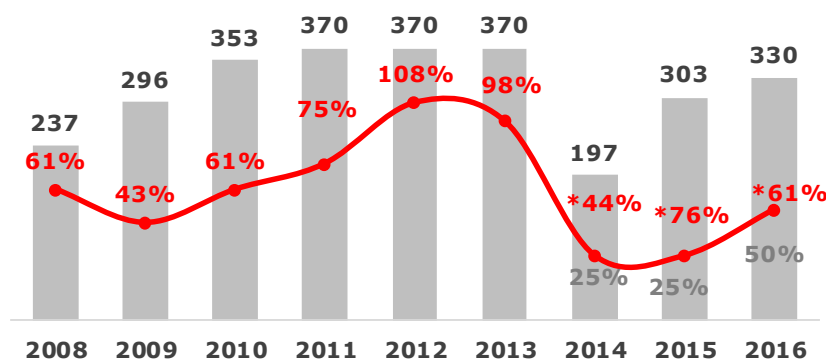
Em 30 de junho, as ações da EDP Energias do Brasil (ENBR3) encerram cotadas a R\$ 14,19, com alta de 1,7% no trimestre, desempenho superior ao Ibovespa (-3,2%) e IEE (-4,7%). As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões, totalizando 112,5 milhões de ações, média diária de 1,8 milhões de ações negociadas e volume financeiro de R\$ 1,5 bilhão, com volume médio diário de R\$ 24,9 milhões. O valor de mercado da Companhia em 30 de junho era R\$ 8,6 bilhões.

Evolução da Cotação (R\$)



Volume Médio Diário (R\$ milhões)



ENBR3 x Desempenho dos Índices**(Base 100: 30/12/2014)****Dividendos e Payout (R\$ / Milhões)**

*Payout considerando lucro ajustado dos efeitos não recorrentes nos anos de 2014, 2015 e 2016.

4.2. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 606.850.394 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 295.339.234 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBOVESPA).

No trimestre, houve redução de 44.113 ações na tesouraria, passando para um total de 713.223 ações. Essa redução é decorrente do Programa de Incentivo, no qual as ações foram vendidas pela Companhia aos beneficiários do programa.

Desde 2015, com intuito de reconhecer o desempenho organizacional e individual, além de incentivar e manter os melhores talentos, a Companhia ampliou o seu pacote de benefícios com a implementação da Política de Remuneração Baseada em Ações.

A política de remuneração dá aos beneficiários (Diretores e Gerentes Executivos indicados ao programa) o direito de adquirir ações da companhia, mediante a entrega de ações de sua propriedade, que estavam em tesouraria.

Os beneficiários da política de remuneração são selecionados pelo Conselho de Administração, com base nas recomendações do Comitê de Remuneração considerando, entre outros critérios, a importância e a essencialidade da função exercida, o nível de envolvimento em projetos estratégicos, o cumprimento de metas relacionadas ao desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente, bem como o valor agregado que o beneficiário oferece à Companhia.

As ações de emissão da Companhia sujeitas à política de remuneração não poderão representar, a qualquer tempo, mais do que 1% do capital social da Companhia.

O preço das ações adquiridas pelos beneficiários será equivalente à média ponderada de cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores à data da aquisição.

As ações do programa de incentivo ou de retenção somente serão concedidas aos beneficiários que permanecerem continuamente vinculados como administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou das Controladas durante o período de carência. Adicionalmente, para os beneficiários do programa de incentivo, os mesmos deverão manter suas respectivas ações originárias, se abstendo de onerá-las e/ou transferi-las.

A entrega das ações de incentivo será após o período de carência (três anos), caso a rentabilidade de mercado seja atingida (rentabilidade acumulada igual ou acima de 15% sobre a apuração média do IEE – Índice de Energia Elétrica e do IBOVESPA – Índice Bovespa), ou após cinco anos, caso a rentabilidade de mercado definida no regulamento não seja atingida.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	757.592	902.262	2.027.594	2.017.709
Títulos a receber		4.945	3.442		
Contas a receber	6			1.840.642	1.696.312
Impostos e contribuições sociais	8	103.841	163.763	302.742	426.147
Tributos diferidos	9			25.785	37.390
Empréstimos a receber	10	48.503	50.773	48.503	50.773
Dividendos	12	333.449	208.394	338	338
Estoques	11			143.109	129.997
Cauções e depósitos vinculados		222	222	3.307	11.115
Ativos financeiros setoriais	7			25.047	58.662
Outros créditos	13	54.354	53.774	193.431	235.302
Total do Ativo Circulante		1.302.906	1.382.630	4.610.498	4.663.745
Não circulante					
Títulos a receber		23.497	23.181		
Ativo financeiro indenizável	16			1.781.881	1.653.978
Contas a receber	6			100.722	106.513
Títulos e valores mobiliários	10	105.811	98.122	105.811	98.122
Impostos e contribuições sociais	8			118.215	107.185
Tributos diferidos	9			905.770	916.507
Empréstimos a receber	10	278.066	261.189	20.059	17.640
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	5.220	64.600		64.600
Cauções e depósitos vinculados		7.222	5.923	196.993	188.592
Ativos financeiros setoriais	7			7.152	12.701
Outros créditos	13	5.034	4.987	68.478	79.326
		424.850	458.002	3.305.081	3.245.164
Investimentos	14	7.776.639	7.468.122	1.375.762	1.181.259
Propriedades para investimentos		5.000	5.000	12.453	12.551
Imobilizado	17	24.849	24.116	7.315.310	7.423.871
Intangível	18	18.149	16.179	2.711.383	2.717.236
		7.824.637	7.513.417	11.414.908	11.334.917
Total do Ativo Não circulante		8.249.487	7.971.419	14.719.989	14.580.081
TOTAL DO ATIVO		9.552.393	9.354.049	19.330.487	19.243.826

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	19	12.145	13.161	1.161.680	1.123.578
Impostos e contribuições sociais	8	8.390	82.855	323.925	453.591
Tributos diferidos	9			471	365
Dividendos	12	284.653	284.653	350.197	368.709
Debêntures	20	364.690	372.526	723.961	693.931
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			448.507	378.169
Benefícios pós-emprego	22	115	112	34.316	34.933
Encargos setoriais	23			165.542	204.690
Uso do bem público				29.350	29.502
Provisões	24			149.919	154.669
Passivos financeiros setoriais	7			218.998	353.527
Outras contas a pagar	13	16.991	19.030	159.138	179.941
Total do Passivo Circulante		686.984	772.337	3.766.004	3.975.605
Não circulante					
Fornecedores	19				3.892
Impostos e contribuições sociais	8	32.456	33.027	51.344	51.072
Tributos diferidos	9	183.516	184.668	336.352	339.829
Debêntures	20	839.628	823.173	2.618.550	2.388.048
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			1.799.178	2.110.907
Benefícios pós-emprego	22			629.492	599.715
Encargos setoriais	23			32.495	18.896
Uso do bem público				276.677	287.354
Provisões	24	11.375	12.478	334.742	344.628
Provisão para passivo a descoberto	14	2.549	1.169	2.549	1.169
Passivos financeiros setoriais	7			173.438	109.434
Outras contas a pagar	13	4.581	3.891	28.219	28.219
Total do Passivo Não circulante		1.074.105	1.058.406	6.283.036	6.283.163
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25.1	4.682.716	4.682.716	4.682.716	4.682.716
Reservas de capital	25.2	135.606	135.499	135.606	135.499
Reservas de lucros	25.2	3.065.860	3.065.860	3.065.860	3.065.860
Outros resultados abrangentes	25.3	(364.024)	(354.811)	(364.024)	(354.811)
Ações em tesouraria	25.4	(5.611)	(5.958)	(5.611)	(5.958)
Lucros acumulados		276.757		276.757	
Total do Patrimônio líquido		7.791.304	7.523.306	7.791.304	7.523.306
Participações não controladores				1.490.143	1.461.752
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		7.791.304	7.523.306	9.281.447	8.985.058
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.552.393	9.354.049	19.330.487	19.243.826

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Controladora				Consolidado				
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	
						Reapresentado		Reapresentado	
Receitas	26	1.817	790	3.657	1.742	2.708.804	2.140.967	5.157.583	4.292.228
Custos	27								
Custo do serviço de energia elétrica						(1.534.530)	(1.153.781)	(2.793.304)	(2.330.105)
Custo da produção da energia elétrica						(192.822)	(131.645)	(358.360)	(264.372)
Custo de operação						(276.793)	(216.859)	(563.585)	(457.945)
Custo do serviço prestado a terceiros						(131.390)	(120.433)	(276.741)	(192.907)
		-	-	-	-	(2.135.535)	(1.622.718)	(3.991.990)	(3.245.329)
Lucro bruto		1.817	790	3.657	1.742	573.269	518.249	1.165.593	1.046.899
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	27					(32.277)	(36.716)	(61.429)	(68.917)
Despesas gerais e administrativas	27	(27.238)	(21.160)	(52.938)	(44.325)	(104.617)	(106.412)	(211.208)	(207.152)
Depreciações e amortizações	27	(2.722)	(2.168)	(5.340)	(4.341)	(27.191)	(26.003)	(54.174)	(52.103)
Ganho na alienação de investimento	28					278.139			278.139
Outras despesas e receitas operacionais	27	(254)	(4.516)	(147)	(4.994)	(15.535)	(23.567)	(44.656)	12.271
		(30.214)	(27.844)	(58.425)	224.479	(179.620)	(192.698)	(371.467)	(37.762)
Resultado das participações societárias	14	175.718	131.030	336.263	274.731	(1.293)	(11.520)	(4.813)	(19.909)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		147.321	103.976	281.495	500.952	392.356	314.031	789.313	989.228
Resultado financeiro	29								
Receitas financeiras		32.338	41.379	79.789	70.981	85.147	258.970	183.380	510.775
Despesas financeiras		(38.237)	(61.998)	(84.888)	(125.746)	(206.261)	(412.055)	(451.964)	(865.061)
		(5.899)	(20.619)	(5.099)	(54.765)	(121.114)	(153.085)	(268.584)	(354.286)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		141.422	83.357	276.396	446.187	271.242	160.946	520.729	634.942
Tributos sobre o lucro	30								
Imposto de renda e contribuição social correntes			13.917	(791)	(47.423)	(73.696)	(144.161)	(162.164)	(426.594)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		576	572	1.152	1.143	(20.690)	118.777	(17.594)	268.041
		576	14.489	361	(46.280)	(94.386)	(25.384)	(179.758)	(158.553)
Lucro líquido do período		141.998	97.846	276.757	399.907	176.856	135.562	340.971	476.389
Atribuível aos acionistas controladores						141.998	97.846	276.757	399.907
Atribuível aos acionistas não controladores						34.858	37.716	64.214	76.482
Resultado por ação atribuível aos acionistas	31								
Resultado básico por ação (reais/ações)									
ON		0,23399	0,20572	0,45606	0,84079	0,23399	0,20572	0,45606	0,84079
Resultado diluído por ação (reais/ações)									
ON		0,23088	0,19687	0,45022	0,80461	0,23088	0,19687	0,45022	0,80461

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Lucro líquido do período	141.998	97.846	276.757	399.907	176.856	135.562	340.971	476.389
Outros Resultados Abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(7.864)	(8.525)	(9.213)	(20.669)	(7.864)	(8.525)	(9.213)	(20.669)
Resultado abrangente do período	134.134	89.321	267.544	379.238	168.992	127.037	331.758	455.720
Atribuível aos acionistas controladores					134.134	89.321	267.544	379.238
Atribuível aos acionistas não controladores					34.858	37.716	64.214	76.482

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	276.396	446.187	520.729	634.942
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos			3.929	(87.101)
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			61.429	68.917
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(7.039)	(40.714)
Remuneração do ativo financeiro indenizável			(44)	
Depreciações e amortizações	5.339	4.342	279.148	267.265
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			1.611	2.284
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos			31.692	(30.899)
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	(18.396)	(27.412)	(3.939)	(22.027)
Ativos e passivos financeiros setoriais			(2.513)	(23.594)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre			5.564	5.846
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	68.225	117.486	334.936	462.240
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			3.425	20.758
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			37.122	28.170
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	1.907	3.081	32.289	35.111
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			211	1.600
Ajuste a valor presente	(976)	(951)	945	3.374
Participações societárias	(336.263)	(274.731)	4.813	19.909
Ganhos com investimentos		(278.139)		(278.139)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária			30.502	33.409
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(217)		(3.070)	(3.905)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(2.287)	(10.287)
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade			(4.672)	(67.172)
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente		(4.708)	945	(2.899)
Amortização do prêmio de risco - GSF			2.029	2.076
Outros	602	(4)	468	6.277
	<u>(3.383)</u>	<u>(14.849)</u>	<u>1.328.223</u>	<u>1.025.441</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Contas a receber			(210.581)	302.399
Ativos financeiros setoriais			67.097	527.357
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(14.517)	66.848	11.391	177.150
Estoques			(23.603)	(6.940)
Cauções e depósitos vinculados	(1.082)	(616)	1.822	(38.194)
Prêmio de risco - GSF				(39.457)
Rendas a receber				(5.850)
Outros ativos operacionais	(557)	(113)	78.220	10.216
	<u>(16.156)</u>	<u>66.119</u>	<u>(75.654)</u>	<u>926.681</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(1.016)	(7.823)	42.141	(348.067)
Passivos financeiros setoriais			(95.945)	461.241
Outros tributos e contribuições sociais	(1.388)	(75.317)	(78.998)	(281.177)
Benefícios pós-emprego			(21.925)	(43.740)
Encargos setoriais			(56.120)	(190.994)
Provisões	(3.010)	(1.251)	(27.779)	(30.548)
Ressarcimento por Indisponibilidade			(13.186)	(23.018)
Uso do bem público			(14.254)	(13.202)
Outros passivos operacionais	(1.346)	(6.688)	(43.384)	(20.277)
	<u>(6.760)</u>	<u>(91.079)</u>	<u>(309.450)</u>	<u>(489.782)</u>
Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	<u>(26.299)</u>	<u>(39.809)</u>	<u>943.119</u>	<u>1.462.340</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos			(100.069)	(275.324)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	<u>(26.299)</u>	<u>(39.809)</u>	<u>843.050</u>	<u>1.187.016</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recebimento (pagamento) por alienação/aquisição de investimento		355.221	(3.505)	355.221
Dividendos recebidos	105.544	573.376		
Títulos e valores mobiliários	3.442	4.546	3.442	
Adiantamento para futuro aumento de capital	(21.334)	(13.500)		(13.500)
Aumento de capital em subsidiárias	(133.336)	(230.663)	(133.336)	(230.663)
Adições ao ativo financeiro indenizável			(2.691)	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(5.486)	(12.342)	(317.149)	(229.448)
Alienação de bens e direitos			2.837	2.460
Empréstimos a receber	3.789	(32.385)	3.789	(32.385)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda				(3.982)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de investimento	<u>(47.381)</u>	<u>644.253</u>	<u>(446.613)</u>	<u>(152.297)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Cauções e depósitos vinculados			655	(405)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.499.525		1.499.525
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(300.340)	(55.142)	(448.598)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		242.903	338.074	575.207
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(550.000)	(325.347)	(924.063)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(71.580)	(96.299)	(345.382)	(324.669)
Alienação de ações em tesouraria	590	729	590	729
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento	<u>(70.990)</u>	<u>796.518</u>	<u>(386.552)</u>	<u>377.726</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(144.670)</u>	<u>1.400.962</u>	<u>9.885</u>	<u>1.412.445</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	757.592	1.464.615	2.027.594	2.562.443
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	902.262	63.653	2.017.709	1.149.998
	<u>(144.670)</u>	<u>1.400.962</u>	<u>9.885</u>	<u>1.412.445</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.182.716	2.729.258	(6.614)	(233.423)	-	5.811.654	1.676.793	7.488.447
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	1.499.525					1.499.525		1.499.525
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(807)					(807)	807	-
Dividendos destinados a não controladores							(74.727)	(74.727)
Lucro líquido do período					399.907	399.907	76.482	476.389
Alienação de ações de tesouraria - Plano de remuneração baseado em ações	265		464			729		729
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				(20.669)		(20.669)		(20.669)
Saldos em 30 de junho de 2016	3.182.716	2.729.258	(6.150)	(254.092)	399.907	7.690.339	1.679.355	9.369.694
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.682.716	3.065.860	(5.958)	(354.811)	-	7.523.306	1.461.752	8.985.058
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(806)					(806)	806	-
Dividendos destinados a não controladores	670					670	(36.629)	(36.629)
Opções de ações outorgadas								670
Lucro líquido do período	243		347		276.757	276.757	64.214	340.971
Alienação de ações de tesouraria - Plano de remuneração baseado em ações						590		590
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				(9.213)		(9.213)		(9.213)
Saldos em 30 de junho de 2017	4.682.716	3.065.860	(5.611)	(364.024)	276.757	7.791.304	1.490.143	9.281.447

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
				Reapresentado
Geração do valor adicionado	10.987	290.492	7.605.106	7.310.246
Receita operacional	3.847	1.800	7.328.945	6.726.559
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		737	(61.429)	(68.112)
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.486	12.342	49.377	50.516
Receita de Construção			269.515	184.847
Atualização do Ativo financeiro indenizável			7.083	40.714
Outras receitas	1.654	275.613	11.615	375.722
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(33.874)	(37.365)	(4.138.755)	(3.390.852)
Custos da energia comprada			(2.805.422)	(2.313.391)
Encargos de uso da rede elétrica			(273.042)	(255.350)
Materiais	(1.201)	(629)	(58.314)	(31.893)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica			(358.360)	(264.373)
Serviços de terceiros	(26.640)	(25.829)	(259.433)	(256.639)
Custo com construção da infraestrutura			(269.275)	(184.847)
Outros custos operacionais	(6.033)	(10.907)	(114.909)	(84.359)
Valor adicionado bruto	(22.887)	253.127	3.466.351	3.919.394
Retenções				
Depreciações e amortizações	(5.340)	(4.341)	(286.177)	(273.015)
Valor adicionado líquido produzido	(28.227)	248.786	3.180.174	3.646.379
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	83.173	73.982	196.807	519.063
Resultado da equivalência patrimonial	336.263	274.731	(4.813)	(19.909)
Valor adicionado total a distribuir	391.209	597.499	3.372.168	4.145.533
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	16.040	17.302	147.805	153.733
Benefícios	3.073	1.403	45.961	33.690
FGTS	1.343	1.149	12.378	11.969
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	5.545	51.892	1.255.985	1.294.253
Estaduais	26	18	1.093.611	1.290.772
Municipais	765	639	7.019	5.584
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	84.888	125.746	455.977	866.401
Aluguéis	2.772	(557)	12.461	12.742
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio				
Participações dos não controladores			56.636	69.625
Partes beneficiárias			7.578	6.857
	114.452	197.592	3.095.411	3.745.626
Lucros retidos	276.757	399.907	276.757	399.907
	391.209	597.499	3.372.168	4.145.533

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

As ações da Companhia, sob o código "ENBR3", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as carteiras dos seguintes índices na BM&FBOVESPA: Índice Bovespa – Ibovespa; Índice de Energia Elétrica – IEE; e Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			30/06/2017		31/12/2016	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo) (*)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo) (*)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Geração						
Energest S.A. (Energest)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	Controlada	integral	51,00		51,00	
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (EDP PCH)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86		55,86	
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
ECE Participações S.A. (ECE Participações)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela CEJA		50,00		50,00
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral		40,78		40,78
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00		60,00	
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334		33,334	
Comercialização						
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora)	Controlada	integral	100,000		100,000	
Outras						
EDP Transmissão S.A. (EDP Transmissão)	Controlada	integral	100,000		100,000	
EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (EDP GRID)	Controlada	integral	100,000		100,000	
EDP Soluções em Energia S.A. (EDP Soluções)	Controlada	integral		100,00		100,00
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,000		100,000	
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,000		50,000	
Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções		50,00		50,00

(*) Foram aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias - AGEs, realizadas em 17 de março de 2017, as respectivas alterações das denominações sociais de "Bandeirante Energia S.A." para "EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A." e de "Espírito Santo Centrais Elétricas S.A." para "EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.".

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2 Concessões, Autorizações e Registros

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permissões de geração, transmissão e de distribuição de energia:

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Energest	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	138,50	14/07/1995	16/07/2025	20 anos	(i)
EDP PCH	PCH's Viçosa e São João	Produtor Independente	Autorização	ES	29,50	15,47	19/05/1999	19/05/2029	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP PCH	UHE Suíça/ PCH's Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	72,03	37,65	14/07/1995	16/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Santa Fé	PCH Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29,00	15,58	13/11/2001	13/11/2031	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Costa Rica	PCH Costa Rica	Produtor Independente	Autorização	MS	16,00	12,28	05/11/2001	05/11/2031	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
ECE Participações	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044	20 anos	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	01/07/2043	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

Em fase de projeto/construção

Empresas	Usina / Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Geração										
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	700,00	424,50	10/04/2014	10/04/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Transmissão										
EDP Transmissão	113 Km	Serviço Público	Concessão	ES	LT: 230kV SE: 230/138 - 13,8kV		09/08/2020	09/08/2050	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados às UHEs ou PCHs passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

(iii) Não existe previsão de indenização.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 12 de julho de 2017.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2016.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 22 de fevereiro de 2017. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Número da nota explicativa em 31/12/2016	Título da nota explicativa	Justificativa
2.1	Concessões, Autorizações e Registros (Distribuição)	(a)
2.1.1	Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão	(a)
2.2	Concessões, Autorizações e Registros (Geração)	(a)
3.8	Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas	(a)
8	Titulos a receber	(b)
13	Cauções e depósitos vinculados	(b)
22.2	Energia livre	(b)
27	Uso do Bem Público - UBP	(b)
29.3.2	Reserva de retenção de lucros	(b)
29.6	Participações de não controladores	(b)
30.1	Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	(b)
36.1	Instrumentos financeiros	(c)
36.1.1	Classificação dos instrumentos financeiros	(c)
36.1.2	Valor justo	(a)
36.1.2.1	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(a)
36.2.5	Gestão de capital	(b)
41	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2017, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 6.3); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6.4); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 9); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 16); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 17 e 18); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 22); Provisões para contingências (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 24.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 32.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 14).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes;
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes;
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas informações contábeis intermediárias;
- Acordos de controle compartilhado: em 30 de junho de 2017, a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e outra parte dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para a rubrica Contas a receber que são avaliados mensalmente (Nota 6). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo consideram evidências de perda de valor recuperável por classe de consumidor e, dependendo da relevância, a nível individual.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia e suas controladas identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos imobilizados, intangíveis, investimentos ou propriedades para investimentos, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e suas controladas procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

Os resultados dos testes de redução ao valor recuperável dos ativos estão mencionados nas notas 15 e 18.2.

3.8 Reapresentações dos períodos anteriores

A Administração das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, após a avaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação dos saldos contábeis, procedeu reclassificações na Demonstração do resultado e na Demonstração do valor adicionado relativas a 30 de junho de 2016, originalmente autorizadas em 20 de julho de 2016, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

3.8.1 Demonstração do Resultado

	Consolidado									
	01/04/2016 à 30/06/2016					01/01/2016 à 30/06/2016				
	Publicado	Atualização do Ativo financeiro indenizável (a)	Variação cambial de Itaipu (b)	Reapresentação para melhor apresentação	Saldo Reapresentado	Publicado	Atualização do Ativo financeiro indenizável (a)	Variação cambial de Itaipu (b)	Reapresentação para melhor apresentação	Saldo Reapresentado
Receitas	2.130.220	10.747	-	-	2.140.967	4.251.514	40.714	-	-	4.292.228
Custo da produção e do serviço de energia elétrica										
Custo do serviço de energia elétrica	(1.165.201)	-	11.420	-	(1.153.781)	(2.351.561)	-	21.456	-	(2.330.105)
Lucro bruto	496.082	10.747	11.420	-	518.249	984.729	40.714	21.456	-	1.046.899
Despesas e Receitas operacionais										
Outras despesas e receitas operacionais	(12.820)	(10.747)	-	-	(23.567)	52.985	(40.714)	-	-	12.271
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	302.611	-	11.420	-	314.031	967.772	-	21.456	-	989.228
Resultado financeiro										
Receitas financeiras	258.606	-	(11.420)	11.784	258.970	521.560	-	(21.456)	10.671	510.775
Despesas financeiras	(400.271)	-	-	(11.784)	(412.055)	(854.390)	-	-	(10.671)	(865.061)
Resultado líquido do período	135.562	-	-	-	135.562	476.389	-	-	-	476.389

3.8.2 Demonstração do Valor Adicionado

	Consolidado				
	Publicado	Atualização do Ativo financeiro indenizável (a)	Variação cambial de Itaipu (b)	Reapresentação para melhor apresentação	Saldo Reapresentado
	Geração do valor adicionado	7.269.532	40.714	-	-
Atualização do Ativo financeiro indenizável	-	40.714	-	-	40.714
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.371.594)	(40.714)	21.456	-	(3.390.852)
Custos da energia comprada	(2.334.847)	-	21.456	-	(2.313.391)
Outros custos operacionais	(43.645)	(40.714)	-	-	(84.359)
Valor adicionado bruto	3.897.938	-	21.456	-	3.919.394
Valor adicionado líquido produzido	3.624.923	-	21.456	-	3.646.379
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	529.848	-	(21.456)	10.671	519.063
Valor adicionado total a distribuir	4.134.862	-	-	10.671	4.145.533
Distribuição do valor adicionado					
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	855.730	-	-	10.671	866.401
	4.134.862	-	-	10.671	4.145.533

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(a) Atualização do ativo financeiro indenizável

A EDP São Paulo e EDP Espírito Santo concluíram que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais", poderia ser melhor apresentada na rubrica de "Receitas", em conjunto com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação de desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que investir em infraestrutura é uma das principais atividades de seu negócio e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. Ademais as distribuidoras possuem o direito incondicional de receber caixa ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, devidamente atualizados pelo VNR acrescido de WACC regulatório definido pela ANEEL a cada Revisão Tarifária, sendo o poder concedente responsável por este financiamento quando do término do contrato de concessão.

Deste modo, as receitas tarifárias, que são classificadas na rubrica de "Receitas", representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato desses dois ativos integrarem a base regulatória de remuneração.

Adicionalmente, a nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

(b) Variação cambial da energia comprada de Itaipu

A EDP São Paulo e EDP Espírito Santo concluíram que a variação cambial decorrente dos contratos de compra de energia de Itaipu, que são mensurados em Dólar, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receitas financeiras", poderia ser melhor apresentada na rubrica de "Custo com energia elétrica", em conjunto com os demais custos relacionados aos contratos de compra de energia, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica.

Tal conclusão está suportada no fato de que, tanto o custo da energia adquirida de Itaipu quanto a variação cambial decorrente da compra, são repassados ao consumidor na tarifa de energia elétrica, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela "A" – CVA, e também pelo fato da variação cambial ser derivada de preço contratual de compra de energia e não de variação de passivo financeiro. Desta forma, consideramos que, manter ambos os montantes na mesma rubrica, proporcionaria uma leitura da demonstração financeira mais verdadeira, transparente e apropriada, devido ao fato de ambos os montantes serem claramente relacionados ao custo da operação das distribuidoras.

4 Eventos significativos no período

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o 1º semestre de 2017 as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Consolidado						
EDP São Paulo	BNDES FINEM (Liberação)	fev/17	dez/24	708	IPCA + TR + 3,05% a.a. / TJLP + 3,05% a.a., Pré 6% a.a. e TJLP.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP Espírito Santo	BNDES FINEM (Liberação)	fev/17	dez/24	684	IPCA + TR + 3,05% a.a. / TJLP + 3,05% a.a., Pré 6% a.a. e TJLP.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP São Paulo	7ª Emissão de Debêntures	abr/17	abr/22	150.000	108,75% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.
EDP Espírito Santo	5ª Emissão de Debêntures	abr/17	abr/22	190.000	108,75% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.
				341.392		
Controladas em conjunto (não consolidada nestas informações contábeis intermediárias)						
Cachoeira Caldeirão	BNDES FINEM (Liberação)	jun/17	nov/37	8.613	TJLP + 2,12% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão
				8.613		
Total				350.005		

4.2 Troca de consórcio construtor - São Manoel

Em 13 de janeiro de 2017, a São Manoel tomou as medidas cabíveis para realizar a troca do consórcio constituído pelas empresas CONSTRAN S.A. Construções e Comércio e UTC Engenharia S.A. para a conclusão da UHE São Manoel. A Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos será responsável pela conclusão das obras civis e a Alstom Energias Renováveis Ltda. pela conclusão da montagem eletromecânica, sendo que esta última já era responsável pelo seu fornecimento. A UHE São Manoel detém um seguro garantia de performance que já foi acionado, cuja principal função é a de mitigar riscos desta natureza.

4.3 Comunicação de sinistro - São Manoel

Em 11 de janeiro de 2017 a São Manoel comunicou à Pan Seguros S.A. o sinistro da apólice de Fiel Cumprimento contratada pelo Consórcio CONSTRAN e UTC para a construção da UHE São Manoel.

4.4 Assinatura do contrato de concessão da EDP Transmissão

Em 10 de fevereiro de 2016 a Companhia assinou o contrato de concessão referente à linha de transmissão no estado do Espírito Santo arrematado na segunda etapa do leilão nº 13/15.

O contrato de concessão tem vigência de 30 anos a partir da data de assinatura e assegura Receita Anual Permitida - RAP, após entrada em operação, de R\$20,7 milhões, atualizada anualmente pelo IPCA.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.5 A EDP - Energias do Brasil vence quatro lotes em leilão de transmissão

Em 24 de abril de 2017 a Companhia comunicou ao mercado que foi vencedora dos lotes 7,11,18 e 21 no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 05/16, realizado pela ANEEL, conforme disposto abaixo:

	Lotes			
	7	11	18	21
Região	MA	MA	SP/MG	SC/RS
RAP (R\$ mil)	66.267	30.200	205.200	171.824
Deságio	36,50%	4,91%	47,49%	34,99%
Linha de Transmissão (Km)	121	203	375	485
Subestação (quantidade)	1	1	-	1
Investimento estimado (R\$ milhões)	388	184	1290	1125
% do Capex Aneel	78%	116%	71%	89%
Benefício fiscal	REIDI/ SUDENE	REIDI/ SUDENE	REIDI	REIDI/ Pró emprego

As condições obtidas no leilão resultam em rentabilidades reais entre 12% a 14% aos acionistas. Os Contratos firmados com os EPCistas e fornecedores incluem um pacote de garantias adequadas para projetos desta natureza.

O financiamento dos projetos prevê a obtenção de dívidas de longo prazo junto ao BNDES e emissões de debêntures de infraestrutura com alavancagem total média estimada de até 80%. A participação máxima do BNDES será de até 80% dos itens financiáveis, sendo de até 60% da linha de Máquinas e Equipamentos ao custo de TJLP + *Spread* no prazo de até 14 anos. As debêntures de infraestrutura consideram a metodologia definida pelo BNDES para o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em relação ao Lote 21, a Companhia firmou uma parceria com a Celesc Geração S.A., por meio do Consórcio Aliança, na proporção de 90% EDP - Energias do Brasil e 10% Celesc.

O resultado no leilão reforça a presença da Companhia no segmento de Transmissão, diversificando a sua atuação na cadeia de valor do setor elétrico com perspectiva de rentabilidade adequada e risco controlado.

4.6 Descontratação de energia - São Manoel

Em 29 de maio de 2017 a São Manoel obteve confirmação pela CCEE da redução permanente de 120 MW médios de CCEARs por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSDD, ocorrido em 8 de maio de 2017.

O montante originalmente contratado era de 409,5 MW médios, ao preço de R\$104,50/MWh (data base dezembro de 2016), com reajuste anual pelo IPCA, e vigência a partir de 1º de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2047.

Dos 120 MW médios descontratados, 90 MW médios foram contratados pelos acionistas da São Manoel, na mesma proporção da sociedade, pelo período de 1º de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2038, sendo que os 30 MW médios restantes foram alocados na São Manoel para *hedge*.

A estratégia adotada reforça o alinhamento da São Manoel aos interesses de seus acionistas, por meio da constante busca pela otimização dos retornos de seus investimentos.

4.7 Encargo Hídrico Emergencial – EHE - Porto do Pecém

Conforme descrito na nota 24.1.2.2, a Porto do Pecém ingressou com ação judicial perante a ANEEL requerendo o recálculo do Custo Variável Unitário – CVU considerando a cobrança do EHE. Em maio de 2017 a Porto do Pecém obteve antecipação da tutela favorável em relação à ação judicial e, mediante a decisão, reconheceu o direito de repasse do custo integral do EHE no CVU no montante de R\$33.390 impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento		11	54.121	221.048
Aplicações financeiras		11.643		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	742.138	873.660	1.748.133	1.636.304
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	15.443	16.959	108.823	74.212
Fundos de investimento			116.517	86.145
	<u>757.581</u>	<u>890.619</u>	<u>1.973.473</u>	<u>1.796.661</u>
Total	<u>757.592</u>	<u>902.262</u>	<u>2.027.594</u>	<u>2.017.709</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Controladora estão remunerados à taxas que variam entre de 96,00% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Já os investimentos financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil estão remunerados à taxas que variam entre 90,00% e 101,00% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 32.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os saldos do Contas a receber são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

6.1 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as distribuidoras o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das mesmas. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 30 de junho de 2017 a taxa correspondente para a EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a. (12,26% a.a. em 31 de dezembro de 2016), afetando positivamente o resultado das distribuidoras no período em R\$1.461 (negativamente em R\$745 em 2016). Para a EDP Soluções e EDP GRID o ajuste a valor presente considera a taxa WACC de cada projeto.

6.2 Outros créditos - Consumidores

Do montante em 30 de junho de 2017 de R\$28.877 (R\$29.249 em 31 de dezembro de 2016), R\$27.415 (R\$27.415 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a controlada EDP Espírito Santo, referente ao saldo de Encargos de capacidade emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, há um passivo reconhecido no valor de R\$31.414 (R\$31.627 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 23), sendo R\$28.440 (R\$28.641 em 31 de dezembro de 2016) referente a EDP Espírito Santo.

6.3 Concessionárias – Energia de curto prazo

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da CCEE.

6.4 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Consolidado					Saldo em 30/06/2017
	Saldo em 31/12/2016	Provisão	Recebimento	Parcelamen- to	Perdas	
Consumidores						
Residencial	(123.947)	(99.449)	20.042	20.227	41.402	(141.725)
Industrial	(37.953)	(10.642)	563	1.427	4.994	(41.611)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(39.250)	(11.841)	769	4.167	3.352	(42.803)
Rural	(6.587)	(4.018)	634	1.645	350	(7.976)
Poder Público	(872)	(212)	26		117	(941)
Iluminação Pública	(1.290)	(630)	1	1.098		(821)
Serviço Público	(82)	(198)	59	139		(82)
Clientes livres	(2.585)	(159)				(2.744)
Serviços Cobráveis	(556)	2	75	45	97	(337)
Outros	-	(1.118)	7	567		(544)
	<u>(213.122)</u>	<u>(128.265)</u>	<u>22.176</u>	<u>29.432</u>	<u>50.195</u>	<u>(239.584)</u>
Concessionárias	(1.956)	(146)	95			(2.007)
Clientes	(149)	(3)				(152)
Total	<u>(215.227)</u>	<u>(128.414)</u>	<u>22.271</u>	<u>29.432</u>	<u>50.195</u>	<u>(241.743)</u>
Circulante	(197.413)					(219.313)
Não circulante	(17.814)					(22.430)
Total	<u>(215.227)</u>					<u>(241.743)</u>

Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Contas a receber e, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo constituem o cálculo da PECLD em conformidade, também, à Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito está divulgada na nota 32.2.4.

6.4.1 Critérios PECLD - Valores Correntes

Para os faturamentos, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo adotam os seguintes critérios:

- Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
- Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
- Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

6.4.2 Critérios PECLD - Valores Renegociados

Para os parcelamentos de débitos, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo adotam os seguintes critérios:

- Cientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
- Cientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
- Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzida dos valores cobertos por meio de apresentação de Nota de Empenho.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado												
	Saldo em 31/12/2016	Apropriação	Amortização	Atualização monetária	Recebimento CCRBT	Saldo em 30/06/2017	Valores em amortização			IRT (*) A partir de 2019			
							Circulante	Não circulante	IRT (*) 2016		IRT (*) 2017	IRT (*) 2018	
CVA													
Aquisição de energia (i)	(405.654)	205.133	264.515	(700)	(145.404)	(62.310)	(165.988)	83.678	(222.851)	80.124	53.631	6.786	
Custo da Energia de Itaipu	480.624	58.019	(198.785)	11.741		351.599	328.583	23.016	272.378	70.207	9.014	-	
PROINFA	25.621	(12.131)	(11.842)	138		1.786	4.320	(2.534)	16.131	(14.345)	-	-	
Transporte Rede Básica	16.272	8.979	(3.726)	810		22.336	18.488	3.847	3.762	17.872	701	-	
Transporte de Energia - Itaipu	3.319	878	(939)	122		3.380	2.996	384	1.477	1.860	43	-	
ESS (ii)	(121.837)	(107.767)	28.343	(7.009)		(208.270)	(158.672)	(49.598)	(22.516)	(166.617)	(19.137)	-	
CDE (iii)	(88.890)	(95.839)	(11.539)	(3.499)		(199.785)	(156.693)	(43.072)	818	(191.659)	(6.925)	-	
	(30.745)	57.273	66.027	1.604	(145.404)	(111.245)	(126.966)	15.721	48.199	(202.557)	35.327	6.786	
Itens financeiros													
Sobrecontratação de energia	(54.699)	(71.665)	47.326	2.511		(76.527)	(19.501)	(57.026)	(22.766)	762	(54.523)	-	
Neutralidade da Parcela A	117.065	50.663	(48.497)	4.325		123.546	108.709	14.837	20.513	103.033	-	-	
Devolução tarifária	(293.523)	-	136.494	(4.619)		(161.647)	(161.647)	-	(161.647)	-	-	-	
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos	(82.320)	(28.798)	-	(1.293)		(112.411)	-	(112.411)	-	-	-	(112.411)	
Outros	-3.853	(12.522)	(2.697)	(16)		(11.382)	643	(12.025)	1.118	(691)	-	(11.919)	
	(309.634)	(62.322)	132.626	909		(238.421)	(71.796)	(166.625)	(162.782)	103.214	(54.523)	(124.330)	
PIS e COFINS													
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	49.591	5.619	(30.163)			25.047	25.047	-	-	25.047	-	-	
PIS/ COFINS sobre Ativos financeiros setoriais	(40.810)	5.192	(20.236)			(35.618)	(20.236)	(15.382)	(11.577)	(10.104)	(1.956)	(11.981)	
	8.781	10.811	(30.163)	-		(10.571)	4.811	(15.382)	(11.577)	14.943	(1.956)	(11.981)	
	(391.598)	5.762	168.490	2.513	(145.404)	(360.237)	(193.951)	(166.286)	(125.160)	(84.400)	(21.152)	(129.525)	
Total													
Ativo Circulante	58.662					25.047	25.047	7.152	-	25.047	-	-	
Ativo Não Circulante	12.701					7.152	7.152	218.998	218.998	218.998	173.438	173.438	
Passivo Circulante	353.527					218.998	218.998	173.438	173.438	173.438	173.438	173.438	
Passivo Não Circulante	109.434					173.438	173.438	173.438	173.438	173.438	173.438	173.438	

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As receitas das distribuidoras EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas distribuidoras nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com a expectativa de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP São Paulo, ocorrem em 23 de outubro e, na EDP Espírito Santo, em 7 de agosto.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" – CVA:** É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

7.1 Efeitos relevantes no período

O total de ativos setoriais líquidos dos passivos, em 31 de dezembro de 2016, montava a R\$391.598, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 30 de junho de 2017 é de R\$360.237. A variação total no período no montante de R\$31.361 foi causada, substancialmente, pelos seguintes motivos:

(i) Aquisição de energia: A variação no referido item deve-se a realização do custo de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade de disponibilidade, estar distinta do custo de energia reconhecido no reajuste tarifário. Adicionalmente, quando da composição da cobertura tarifária, foi considerado um Preço de Liquidação das Diferenças - PLD superior ao realizado no período de apuração da CVA, conforme regras estabelecidas pela ANEEL e CCEE respectivamente;

(ii) ESS: As projeções de custos de ESS realizadas pela ANEEL no processo tarifário de 2016 concedidas como cobertura tarifária se mostraram superiores aos custos realizados pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo desde então. Dentre a previsão de custos realizada no processo tarifário de 2016 inclui-se a receita referente ao Encargo de Energia de Reserva (EER) da Usina Nuclear de Angra III. A usina de Angra III estava prevista inicialmente para entrar em operação a partir de janeiro de 2016, o que não se realizou devido à atrasos no empreendimento. Dessa forma, a ANEEL decidiu pela antecipação da devolução dos custos de Angra III majorados na tarifa dos consumidores por meio do EER, e recolhidos desde os processos tarifários de 2016, uma vez que a usina não entrou em operação. Essa antecipação está sendo realizada desde abril de 2017 por meio de um valor redutor aplicado nas tarifas de energia dos consumidores, gerando uma devolução, até junho de 2017, de R\$41.347 (R\$18.510 na EDP São Paulo e R\$22.837 na EDP Espírito Santo);

(iii) CDE: A partir de janeiro de 2017, houve redução da quota paga pela Companhia em relação àquela definida em 2016. Isto contribuiu diretamente para formação de um passivo da CDE, uma vez que os valores pagos a partir de 2017 são menores do que a cobertura tarifária concedida no último processo tarifário de 2016. Além disso, a ANEEL alterou o procedimento de cálculo da CVA referente ao componente de custo CDE Conta ACR das distribuidoras desde os processos tarifários de 2015. Desta forma, houve um acréscimo de R\$9.600 (R\$6.146 na EDP Espírito Santo e R\$3.454 na EDP São Paulo) previsto de ser homologado no processo tarifário de 2017, conforme Despacho ANEEL nº 701/17;

(iv) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de passivos setoriais líquidos já homologados pela ANEEL era de R\$295.888, sendo que R\$168.490 já foram faturados aos consumidores no período.

8 Impostos e contribuições sociais

Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Controladora				Saldo em 30/06/2017
				Compen-sação tributos federais	Reclassifica-ção	Transferên-cia		
Ativos - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	8.1	109.509	19	4.742	(73.547)	33.027		73.750
PIS e COFINS		35	714	566	(616)		(276)	423
IRRF sobre aplicações financeiras		21.557	8.414			(608)		29.363
IRRF sobre juros s/ capital próprio		32.419				(32.419)		-
Outros		243	62					305
Total		163.763	9.209	5.308	(74.163)	-	(276)	103.841
Circulante		163.763						103.841
Total		163.763						103.841
Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Controladora				Saldo em 30/06/2017
				Adiantamen-tos / Pagamentos	Compen-sação tributos federais	Transferên-cia		
Passivo - a recolher								
PIS e COFINS		21.465	3.945			(24.682)	(276)	452
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.972	1.167		(2.634)			505
IRRF sobre juros s/ capital próprio		49.481				(49.481)		-
Parcelamentos	8.4	37.859	791	1.268	(2.466)			37.452
Encargos com pessoal		1.345	1.115		(187)			2.273
Outros		3.760	46		(3.642)			164
Total		115.882	7.064	1.268	(8.929)	(74.163)	(276)	40.846
Circulante		82.855						8.390
Não circulante		33.027						32.456
Total		115.882						40.846

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado								
Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassificação	Transferência	Saldo em 30/06/2017
Ativos - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	263.056	5.584	7.266	71.847	(133.344)	33.027	(81.505)	165.931
ICMS	125.792	36.165		(13.227)			(10.831)	137.899
PIS e COFINS	32.117	393.013	1.172	405	(1.526)		(389.813)	35.368
IRRF sobre aplicações financeiras	51.873	19.431			(95)	(608)	(17.843)	52.758
IRRF sobre juros s/ capital próprio	37.856					(32.419)		5.437
Outros	22.638	2.818		1		(379)	(1.514)	23.564
Total	533.332	457.011	8.438	59.026	(134.965)	(379)	(501.506)	420.957
Circulante	426.147							302.742
Não circulante	107.185							118.215
Total	533.332							420.957

Consolidado								
Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Transferência	Saldo em 30/06/2017	
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	70.247	161.205		(45.210)	(13.530)	(99.478)	73.234	
ICMS	173.641	1.086.596		(1.079.109)	(65.016)	(10.831)	170.297	
PIS e COFINS	74.593	707.980		(270.657)		(391.197)	55.703	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	8.749	17.129		(20.514)			5.364	
IRRF sobre juros s/ capital próprio	100.810			(44.390)	(56.419)		1	
Parcelamentos	55.904	791	2.111	(2.466)			56.340	
Encargos com pessoal	14.137	2.864		(4.135)			12.866	
Outros	6.582	3.053		(8.171)			1.464	
Total	504.663	1.979.618	2.111	(1.474.652)	(134.965)	(501.506)	375.269	
Circulante	453.591						323.925	
Não circulante	51.072						51.344	
Total	504.663						375.269	

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas paguem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado.

8.2 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2017 de R\$137.899 (R\$125.792 em 31 de dezembro de 2016), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo em 30 de junho de 2017 de R\$136.040 (R\$122.645 em 31 de dezembro de 2016), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$120.823 (R\$108.895 em 31 de dezembro de 2016) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados a razão de 1/48 avos por mês.

8.3 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2017 de R\$170.297 (R\$173.641 em 31 de dezembro de 2016), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$159.546 (R\$165.152 em 31 de dezembro de 2016), referente ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

8.4 Parcelamentos

Em 2009 a Companhia e sua controlada EDP Espírito Santo formalizaram junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a EDP Espírito Santo procederam à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

Parcelamentos - REFIS	Controladora					
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092	48.790
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454	10.592
	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546	59.382
Redução Programa REFIS						(7.471)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(11.933)
Total						39.978

A movimentação do parcelamento e o respectivo saldo em 30 de junho de 2017 estão demonstrados a seguir:

Valor de adesão - REFIS	39.978
Diferença REFIS IR/CS (i)	791
Atualização de Juros - Consolidação 2011	8.707
Conversão em renda a favor da União	(5.689)
Amortização	(24.591)
Atualização do REFIS	18.256
Saldo em 30 de junho de 2017	37.452

(i) O montante de R\$791 refere-se a depósito judicial visando a suspensão da exigibilidade do débito de IRPJ e CSLL decorrente do processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluso no REFIS Federal em 2013 e homologado em março de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.

Do valor total da dívida em 30 de junho de 2017 de R\$37.452 (R\$37.859 em 31 de dezembro de 2016), restam 88 parcelas de R\$416 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Parcelamentos - REFIS	Consolidado				Total de Parcelamento	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
	Principal	Multa	Juros	Encargos			
COFINS	33.679	6.736	12.474		52.889	2.092	54.981
PIS	6.677	1.335	2.126		10.138	454	10.592
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	3.742	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	10.822	33.317
IRPJ/ IRRF	4	1	8		13	5.257	5.270
Multa		223	192		415	190	605
Total dos Impostos	53.350	12.204	29.149	2.555	97.258	22.557	119.815
Redução Programa REFIS							(19.049)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal							(24.032)
Total							76.734

A movimentação do parcelamento e o respectivo saldo em 30 de junho de 2017 estão demonstrados a seguir:

Valor de adesão - REFIS	76.734
Diferença REFIS IR/CS	791
Atualização de Juros - Consolidação 2011	11.422
Ativo a compensar	3.640
Depósito Judicial a favor da Companhia	17.284
Conversão em renda a favor da União	(23.864)
Amortização	(50.191)
Atualização do REFIS	23.416
Reversão de atualização da conversão em renda	(2.892)
Saldo em 30 de junho de 2017	56.340

Do valor total consolidado da dívida em 30 de junho de 2017 de R\$56.340 (R\$55.904 em 31 de dezembro de 2016), que inclui a Companhia e a controlada EDP Espírito Santo, R\$37.452 (R\$37.860 em 31 de dezembro de 2016) foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$18.888 (R\$18.044 em 31 de dezembro de 2016) restantes possuem depósitos judiciais ativos de R\$41.977 (R\$40.811 em 31 de dezembro de 2016), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

9 Tributos diferidos

Nota	Controladora		Consolidado						
	Passivo		Ativo				Passivo		
	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	
PIS e COFINS	9.1		25.785	37.390	9.854	3.421	225	174	
Imposto de renda e contribuição social	9.2	183.516	184.668		895.916	913.086		334.468	
Imposto sobre serviços							246	191	
Total		183.516	184.668	25.785	37.390	905.770	916.507	471	365

9.1 PIS e COFINS

O montante refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos: (i) sobre a receita e despesa relativa aos ativos e passivos financeiros setoriais nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo no montante ativo de R\$35.639 (R\$40.811 em 31 de dezembro de 2016); (ii) sobre as receitas em razão do reconhecimento dos custos incorridos (CPC 30 - Receitas) na EDP Soluções no montante passivo de R\$1.008 (R\$669 em 31 de dezembro de 2016); e (iii) sobre a receita de construção na EDP Transmissão no montante passivo de R\$244.

9.2 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Controladora			
	Passivo Não circulante		Resultado	
	30/06/2017	31/12/2016	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
			2017	2016
Diferenças Temporárias				
Mais valia - CPC 15 (R1)	183.516	184.668	1.152	1.143
Total diferenças temporárias	183.516	184.668	1.152	1.143
Total	183.516	184.668	1.152	1.143

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Natureza dos créditos	Nota	Consolidado							
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016
		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho							
Prejuízos Fiscais	9.2.1.1	320.675	312.596			8.079	(30.094)		
Base Negativa da Contribuição Social	9.2.1.1	119.030	116.121			2.909	(10.835)		
		439.705	428.717	-	-	10.988	(40.929)	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		80.213	73.788			6.425	11.464		
Benefício pós-emprego		63.267	56.466			6.801	5.216		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		95.855	92.646			3.209	(415)		
Ativos e passivos financeiros setoriais	9.2.1.2	122.736	133.144			(10.408)	328.101		
PIS e COFINS sobre ativos e passivos financeiros setoriais	9.2.1.2	(12.372)	(13.876)			1.504	(30.472)		
Consumidores - ajuste a valor presente		5.020	5.038			(18)	253		
Gastos Pré-operacionais		54.964	66.475			(11.511)	(15.216)		
Mais valia - CPC 15 (R1)				606.608	607.760	1.152	1.143		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)				(85.478)	(77.561)	7.917	11.936		
Uso do bem público - CPC 25		102.905	106.360	36.189	37.143	(2.501)	3.451		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				157.618	156.538	(1.080)	(13.843)		
Instrumentos financeiros - CPC 39		34.483	33.761	51.546	52.721	1.897	(1.718)		
Instrumentos financeiros - Resultados abrangentes									(3.303)
Benefícios pós-emprego - PSAP	9.2.1.3	(28.374)	(23.720)			(4.654)	(10.571)		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		187.768	183.022				184	4.746	10.643
Ressarcimento por indisponibilidade		23.176	34.381			(11.205)	20.702		
Transferência de Tributos diferidos									5
Outras		33.907	42.396	21.459	21.178	(8.770)	6.104		
Total diferenças temporárias		763.548	789.881	787.942	797.779	(21.242)	316.319	4.746	7.345
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.2.1.4	146.137	153.477			(7.340)	(7.349)		
Total bruto		1.349.390	1.372.075	787.942	797.779	(17.594)	268.041	4.746	7.345
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(453.474)	(458.989)	(453.474)	(458.989)				
Total		895.916	913.086	334.468	338.790				

9.2.1.1 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

9.2.1.2 Ativos e passivos financeiros setoriais e PIS e COFINS

A variação no período refere-se, substancialmente, à realização dos tributos diferidos sobre os ativos e passivos financeiros setoriais decorrente da amortização da CVA e dos componentes financeiros do IRT 2016, como também da constituição de novos montantes constantes no IRT 2017 a 2019 (Nota 7.1).

9.2.1.3 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP São Paulo, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 22.1.1.4).

9.2.1.4 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

- na controlada EDP São Paulo: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP São Paulo;
- na controlada EDP Espírito Santo: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo; e
- na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.929 para a controlada EDP São Paulo até o ano de 2027, de R\$1.727 para a controlada EDP Espírito Santo até o ano de 2025 e de R\$4.380 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

9.2.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Investco, Energest, EDP Comercializadora, EDP GRID, Enerpeixe e Porto do Pecém elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados, os quais são aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração ou Diretoria. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2017	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024	A partir de 2025	Total
92.917	145.960	147.670	115.988	116.142	260.055	470.658	1.349.390

9.2.3 Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de junho de 2017 a Companhia possui créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias no montante de R\$71.185 (R\$51.846 em 31 de dezembro de 2016), tendo em vista as incertezas na sua realização. Este montante poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

Notas Explicativas



10 Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 12, do saldo de contraprestação contingente apresentado na nota 24.5, e do saldo de empréstimos a pagar apresentado na nota 21, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladoras, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado	Duração	Controladora									
				Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)					
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras				
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016			
Títulos e valores mobiliários (a)													
Debêntures													
São Manoel	Controlada em conjunto		15/08/2016 a 15/12/2018	-	105.811	88.122	-	-	-	-	7.747	-	
Empréstimos a receber													
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI													
EDP Comercializadora	Controlada		09/09/2010 a indeterminado									4.883	
Pecém OM	Controlada em conjunto		05/12/2011 a 31/12/2017	1.160	1.232						72	74	
Porto do Pecém	Controlada		24/09/2012 a indeterminado	258.007	243.549						14.457	15.002	
Mabe	Controlada em conjunto		04/10/2013 a 31/12/2017	18.827	17.640						1.052	1.074	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		24/09/2015 a 23/09/2017	48.503	49.613						2.815	5.633	
				48.503	50.773	278.066	261.189	-	-	-	-	18.396	26.666
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC													
CEJA	Controlada em conjunto		05/10/2015 a indeterminado			64.600							
Resende	Controlada		11/04/2017 a indeterminado		20								
EDP GRID	Controlada		23/02/2017 a indeterminado		5.200								
				-	5.220	64.600	-	-	-	-	-	-	
Outros créditos e Outras contas a pagar													
Ressarcimento de gastos com leilão													
EDP Transmissão	Controlada		01/03/2017 até 30/04/2017		215							627	
Devolução - Prêmio de seguro													
São Manoel	Controlada em conjunto							2				2	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto							4				4	
ECE Participações	Controlada em conjunto											4	
Investco	Controlada							54				54	
EDP São Paulo	Controlada							1.527				1.527	
EDP Espírito Santo	Controlada		31/12/2016					1.075				1.075	
Energisat	Controlada							141				140	
EDP Comercializadora	Controlada							35				36	
EDP GRID	Controlada							11				11	
Porto do Pecém	Controlada							30				33	
Pecém TM	Controlada em conjunto							1				1	
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (b)													
EDP São Paulo	Controlada					149		534				1.129	
Energisat	Controlada					52		159				370	
EDP Comercializadora	Controlada					13		128				370	
Pantanal	Controlada (*)					6		6				6	
Investco	Controlada					26		59				(661)	
Lajeado	Controlada					23		31				150	
Santa Fé	Controlada					46		31				82	
EDP Espírito Santo	Controlada		01/07/2012 até 31/12/2017			1.034		383				333	
Porto do Pecém	Controlada					314		478				1.873	
EDP PCH	Controlada							478				2.524	
EDP Soluções	Controlada							18				366	
EDP GRID	Controlada					86		315				315	

Notas Explicativas



	Relacionamento	Preço praticado	Duração	Consolidado							
				Ativo		Passivo		Recargas (Despesas)			
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras		
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC											
CEJA	Controlada em conjunto		05/10/2015 a indeterminado	-	64.600	-	-	-	-	-	-
Fornecedores											
Suprimento de energia elétrica											
ECE Participações	Controlada em conjunto	153,47	01/01/2015 a 31/12/2044		605					(2.520)	
ECE Participações	Controlada em conjunto	154,27	01/01/2015 a 31/12/2044		828					(3.823)	
ECE Participações	Controlada em conjunto	108,71	01/01/2015 a 31/12/2016		2.743					(9.665)	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/04/2016 até 31/12/2016		4.810					(5.921)	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/06/2016 até 30/06/2016							(2.522)	
Prestação de serviços											
Pecém TM	Controlada em conjunto		Indeterminado		2.524					(15.780)	
Pecém OM	Controlada em conjunto		Indeterminado		3.974					(2.393)	
					15.484					(42.624)	
Outros créditos e Outras contas a pagar											
Devolução - Prêmio de seguro											
São Manoel	Controlada em conjunto						2	(2)			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto						5	(4)			
ECE Participações	Controlada em conjunto		31/12/2016					(4)			
Prestação de serviços - Backoffice											
Pecém TM	Controlada em conjunto		01/05/2015 até 30/04/2020	2.702	2.154		1			625	
Pecém OM	Controlada em conjunto		01/05/2015 até 30/04/2020	1.215	931		1			270	
Mabe	Controlada em conjunto		01/05/2015 até 30/04/2020	1.014	777					226	
Contrato de serviços de consultoria											
EDP Renováveis	Coligada		01/12/2013 a 31/12/2015		270						
Contrato prestação de serviços											
EDP Portugal (d)	Controladora		Indeterminado								
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2014 a 30/04/2018	3.367	6.852	6.153	448	448	3.291	(735)	427
ECE Participações	Controlada em conjunto		01/01/2015 a 31/12/2016	4.114	3.370					661	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2016 a 31/12/2016	282						219	
Compartilhamento de serviços de infraestrutura (c)											
EDP Renováveis	Coligada		29/07/2015 a 29/07/2019								
ECE Participações	Controlada em conjunto		01/01/2015 a 31/12/2018		289					17	
Instituto EDP	Coligada		01/01/2015 a 31/12/2018		6					82	
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2015 a 31/12/2018		11					17	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2015 a 31/12/2018		372					173	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2014 a 31/05/2018		4					7	
Pantanal	Controlada (*)		29/07/2015 a 29/07/2019							3	
Adiantamento a fornecedor											
Pecém TM	Controlada em conjunto		Indeterminado		104						
Pecém OM	Controlada em conjunto		Indeterminado		3.676						
				12.684	14.084	6.153	457	438	3.291	1.749	5.762
				61.197	64.657	187.658	187.658	187.658	187.658	12.113	12.543

(*) Em 29 de janeiro de 2016 a Companhia concluiu a venda de sua participação na Pantanal para a Cachoeira Escuro Energética (Nota 13.4).

Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 33.2).

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(a) Títulos e valores mobiliários: A Companhia adquiriu parte das debêntures emitidas pela controlada em conjunto São Manoel, no montante original de R\$93.334, correspondente ao percentual de sua participação societária, ou seja, 33,334%, com remuneração de CDI + 4,35% a.a., com recebimento de principal e juros em parcela única no vencimento. Para a referida aquisição a Companhia, conforme exigência da Instrução CVM nº 476/09, se qualificou como investidor profissional, seguindo os requisitos exigidos pelo artigo 9º da Instrução CVM nº 539/13.

(b) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Para as empresas na modalidade de concessionárias de serviço público (EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Energest), eventuais alterações nos percentuais de rateio e renovações são submetidas à anuência prévia da ANEEL sendo que, para as demais modalidades de outorga, não há esta exigência.

Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo – SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina – ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987.

Para as demais companhias não delegatárias de serviço público, os contratos possuem cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de janeiro de 2015, com o prazo de 48 meses.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(d) Contratos de Prestação de serviços - EDP Portugal

Os montantes referem-se à contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP – Energias de Portugal S.A. Estes contratos tem como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada a apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo e qualquer serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada a apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram efetivamente despendido pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP International Investments and Services, S.L. (anteriormente denominada Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada), sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Opções de ações outorgadas pela Companhia

Em maio de 2016, a Companhia instituiu plano de remuneração baseado em ações, o qual concede outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os mesmos, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2017 da Companhia o montante de R\$408 a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo de 3 até 5 anos a partir do início do plano.

10.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente aos períodos findos em 30 de junho

	2017			2016		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	3.474	492	3.966	4.044	529	4.573
Benefícios de curto prazo (b)	72		72	70		70
Benefícios - Previdência privada	49		49	48		48
Total	3.595	492	4.087	4.162	529	4.691

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11 Estoques

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Matéria prima e insumos para produção de energia		
Carvão	69.047	71.566
Diesel	1.834	1.543
Cal	81	318
Outros	3.121	2.930
	<u>74.083</u>	<u>76.357</u>
Material de almoxarifado	58.387	48.384
Resíduos e sucatas	24.398	15.212
Outros	307	7
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(14.066)	(9.963)
Total	<u>143.109</u>	<u>129.997</u>

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os estoques de matéria prima incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques de material de almoxarifado refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços de geração e distribuição.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados nas rubricas de Imobilizado e Intangível.

12 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) a pagar são reconhecidos nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativo nas informações contábeis intermediárias da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Foi aprovada em AGO, realizada em 12 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com a destinação de: (i) JSCP no valor bruto de R\$330.000, sendo R\$280.520 líquido de Imposto de renda; e (ii) Reserva de retenção de lucros no montante de R\$303.272. Todos os montante já haviam sido contabilizados em 31 de dezembro de 2016 e serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2017.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar no período:

	Controladora							
	Dividendos				Recebimen- tos/ Pagamentos	30/06/2017		
Ativo	31/12/2016	Adicionais	Exercícios anteriores	Intermediários				
Energest	-	3.523				3.523		
Enerpeixe	39.669				(19.800)	19.869		
EDP Comercializadora	22.914					22.914		
EDP São Paulo	55.888	68.602				124.490		
EDP Espírito Santo	53.598	137.489			(53.598)	137.489		
Lajeado Energia	28.730	11.332			(28.730)	11.332		
Santa Fé	4.810					4.810		
EDP GRID	2.447					2.447		
Pecém TM	338					338		
Costa Rica	-		1.908	1.508	(3.416)	-		
EDP PCH	-	6.237				6.237		
	<u>208.394</u>	<u>227.183</u>	<u>1.908</u>	<u>1.508</u>	<u>(105.544)</u>	<u>333.449</u>		
Passivo								
Acionistas não controladores	140.829					140.829		
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	65.988					65.988		
Energias de Portugal Investments and Services	77.836					77.836		
Total	<u>284.653</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>284.653</u>		
	Consolidado							
Ativo	Dividendos				Partes beneficiárias	Recebimentos (Pagamentos)	Pagamentos não realizados	30/06/2017
	31/12/2016	Adicionais	Exercícios anteriores	Intermediários				
Pecém TM	338							338
	<u>338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>338</u>
Passivo								
CEB Lajeado	8.234	9.589				(8.234)		9.589
Paulista Lajeado Energia	2.882	3.356				(2.882)		3.356
Eletrobras	41.652	11.998			7.578	(25.461)		35.767
Governo do Tocantins	2.091	825				(2.091)		825
Furnas Centrais Elétricas	26.446					(13.200)		13.246
Silea Participações Ltda.	-		1.833	1.449		(3.282)		-
Acionistas não controladores	143.580						10	143.590
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	65.988							65.988
EDP International Investments and Services, S.L.	77.836							77.836
Total	<u>368.709</u>	<u>25.768</u>	<u>1.833</u>	<u>1.449</u>	<u>7.578</u>	<u>(55.150)</u>	<u>10</u>	<u>350.197</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Controladora				Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos	13.1	153	260		21.847	68.412			
Descontos tarifários	13.2				30.775	34.413			
Modicidade tarifária - baixa renda	13.3						8.055	8.055	
Benefícios pós-emprego								43	
Alienação de investimentos	13.4	44.814	42.418		44.814	42.418			
Bens destinados à alienação					9.528	1.390			
Serviços em curso					4.075	3.995			
Serviços prestados a terceiros		563	103		16.815	20.650	3.950	4.769	
Ressarcimento de custos – CCRBT	23.3				26.011	17.738			
Convênios de arrecadação					3.951	4.095			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10	7.481	10.222	2.978	2.922	12.694	14.084	788	
Rendas a receber					4.218	6.767			
Prêmio de risco - GSF	13.5				4.085	4.085	37.912	39.941	
Outros		1.343	771	2.056	2.065	14.618	17.255	17.773	
Total		54.354	53.774	5.034	4.987	193.431	235.302	68.478	79.326
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					3.532	2.470			
Contribuição de iluminação pública	13.6				26.134	25.828			
Credores diversos - consumidores e concessionárias					23.879	25.295	392	392	
Folha de pagamento		710	998		4.895	7.538			
Modicidade tarifária - baixa renda	13.3				521	551	9.810	9.810	
Cessão de créditos de ICMS					2.063	1.230			
Arrecadação de terceiros a repassar					5.522	6.192			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10	5.058	3.071	4.581	3.891	6.153	4.016	457	
Obrigações sociais e trabalhistas	13.7	7.772	11.505		67.257	87.096			
Reserva para reversão e amortização	13.8						17.248	17.248	
Outros		3.451	3.456		19.182	19.725	312	331	
Total		16.991	19.030	4.581	3.891	159.138	179.941	28.219	28.219

13.1 Adiantamentos

Do saldo de Adiantamentos em 30 de junho de 2017 de R\$21.847, R\$7.799 refere-se a EDP Comercializadora proveniente de adiantamentos relativos à contratos de compra de energia. Em 31 de dezembro de 2016 do montante de R\$68.412, R\$45.251 tratava-se de adiantamentos efetuados pela Porto do Pecém para o fornecedor de carvão Uniper Global Commodities, cujo pagamento é efetuado antecipadamente à importação e baixado quando da entrega do carvão, montante este que foi liquidado durante o 1º trimestre de 2017.

13.2 Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Até abril de 2017, a responsabilidade pela administração dos recursos da CDE e os respectivos repasses era da Eletrobras. Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos passou a ser de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para a EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 1.928/15	Ago/15 a Jul/16	20.041
ANEEL nº 2.118/16	Ago/16 a Jul/17	19.053
EDP São Paulo		
ANEEL nº 1.973/15	Out/15 a Set/16	4.921
ANEEL nº 2.158/16	Out/16 a Set/17	5.526

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Saldo em 31/12/2016	Descontos tarifários	Consolidado		Saldo em 30/06/2017
			Ressarcimento Eletrobras	Compensação Eletrobras	
Subsídio Baixa Renda	8.929	20.499	(10.694)	(11.799)	6.935
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	15.055	48.874	(14.719)	(21.200)	28.010
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	1.583	2.387	(1.078)	(1.195)	1.697
Subsídio Rural	12.312	63.133	(28.340)	(29.783)	17.322
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/2006	(3.216)	13.075	(14.347)	(15.608)	(20.096)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/2011	3.469	12.375	(5.433)	(8.002)	2.409
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(3.719)	2.052	(1.540)	(2.295)	(5.502)
	34.413	162.395	(76.151)	(89.882)	30.775

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.3 Modicidade tarifária – baixa renda - Consolidado

Atendendo ao Termo de Notificação nº 1.091/05, pelo qual a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção de critérios de cadastramento dos equipamentos de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando de bifásicas para monofásicas com efeito retroativo ao ano de 2002, a EDP São Paulo, nos períodos de 2008 e 2010, efetuou a revisão dos faturamentos na condição de residencial Baixa Renda, referente a valores a devolver aos consumidores faturados originalmente sem o respectivo desconto da tarifa social.

A restituição aos consumidores passou a ser efetuada a partir do faturamento de março de 2009, tendo sido restituído até 30 de junho de 2017 o montante de R\$19.425 (R\$19.394 em 31 de dezembro de 2016). O saldo a restituir aos consumidores em 30 de junho de 2017, de unidades consumidoras ativas e inativas, é de R\$10.331 (R\$10.361 em 31 de dezembro de 2016).

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, para os casos de unidades consumidoras inativas, são exigidas medidas da EDP São Paulo com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da EDP São Paulo em reaver esses ressarcimentos aos consumidores, a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas.

A EDP São Paulo possui um saldo a receber em 30 de junho de 2017 de R\$8.055 (R\$8.055 em 31 de dezembro de 2016), que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem efetuadas bem como validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

13.4 Alienação de investimentos

Refere-se a valores a receber pela conclusão da venda de participação acionária detida pela Companhia na Pantanal para a Cachoeira Escura Energética em 29 de janeiro de 2016. O valor total da transação foi de R\$390.221, sendo R\$355.221 recebidos naquela data. Os R\$35.000 restantes serão recebidos após o cumprimento de obrigações fundiárias, com prazo até julho de 2017, devidamente atualizados pelo CDI.

A partir desta data, a Pantanal deixou de ser controlada da Companhia e, conseqüentemente, não mais consolidada em suas demonstrações financeiras.

13.5 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante de R\$41.997 (R\$44.026 em 31 de dezembro de 2016), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF, das competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizados linearmente conforme demonstrado no quadro abaixo:

Controladas	Períodos de amortização	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Saldo em 30/06/2017
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2029	33.093	(1.351)	31.742
Investco	Jan/2015 a Mar/2029	587	(23)	564
Energgest	Jan/2015 a Fev/2024	2.994	(270)	2.724
EDP PCH	Jan/2015 a Fev/2024	5.048	(291)	4.757
Santa Fé	Jan/2015 a Mar/2029	2.304	(94)	2.210
Total		44.026	(2.029)	41.997
Circulante		4.085		4.085
Não circulante		39.941		37.912

13.6 Contribuição de iluminação pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

13.7 Obrigações sociais e trabalhistas - Controladora e Consolidado

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.8 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

14 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas informações contábeis intermediárias da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

• Coligadas e Controladas em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

14.1 Movimentação dos Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

	Controladora						% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
Investimentos									
EDP São Paulo	1.002.182			90.922	(68.602)	(9.035)	1.015.467	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	951.640			43.801	(137.490)	(183)	857.768	100,00	100,00
Lajeado Energia	356.056			35.214	(11.332)		379.938	55,86	55,86
Lajeado Energia (Mais Valia)	113.167			(1.351)		(806)	111.010	55,86	55,86
EDP Transmissão	75	2.514		(139)			2.450	100,00	100,00
Enerpeixe	562.761			28.510			591.271	60,00	60,00
Energest	110.126			49.485	(3.523)	4	156.092	100,00	100,00
EDP PCH	279.639			29.824	(6.237)		303.226	100,00	100,00
EDP Comercializadora	97.996			49.113			147.109	100,00	100,00
CEJA	287.278	64.600		7.259			359.137	50,00	50,00
CEJA (Mais Valia)	188.236			(3.361)			184.875	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	282.197			(7.268)			274.929	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.680			(27)			1.653	50,00	50,00
Porto do Pecém	2.100.353			12.575			2.112.928	100,00	100,00
Porto do Pecém (Mais Valia)	393.851			(10.097)			383.754	100,00	100,00
Costa Rica	11.035			2.648	(3.416)		10.267	51,00	51,00
Santa Fé	134.843			9.859			144.702	100,00	100,00
Pecém TM	2.996			1.414			4.410	50,00	50,00
Resende	21.200			(8)			21.192	100,00	100,00
EDP GRID	34.003	13.600		720			48.323	100,00	100,00
São Manoel	418.472	133.336		(1.450)			550.358	33,334	33,334
	7.349.786	214.050	-	337.643	(230.600)	(10.020)	7.660.859		
Direito de Concessão (Nota 14.1.1)									
EDP São Paulo	17.127		(728)				16.399		
Enerpeixe	2.302		(58)				2.244		
Lajeado Energia	56.614		(1.770)				54.844		
	76.043	-	(2.556)	-	-	-	73.487		
Goodwill (Nota 14.1.1)									
Lajeado e Investco	42.293						42.293		
	42.293	-	-	-	-	-	42.293		
Total dos Investimentos	7.468.122	214.050	(2.556)	337.643	(230.600)	(10.020)	7.776.639		
								% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
Provisão para passivo a descoberto									
Pecém OM	(446)			242			(204)	50,00	50,00
Mabe Brasil	(723)			(1.622)			(2.345)	50,00	50,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(1.169)	-	-	(1.380)	-	-	(2.549)		
Investimento líquido	7.466.953	214.050	(2.556)	336.263	(230.600)	(10.020)	7.774.090		
								Consolidado	
	Saldo em 31/12/2016	Adições		Equivalência Patrimonial			Saldo em 30/06/2017		
Investimentos									
EDP - Energias do Brasil									
P. Pecém Transp. Minérios		2.996		1.414			4.410		
CEJA		287.278	64.600	7.259			359.137		
CEJA (Mais Valia)		188.236		(3.361)			184.875		
Cachoeira Caldeirão		282.197		(7.268)			274.929		
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)		1.680		(27)			1.653		
São Manoel		418.472	133.336	(1.450)			550.358		
EDP Comercializadora									
BBCE		400					400		
Total dos Investimentos		1.181.259	197.936	(3.433)			1.375.762		
Provisão para passivo a descoberto									
EDP - Energias do Brasil									
Pecém Operações e Manutenção		(446)		242			(204)		
Mabe		(723)		(1.622)			(2.345)		
Total de Provisão para passivo a descoberto		(1.169)	-	(1.380)			(2.549)		
Investimento líquido		1.180.090	197.936	(4.813)			1.373.213		

14.1.1 Direito de concessão/ Goodwill

Conforme o ICPC 09 os Direitos de concessão e Goodwill são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, ambos são classificados como Intangível (Notas 18.1.2 e 18.1.5).

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.3 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Recitas		Resultado líquido do período	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016
	Ordinárias / Quotas	Ordinárias / Quotas	Capital social integralizado	Capital social votante	Capital social integralizado	Capital social votante	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016
EDP São Paulo	39.091.735	39.091.735	100,00	100,00	3.082.148	3.137.379	2.066.681	2.135.197	1.015.467	1.002.182	1.733.001	1.499.080	90.922	64.839
EDP Espírito Santo	5.876	5.876	100,00	100,00	3.338.943	3.207.613	2.481.175	2.255.973	857.768	951.640	1.333.131	1.233.444	43.801	19.666
Energset	39.636	39.636	100,00	100,00	289.590	310.582	133.498	200.456	156.092	110.126	94.541	104.230	49.485	69.597
EDP PCH	245.102	245.102	100,00	100,00	322.624	313.668	19.398	34.029	303.226	279.639	63.800	25.911	29.824	11.105
Lajeado	113.690	113.690	55,86	100,00	1.610.465	1.581.049	570.341	584.972	1.040.124	996.077	255.145	235.943	75.780	68.575
CEJA	12.897	12.897	50,00	50,00	957.534	946.501	239.262	371.946	718.272	574.555	164.331	160.378	47.517	62.635
Enerpeixe	499.951	499.951	60,00	60,00	1.804.516	1.762.771	819.064	824.836	985.452	937.935	63.542	7.102	14.517	(17.204)
Cachoeira Caldério	313.500	313.500	50,00	50,00	1.465.979	1.459.422	916.118	895.025	549.861	564.397	63.542	7.102	47.517	62.635
EDP Comercializadora	26.217	26.217	100,00	100,00	438.729	345.936	292.621	247.941	147.108	97.995	1.217.741	767.478	48.113	(14.866)
EDP GRID	10	10	100,00	100,00	80.004	64.923	31.681	30.920	48.323	34.003	5.652	9.051	720	(4.954)
Porto do Pecém	3.007.811	3.007.811	100,00	100,00	4.301.755	4.384.278	2.188.827	2.283.925	2.112.928	2.100.353	721.281	582.160	12.575	78.561
Pecém TM	1.344	1.344	50,00	50,00	20.537	20.515	11.716	14.522	8.821	5.993	22.490	29.870	2.828	6.379
Pecém OM	763	763	50,00	50,00	6.344	6.754	6.754	10.147	(410)	(893)	4.442	3.831	483	325
São Manoel	658.005	483.001	33,334	33,334	3.140.218	2.681.486	1.489.178	1.426.095	1.651.040	1.255.391	4.442	3.831	483	(3.087)
Resende	21.533	21.533	100,00	100,00	21.213	21.200	20	20	21.193	21.200	21.121	14.377	(7)	(7)
Santa Fé	86.371	86.371	100,00	100,00	190.508	183.140	45.806	48.297	144.702	134.843	21.121	14.377	9.859	10.557
Costa Rica	7.302	7.302	51,00	51,00	26.357	26.357	5.406	4.721	20.132	20.132	7.880	6.514	5.195	4.595
Pantanal													3.651	540
Mébe	260.285	260.285	50,00	50,00	90.345	92.615	95.033	94.061	(4.688)	(1.446)	286	320	(3.244)	(6.177)
EDP Transmissão	1	1	100,00	100,00	3.086	79	614	2	2.452	77	2.391		(139)	

14.4 Participação dos não controladores

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 é de R\$1.490.143 (R\$1.461.752 em 31 de dezembro de 2016) dos quais R\$9.865 (R\$10.602 em 31 de dezembro de 2016) corresponde à Costa Rica, R\$425.911 (R\$435.955 em 31 de dezembro de 2016) corresponde à Investico, R\$660.186 (R\$640.021 em 31 de dezembro de 2016) corresponde a Lajeado e R\$394.181 (R\$375.174 em 31 de dezembro de 2016) corresponde à Enerpeixe. As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Costa Rica		Investico		Enerpeixe		Lajeado		EDP Espírito Santo		EDP PCH		Porto do Pecém		São Manoel	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.914	64.779	83.834	113.857	937.935	1.403.204	998.948	986.077	951.640	966.188	986.077	988.948	1.255.391	309.314	400.000	1.255.974
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(100)	(5.236)	(1.148)	(6.484)	(241.576)	(241.576)	(147.969)	(241.576)	(137.480)	(136.784)	(6.237)	(6.237)	721.618	(310.897)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.699)	(63.145)	(54.747)	(114.591)	126.307	145.716	68.202	145.716	213.490	213.490	29.824	28.050	(28.573)	(4.351)		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	1.115	6.398	27.939	113.857	149.309	149.309	(18)	(18)	(91.254)	(91.254)	279.639	265.589	59.230			

14.5 Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Enerpeixe		EDP PCH		Porto do Pecém		São Manoel	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.002.182	1.133.485	951.640	966.188	937.935	1.403.204	998.948	986.077	951.640	966.188	986.077	988.948
Aumento de Capital	(68.602)	(242.907)	(137.480)	(136.784)	(241.576)	(241.576)	(147.969)	(241.576)	(137.480)	(136.784)	(6.237)	(6.237)
Distribuição de dividendos aos acionistas	90.922	141.423	43.801	213.490	47.517	126.307	29.824	28.050	12.575	12.575	29.824	28.050
Lucro líquido (prejuízo) do período	(9.035)	(29.819)	(183)	(91.254)	(18)	(18)	(18)	(18)	59.230	59.230	(4.351)	(4.351)
Outros resultados abrangentes	1.015.467	1.002.182	857.768	951.640	985.452	985.452	937.935	937.935	2.112.928	2.112.928	1.651.040	1.651.040
Patrimônio líquido - Saldo final	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Participação dos investimentos	1.015.467	1.002.182	857.768	951.640	591.271	562.761	303.226	279.639	2.112.928	2.112.928	550.358	418.472
Participação nos investimentos	1.015.467	1.002.182	857.768	951.640	591.271	562.761	303.226	279.639	2.112.928	2.112.928	550.358	418.472
Partes Beneficiárias	-	-	-	-	660.186	640.021	-	-	-	-	1.100.682	836.919
Benefício Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil do investimento na Controladora	-	-	-	-	660.186	640.021	-	-	-	-	1.100.682	836.919
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as informações contábeis intermediárias condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes estão apresentadas a seguir. A avaliação do investimento destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as IFRS.

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da CEJA, Cachoeira Caldeirão e São Manoel que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação.

CEJA

A CEJA detém 100% da participação societária na ECE Participações que é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, com sede na cidade de São Paulo.

Cachoeira Caldeirão

A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no estado do Amapá.

São Manoel

A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel (Nota 4.2) a Administração projetou que haverá um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais serão demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido o ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a São Manoel procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a São Manoel, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais no resultado do exercício de 2016.

Vale ressaltar também que, no cálculo do valor recuperável, foi considerado como premissa a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A. (Nota 4.3), seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da São Manoel, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A São Manoel contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a mesma possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555 que foi considerado como reembolso por parte da seguradora.

A Companhia e a São Manoel continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

15.1 Informações contábeis intermediárias condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo

Ativo	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	63.986	46.475	24.328	8.346	28.357	38.221
Consumidores e Concessionárias	29.308	35.067	16.082	8.736		
Outros ativos circulantes	17.354	20.762	10.324	359	9.331	510
	110.648	102.304	50.734	17.441	37.688	38.731
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais	6.795	8.461	44.754	55.554	141.241	92.965
Tributos diferidos	57.908	53.614	39.819	32.383	166.358	164.118
Outros ativos não circulantes	59.952	56.562	3.119	2.213	3.836	2.364
	124.655	118.637	87.692	90.150	311.435	259.447
Imobilizado	1.139.404	1.153.195	1.314.505	1.336.286	2.724.410	2.318.753
Intangível	553.497	566.196	13.048	15.545	66.685	64.555
Total do ativo	1.928.204	1.940.332	1.465.979	1.459.422	3.140.218	2.681.486

Passivo

Passivo	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante						
Fornecedores	18.112	20.938	20.306	36.844	23.339	14.492
Debêntures	122.605	124.559	5.393	3.956		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	54.164	54.244	122.416	110.713	3.610	3.928
Provisões	11.891	11.870	19.393	19.937	4.381	37.199
Outros passivos circulantes	16.628	11.024	13.490	11.788	33.406	12.975
	223.400	222.635	180.998	183.238	64.736	68.594
Não circulante						
Tributos diferidos	180.593	183.877				
Debêntures	116.615	116.255	218.594	208.679	315.998	292.223
Empréstimos e financiamentos	666.845	688.740	494.765	478.324	1.067.697	1.014.508
Uso do bem público	20.145	20.677	10.531	10.404	40.744	40.264
Adiantamento para futuro aumento de capital		129.200				
Provisões	2.326	4.084	10.859	13.833		10.505
Outros passivos não circulantes	8	309	371	547	3	1
	986.532	1.143.142	735.120	711.787	1.424.442	1.357.501
Patrimônio Líquido	718.272	574.555	549.861	564.397	1.651.040	1.255.391
Total do passivo e patrimônio líquido	1.928.204	1.940.332	1.465.979	1.459.422	3.140.218	2.681.486

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Demonstração do Resultado

	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receitas	118.798	108.947	63.542	7.102		
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(41.979)	(43.474)	(42.318)	(14.366)		
Depreciação e amortização	(9.835)	(9.887)	(27)			
Despesas e Receitas operacionais	(2.398)	(1.493)	(3.032)	(4.010)	(6.792)	(4.951)
Resultado financeiro	(42.883)	(65.686)	(40.137)	(10.360)	201	274
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(7.186)	(5.611)	7.436	7.273	2.240	1.590
Resultado líquido do período	14.517	(17.204)	(14.536)	(14.361)	(4.351)	(3.087)

15.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios – Circulante e Não circulante

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.2.1 Risco de perda provável

	CEJA - Consolidado						Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	Passivo			Ativo			Passivo		Ativo	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2017	Depósito Judicial	30/06/2017	31/12/2016	
Trabalhistas	346	310	(123)	(31)	33	535	386		446	
Cíveis	21	3			(2)	22				
Total	367	313	(123)	(31)	31	557	386		446	
Não circulante	367					557	386		446	
Total	367					557	386		446	

	Cachoeira Caldeirão						São Manoel			
	Passivo			Ativo			Passivo		Ativo	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2017	Depósito Judicial	30/06/2017	31/12/2016	
Trabalhistas	5					5				
Cíveis	3.556	1.512		(1.512)	297	3.853	2.661		2.208	
Total	3.561	1.512	-	(1.512)	297	3.858	2.661		2.208	
Não circulante	3.561					3.858	2.661		2.208	
Total	3.561					3.858	2.661		2.208	

São Manoel

A São Manoel não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.

15.2.2 Risco de perda possível

	CEJA - Consolidado				Cachoeira Caldeirão				São Manoel	
	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016	
Trabalhistas	226	1.004	117	77	163	5	5	12	12	
Cíveis	657	678			2.760	1.934		47	44	
Fiscais							106			
Total	883	1.682	117	77	2.923	1.939	111	59	56	

São Manoel

A São Manoel é parte em três ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, tais como: (i) ausência de estudos dos impactos sobre unidades de conservação; (ii) não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena; e (iii) descumprimento de condicionantes da licença prévia.

Em todas as ações o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade dos pedidos, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com a fase em que se encontram as obras. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente as ações se encontram em fase de instrução.

15.3 Compromissos contratuais e Garantias

15.3.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2017 os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados pelo seu montante total.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da São Manoel.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% na CEJA e 7% na Cachoeira Caldeirão e São Manoel que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Responsabilidades com locações operacionais	159	436	1.030	823	1.686	159
Obrigações de compra						
Compra de Energia	14.266	14.461	106.644	108.919		
Materiais e serviços	15.143	13.859	60.777	37.527	624.522	907.234
Prêmio de risco - GSF	63.980	63.980				
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	313.759	354.451	369.854	391.034	868.539	930.344
Total	407.307	447.187	538.305	538.303	1.494.747	1.837.737

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 30 de junho de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Responsabilidades com locações operacionais	129	352	854	663	1.402	129
Obrigações de compra						
Compra de Energia	17.813	17.627	133.211	135.908		
Materiais e serviços	12.833	11.245	50.389	30.414	507.820	737.347
Prêmio de risco - GSF	241.616	241.616				
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	429.743	455.023	542.490	560.743	1.295.317	1.378.740
	<u>702.134</u>	<u>725.863</u>	<u>726.944</u>	<u>727.728</u>	<u>1.804.539</u>	<u>2.116.216</u>

15.3.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	CEJA - Consolidado		Cachoeira Caldeirão		São Manoel	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Depósito Cauçionado	Empréstimos e financiamentos	34.757	33.262				
	Empréstimos e financiamentos	360.982	371.914				
Fiança Bancária	Debêntures	119.739	120.613	377.409	340.800	364.280	346.839
	Empréstimos e financiamentos	360.982	371.914	377.409	340.800	728.571	693.782
Fiança Corporativa	Debêntures	119.739	120.613			317.601	294.363
Recebíveis	Outros	2.331	2.333	1.557	1.558		
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	473.276	473.276	627.602	627.602	1.973.974	1.573.974
Penhor de direitos	Empréstimos e financiamentos	721.965	744.036				
Seguro garantia	Executante construtor					100.175	80.253
		<u>2.193.771</u>	<u>2.237.961</u>	<u>1.383.977</u>	<u>1.310.760</u>	<u>3.484.601</u>	<u>2.989.211</u>

16 Ativo financeiro indenizável

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada três anos por meio do laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória - BRR para a EDP Espírito Santo e quatro anos para EDP São Paulo, conforme estabelecido no Contrato de concessão.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015; e (ii) por adições e baixas de valores itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

A movimentação do período é a seguinte:

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2016	Transferência do ativo intangível	Adições	Valor Justo	Atualização	Baixas	Valor líquido em 30/06/2017
Ativo financeiro indenizável	1.653.978	129.104	2.591	7.039	44	(10.875)	1.781.881
Total	1.653.978	129.104	2.591	7.039	44	(10.875)	1.781.881
Não circulante	1.653.978						1.781.881
	<u>1.653.978</u>						<u>1.781.881</u>

17 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Para o período findo em 30 de junho de 2017 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração da Companhia e de suas controladas julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1 Composição do Imobilizado

	Controladora							
	30/06/2017				31/12/2016			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	66,29	799	(55)	744	6,25	8	(6)	2
Máquinas e equipamentos	14,80	20.255	(8.669)	11.586	12,82	19.384	(7.252)	12.132
Veículos	14,29	1.079	(787)	292	14,29	1.079	(723)	356
Móveis e utensílios	6,25	3.396	(1.283)	2.113	6,25	3.254	(1.190)	2.064
		25.529	(10.794)	14.735		23.725	(9.171)	14.554
Total do Imobilizado em serviço		25.529	(10.794)	14.735		23.725	(9.171)	14.554
Imobilizado em curso								
Administração		10.114	-	10.114		9.562	-	9.562
Total do Imobilizado em curso		10.114	-	10.114		9.562	-	9.562
Total Imobilizado		35.643	(10.794)	24.849		33.287	(9.171)	24.116

	Consolidado								
	30/06/2017				31/12/2016				
	Nota	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos			164.122	(16)	164.106		164.122	(13)	164.109
Reservatórios, barragens e adutoras		1,99	1.998.831	(498.247)	1.500.584	1,69	1.996.595	(477.647)	1.518.948
Edificações, obras civis e benfeitorias		2,41	961.512	(250.060)	711.452	2,61	958.487	(238.581)	719.906
Máquinas e equipamentos		3,91	5.759.736	(1.283.150)	4.476.586	3,18	5.730.714	(1.167.871)	4.562.843
Veículos		14,23	5.728	(3.038)	2.690	9,80	5.366	(2.921)	2.445
Móveis e utensílios		7,09	3.399	(1.803)	1.596	4,01	2.456	(916)	1.540
			8.893.328	(2.036.314)	6.857.014		8.857.740	(1.887.949)	6.969.791
Sistema de Transmissão de Conexão	17.1.1								
Edificações, obras civis e benfeitorias		22,88	8.424	(5.783)	2.641	22,88	8.424	(5.259)	3.165
Máquinas e equipamentos		3,19	112.305	(49.252)	63.053	3,03	111.585	(43.423)	68.162
			120.729	(55.035)	65.694		120.009	(48.682)	71.327
Administração									
Terrenos			3.638	-	3.638		3.638	-	3.638
Edificações, obras civis e benfeitorias		31,95	2.116	(327)	1.789	10,49	1.325	(205)	1.120
Máquinas e equipamentos		12,96	36.423	(15.151)	21.272	10,95	34.447	(12.977)	21.470
Veículos		14,33	2.654	(1.731)	923	12,25	2.778	(1.686)	1.092
Móveis e utensílios		6,62	5.500	(2.411)	3.089	6,32	5.001	(2.249)	2.752
			50.331	(19.620)	30.711		47.189	(17.117)	30.072
Atividades não vinculadas à concessão									
Terrenos			85	-	85		85	-	85
Edificações, obras civis e benfeitorias		6,31	1.204	(419)	785		588	(235)	353
			1.289	(419)	870		673	(235)	438
Total do Imobilizado em serviço			9.065.677	(2.111.388)	6.954.289		9.025.611	(1.953.983)	7.071.628
Imobilizado em curso									
Geração			350.424	-	350.424		342.219	-	342.219
Administração			10.597	-	10.597		10.024	-	10.024
Total do Imobilizado em curso			361.021	-	361.021		352.243	-	352.243
Total Imobilizado			9.426.698	(2.111.388)	7.315.310		9.377.854	(1.953.983)	7.423.871

17.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão) - Investco

Atualmente a Investco possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$36.348 (R\$39.214 em 31 de dezembro de 2016) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Investco até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Investco que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Investco iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, e assim continuará até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

17.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Reclassificação	Valor líquido em 30/06/2017
	Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2	-	122	(48)	668	744
Máquinas e equipamentos	12.132	-	871	(1.417)	-	11.586
Veículos	356	-	-	(64)	-	292
Móveis e utensílios	2.064	-	142	(93)	-	2.113
Total do Imobilizado em serviço	14.554	-	1.135	(1.622)	668	14.735
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	9.562	1.687	(1.135)	-	-	10.114
Total do Imobilizado em curso	9.562	1.687	(1.135)	-	-	10.114
Total do Imobilizado	24.116	1.687	-	(1.622)	668	24.849

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) (Nota 16). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

18.1.2 Direito de concessão - Outros

	Consolidado		
	30/06/2017		
	Custo	Amortização	Total
EDP São Paulo	38.143	(21.743)	16.400
Lajeado	122.533	(67.689)	54.844
Enerpeixe	3.837	(1.593)	2.244
Porto do Pecém	106.855	(8.036)	98.819
Investco	787.264	(332.622)	454.642
Total	1.058.632	(431.683)	626.949

Referem-se a diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

18.1.3 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHE's e PCH's das controladas Investco, Enerpeixe e EDP PCH. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o final do contrato de concessão, para as controladas Enerpeixe e Investco, e pelo prazo de 5 anos a partir da mudança do regime de exploração, para a controlada EDP PCH, com término em julho de 2019.

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Saldo em 30/06/2017
Investco	10.365	(324)	10.041
Enerpeixe	98.880	(2.482)	96.398
EDP PCH	3.111	(602)	2.509
	112.356	(3.408)	108.948

18.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas.

18.1.5 Goodwill

O *Goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O *goodwill* é composto pelos seguintes montantes: (i) R\$42.293 gerado na combinação de negócios em setembro de 2008 quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Energisa MS pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A. nas participadas Lajeado e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A. na Lajeado e Tocantins Energia S.A.; e (ii) R\$31.804 gerado quando da aquisição da EDP Soluções pela controlada EDP GRID em dezembro de 2015.

18.2 Movimentação do Intangível

	Controladora						Valor líquido em 30/06/2017		
	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2016			
Intangível em serviço									
Software	8.914	-	4.529	(1.161)	-	12.282			
Total do intangível em serviço	8.914	-	4.529	(1.161)	-	12.282			
Intangível em curso									
Outros Intangíveis em curso	7.265	3.799	(4.529)	-	(668)	5.867			
Total do intangível em curso	7.265	3.799	(4.529)	-	(668)	5.867			
Total do Intangível	16.179	3.799	-	(1.161)	(668)	18.149			
	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Juros capitalizados	Transferência para intangível em serviço	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 30/06/2017
Intangível em serviço									
Software	12.026	-	-	5.200	-	(1.779)	-	31	15.478
Servidão permanente	3.528	-	-	-	-	(168)	-	-	3.360
Direito de concessão - Licenças ambientais	36.406	-	-	-	-	(3.708)	-	-	32.698
Direito de concessão - Infraestrutura	1.508.303	-	-	258.653	(129.104)	(98.637)	(17.751)	(344)	1.521.120
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	112.356	-	-	-	-	(3.408)	-	-	108.948
Direito de concessão - Outros	646.100	-	-	-	-	(19.151)	-	-	626.949
Outros intangíveis em serviço	4.475	-	-	-	-	(1.181)	-	-	3.294
Total do intangível em serviço	2.323.194	-	-	263.853	(129.104)	(128.032)	(17.751)	(313)	2.311.847
Intangível em curso									
Direito de concessão - Infraestrutura	268.284	262.911	4.013	(258.653)	-	-	(1.202)	(274)	275.079
Desenvolvimento de projetos	23.678	344	-	-	-	(22)	-	-	24.000
Outros Intangíveis em curso	27.983	4.227	-	(5.200)	-	(128)	(128)	(522)	26.360
Total do Intangível em curso	319.945	267.482	4.013	(263.853)	-	-	(1.352)	(796)	325.439
Goodwill	74.097	-	-	-	-	-	-	-	74.097
Total do Intangível	2.717.236	267.482	4.013	-	(129.104)	(128.032)	(19.103)	(1.109)	2.711.383

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.3 Teste de redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de Intangível.

O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de *impairment*. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeixe, Lajeado, Investco e Porto do Pecém;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão, exceto EDP Comercializadora;
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M 5,88% a.a. e IPCA 5,99% a.a..

Em 31 de dezembro de 2016 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No 1º semestre de 2017 não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

19 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado		
		Circulante		Circulante		Não circulante
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica				571.045	534.526	3.892
Energia livre				104.673	99.109	
Encargos de uso da rede elétrica				57.700	59.844	
Operações CCEE	19.1			173.741	132.093	
Materiais e serviços		12.145	13.161	254.521	298.006	
Total		12.145	13.161	1.161.680	1.123.578	3.892

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

19.1 Aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF

Do montante a ser liquidado junto à CCEE de R\$173.741, R\$111.106 refere-se a controlada Enerpeixe relativos a aplicação do GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) acrescidos de atualização monetária desde março de 2015.

A controlada Enerpeixe, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, propôs, em 18 de junho de 2015, ação judicial visando prevenir e reparar danos que desde janeiro de 2014 a Enerpeixe vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.

Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEEL do ajuste do MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física para o grupo de empresas representadas pela APINE até o trânsito em julgado da ação mencionada. A decisão proferida pela juíza federal da 20ª Vara Federal do Distrito Federal determinou multa diária de R\$50 à ANEEL caso a decisão não seja cumprida.

A decisão tem o condão de estancar os danos sofridos em razão dos valores do GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

Atualmente aguarda-se decisão do recurso interposto pela ANEEL em 27 de julho de 2015 contra a decisão que concedeu a liminar.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data de emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	30/06/2017		31/12/2016			
												Encargos		Encargos			
												Circulante	Circulante	Circulante	Circulante		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instituição CVM nº 478/09	684.253	1	684.253	1ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2018	Destinada ao resgate antecipado da 1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia.	CDI + 1,75% a.a. até 15/03/2016 (ii) CDI + 2,25% a.a. a partir de 15/03/2016 (iii)	Anonizações anuais a partir de setembro de 2017 e juros semestral		25.054	332.126	29.945	332.126		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instituição CVM nº 478/09	179.887	1	179.887	2ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2021	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3201% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,6201% a.a. a partir de 15/03/2016 (iii)	Anonizações anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestral		4.942	198.369	4.958	195.994		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instituição CVM nº 478/09	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (iii)	Anonizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		1.312	53.272	1.290	52.370		
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil		(18.347)		(18.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal		(3.058)	(3.324)	(6.382)	(9.308)		
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instituição CVM nº 478/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 6,3479% a.a.	Anonizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais		4.314	263.734	4.307	263.467		
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil		(7.097)		(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal		(5.548)	(5.548)	(6.169)	(6.169)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	Instituição CVM nº 478/09	45.000	10	450.000	1ª emissão em 25/11/2013	25/11/2013 a 25/11/2019	Pagamento aos acionistas a título de reembolso das ações decorrente da redução de capital social ocorrida em 03/05/2013	CDI + 1,25% a.a.	Principal anual a partir de outubro/2017 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	4.951	150.000	6.296	150.000		
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia		(3.118)		(3.118)		25/11/2013 a 25/11/2019			Amortização mensal		(486)	(376)	(871)	(1.167)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Enepar	Instituição CVM nº 478/09	35.000	10	350.000	1ª emissão em 22/11/2016	22/11/2016 a 22/11/2019	Redução de capital e distribuição de recursos aos acionistas	114,5% do CDI a.a.	Principal anual a partir de novembro/2018 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	5.607	350.000	3.471	350.000		
(-) Custos de emissão	Enepar		(2.939)		(2.939)		22/11/2016 a 22/11/2019			Amortização mensal		(1.174)	(1.080)	(2.254)	(2.840)		
Simplex Farenha Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Ponto de Picém	Instituição CVM nº 478/09	33.000	10	330.000	1ª emissão em 14/11/2016	14/11/2016 a 14/11/2021	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID	CDI + 2,85% a.a.	Principal anual a partir de novembro/2020 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	5.630	330.000	3.349	330.000		
(-) Custos de emissão	Ponto de Picém		(3.484)		(3.484)		14/11/2016 a 14/11/2021			Amortização mensal		(3.035)	(3.035)	(3.420)	(3.420)		
Total												84.134	639.827	81.000	612.931	3.388.048	3.081.979

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebatimento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da EDP Espírito Santo foi rebatido pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.
 (ii) Conforme Assembleia Geral de Debituristas - AGD de 17 de setembro de 2015, ocorreu alteração do juros remuneratórios de CDI + 1,60% a.a. para CDI + 1,25% a.a. a partir de 16 de setembro de 2015;
 (iii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no spread anual face um rebatimento de pelo menos dois níveis no rating da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o rating da Companhia foi rebatido pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2 Movimentação das debêntures

	Controladora						Valor líquido em 30/06/2017		
	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial			
Circulante									
Principal	332.126						332.126		
Juros	40.400	(71.580)	66.589			213	35.622		
Custo de transação	-			(6.604)	3.546		(3.058)		
	<u>372.526</u>	<u>(71.580)</u>	<u>66.589</u>	<u>(6.604)</u>	<u>3.546</u>	<u>213</u>	<u>364.690</u>		
Não circulante									
Principal	838.651					9.851	848.502		
Custo de transação	(15.478)			6.604			(8.874)		
	<u>823.173</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.604</u>	<u>-</u>	<u>9.851</u>	<u>839.628</u>		
	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/06/2017
Circulante									
Principal	614.126		(96.000)			126.800			644.926
Juros	81.000		(194.086)	197.007				213	84.134
Custo de transação	(1.195)					(9.804)	5.900		(5.099)
	<u>693.931</u>	<u>-</u>	<u>(290.086)</u>	<u>197.007</u>	<u>-</u>	<u>116.996</u>	<u>5.900</u>	<u>213</u>	<u>723.961</u>
Não circulante									
Principal	2.413.451	340.000				(126.800)		9.851	2.636.502
Custo de transação	(25.403)	(2.353)			588	9.216			(17.952)
	<u>2.388.048</u>	<u>337.647</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>588</u>	<u>(117.584)</u>	<u>-</u>	<u>9.851</u>	<u>2.618.550</u>

20.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2017	364.690	597.395
2018		126.566
	<u>364.690</u>	<u>723.961</u>
Não Circulante		
2018	328.377	776.976
2019	64.447	604.543
2020	64.807	486.670
2021	197.316	497.709
2022	149.258	217.229
2023 até 2035	35.423	35.423
	<u>839.628</u>	<u>2.618.550</u>
Total	<u>1.204.318</u>	<u>3.342.511</u>

As emissões de Debêntures efetuadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão nos contratos vigentes estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

Em 30 de junho de 2017 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Energest, Enerpeixe e Porto do Pecém encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

• Para ambas as emissões:

(i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) Pedido de autofalência;

(iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;

(v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;

(vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e

(vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 4ª emissão:

(i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do rating da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;

(ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

(iii) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• Específicas para a 5ª emissão:

(i) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória (ressalvada, neste caso, a hipótese de extinção); (b) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% dos Debenturistas presentes à AGD, especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) não provocar a queda do *rating* da Emissão em 2 ou mais *notches*; e

(ii) descumprimento, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, e desde que, cumulativamente, a critério dos Debenturistas, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora.

Controladas

(i) EDP São Paulo (5ª, 6ª e 7ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, não superior a 3,5 nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano.

(iii) EDP Espírito Santo (3ª, 4ª e 5ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(iv) EDP Espírito Santo (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$75.000.

(v) EDP Espírito Santo (3ª emissão) EDP São Paulo (5ª emissão): protesto cambiário contra a Emissora que não tenha sido contestado de boa fé em valor individual igual ou superior a R\$75.000 e/ou não tenha sido sanado em 30 dias, contados da sua intimação.

(vi) EDP São Paulo (6ª emissão) e EDP Espírito Santo (4ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000.

(vii) Lajeado: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Bruta em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano.

(viii) Lajeado: perda da concessão, desde que tal perda não ultrapasse 10% de sua receita líquida, e desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações para as demais emissões.

(ix) Lajeado: extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% em relação ao seu faturamento total.

(x) Lajeado: notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

(xi) Energest (1ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Bruta em relação ao EBITDA na data de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5, entre a data de emissão até 17 de setembro de 2015. A partir de 18 de setembro de 2015 até seu vencimento, o limite é de não superior a 2,5 para a relação.

(xii) Energest (1ª emissão): notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000 desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

(xiii) Energest (2ª emissão): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

(xiv) Porto do Pecém (1ª emissão): não observância: (a) pela Emissora, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano, a partir de 31 de dezembro de 2017; e (b) pela Fiadora (EDP - Energias do Brasil), do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes.

(xv) Enerpeixe (1ª emissão): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

Notas Explicativas



21 Notas explicativas
21.1 Período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Modelo nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	30/06/2017						31/12/2016					
											Encargos		Principal		Encargos		Principal					
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP São Paulo	150.000	23/02/2015	150.000	23/02/2015 a 23/02/2019	Alargamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais	Nota Promissória	1.464	75.000	75.000	151.464	1.953	150.000	151.953					
Eletronas Reúz - ECF 2779/09	EDP São Paulo	3.517	18/02/2010	2.651	30/02/2012 a 30/02/2014	Programa Reúz - Município de Mogi das Cruzes/SP	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. (taxadh).	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis;	23	46	69	23	320	343	343					
Eletronas Reúz - ECF 2800/09	EDP São Paulo	3.392	27/02/2010	2.506	30/07/2017	Programa Reúz - Município de Mogi das Cruzes/SP	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. (taxadh).	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis;	24	44	68	24	306	330	330					
Eletronas LPT - ECF 184/07	EDP São Paulo	12.359	25/06/2007	11.015	30/11/2009 a 30/11/2019	Programa Luz para Todos	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1% a.a. (taxadh).	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	1.204	1.861	3.065	1.204	2.518	3.722	3.722					
BNDES - BB/CALC	EDP São Paulo	200.369	23/01/2009	141.271	17/02/2010 a 17/06/2019	Programa de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa de EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	31	4.812	4.811	9.654	71	12.842	20.087					
BNDES - FNEM	EDP São Paulo	236.785	28/12/2014	253.076	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	TJLP a TLP + 3,05% a.a. + 0,75% a.a. e P/E de 3,05% a.a. e P/E de 6,00% a.a.	Principal e Juros mensais após seguimento mensal. Principal e Juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa de EDP Energias do Brasil.	688	39.910	187.164	227.762	17.858	38.407	213.371					
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(434)	16/12/2024							(729)	(729)		(318)	(318)	(318)					
BNDES - BB/CALC	EDP Espírito Santo	177.468	23/01/2009	155.228	17/02/2010 a 17/06/2019	Programa de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa de EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	15	2.326	2.326	4.667	56	12.471	15.995					
(-) BNDES - CALC - Custos de transação	EDP Espírito Santo	(205)	23/01/2009	(205)	17/02/2010 a 15/03/2017							-	-		(1)	(1)	(1)					
BNDES - FNEM	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	246.957	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	TJLP a TLP + 3,05% a.a. + TR(i) + 3,05% a.a. e P/E de 6,00% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa de EDP Energias do Brasil	671	38.899	183.447	223.117	16.118	38.526	208.477					
(-) BNDES - FNEM - Custos de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(719)	16/12/2024							(876)	(876)		(514)	(514)	(514)					
Eletronas LPT - ECF 106/05	EDP Espírito Santo	50.304	20/12/2005	37.114	30/04/2016	Programa Luz para Todos	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. (taxadh).	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis;	3.127	3.127	3.127	3.127	3.439	5.002	5.002					
Eletronas LPT - ECF 181/07	EDP Espírito Santo	75.764	25/02/2007	44.821	30/04/2010 a 30/01/2012	Programa Luz para Todos	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. (taxadh).	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis;	4.152	6.681	12.833	4.152	10.946	15.088	15.088					
Eletronas LPT - ECF 258/09	EDP Espírito Santo	56.737	28/08/2009	20.687	30/12/2012	Programa Luz para Todos	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. (taxadh).	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	1.560	6.089	7.659	1.560	6.950	8.510	8.510					
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	200.000	08/02/2014	200.000	08/02/2014 a 14/05/2018	Alargamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,0625%	Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais	Nota Promissória	1.020	66.666	67.686	2.482	66.666	66.667	135.815					
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	100.000	23/02/2015	100.000	23/02/2015 a 23/02/2019	Alargamento da dívida e financiamento de capital de giro.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado (i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19% TJLP	Principal anual a partir de maio/2016 e Juros trimestrais	Nota Promissória	976	50.000	100.976	1.302	100.000	101.302	101.302					
BNDES	Povo do Povoim	1.410.000	10/02/2009	1.402.000	09/02/2009 a 15/05/2026	Implantação da usina termelétrica Povoim 1.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Penhor de ações; b. Depósitos caucionados; c. cessão de direitos contratuais; d. Hipoteca e f. alienação de ativos.	3.618	121.322	970.575	1.095.515	4.329	120.605	1.025.145					
(-) Custo de transação	Povo do Povoim	(11.286)	10/02/2009	(11.286)	09/02/2009 a 15/05/2026							(879)	(8715)	(4.694)	(1.113)	(4.483)	(6.606)					
BNDES	EDP PCH	25.404	13/11/2009	20.004	15/02/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento	Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2;	4,50% a.a. e TJLP + 1,92% a.a.	Principal e Juros mensais	Depósito caucionado	6	2.326	2.332	10	2.529	1.054	3.593					
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	75.633	11/02/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação do PCH Francisco Gus	Índice de cobertura de capital maior ou igual a 1,20. c. Restrição de pagamento de dividendos.	TJLP + 1,50% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Fiança Corporativa; b. Depósito caucionado; c. cessão de direitos contratuais; d. Hipoteca e f. alienação de ativos.	117	5.815	32.954	38.886	142	5.781	35.650					
Ações recebíveis cumulativas (iv)	Investido					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		11.146	26.154	64.907	7.786	26.560	26.478	69.824					
BNDES FNAME - Banco Branstal	EDP São Paulo em Energia	2.352	18/12/2014	1.617	18/12/2014 a 15/01/2020	Investimentos em projetos	Investimentos em projetos	0,369% a.m.	Principal e Juros em 48 parcelas	Ata EDP - Energias do Brasil	-	-	-	4	588	1.225	1.817					
Banco Industrial	EDP São Paulo em Energia	1.560	21/02/2013	1.560	19/09/2017	Investimentos em projetos	Investimentos em projetos	CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em 39 parcelas	a. Dívidas Creditícias; b. Fiança BID; c. Aval de Aconista	-	-	-	-	240	240	240					
Banco Industrial	EDP São Paulo em Energia	1.560	21/02/2013	1.560	19/09/2017	Investimentos em projetos	Investimentos em projetos	CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em 39 parcelas	a. Dívidas Creditícias; b. Fiança BID; c. Aval de Aconista	-	-	-	-	240	240	240					
Banco Industrial	EDP São Paulo em Energia	521	21/02/2013	521	19/09/2017	Investimentos em projetos	Investimentos em projetos	CDI + 0,5% a.m.	Principal e Juros em 39 parcelas	a. Dívidas Creditícias; b. Fiança BID; c. Aval de Aconista	-	-	-	-	80	80	80					

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Ajuste a valor presente	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/06/2017
Circulante										
Principal	324.560		(221.144)		323.070				1.590	428.076
Juros	53.627		(144.100)	108.580	1.507				694	20.308
Custo de Transação	(1.114)				(971)			1.106		(979)
Swap	1.096		(11.957)	14.183					(2.220)	1.102
	<u>378.169</u>	<u>-</u>	<u>(377.201)</u>	<u>122.763</u>	<u>323.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.106</u>	<u>64</u>	<u>448.507</u>
Não circulante										
Principal	2.074.194	1.392			(323.070)	74	1.129		12.742	1.766.461
Juros	26.560				(1.507)		1.101			26.154
Custo de Transação	(5.325)	(965)			971					(5.319)
Swap	15.478					(435)			(3.161)	11.882
	<u>2.110.907</u>	<u>427</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(323.606)</u>	<u>(361)</u>	<u>2.230</u>	<u>-</u>	<u>9.581</u>	<u>1.799.178</u>

21.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Consolidado			Total
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	
Circulante				
2017	122.444	500	1.102	124.046
2018	324.461			324.461
	<u>446.905</u>	<u>500</u>	<u>1.102</u>	<u>448.507</u>
Não circulante				
2018	94.381	34.264	3.938	132.583
2019	343.939	180.256	7.944	532.139
2020	210.435			210.435
2021	209.034			209.034
2022 até 2026	676.440			676.440
2027 até 2031	5.136			5.136
2032 até 2036	33.411			33.411
	<u>1.572.776</u>	<u>214.520</u>	<u>11.882</u>	<u>1.799.178</u>
Total	<u>2.019.681</u>	<u>215.020</u>	<u>12.984</u>	<u>2.247.685</u>

22 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest e Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 30 de junho de 2017.

São reconhecidas as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
PSAP Bandeirante					8.838	
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA			687	687	524	531
Assistência médica e seguro de vida			32.670	32.670	620.130	599.184
Contribuição definida	115	112	959	1.576		
	<u>115</u>	<u>112</u>	<u>34.316</u>	<u>34.933</u>	<u>629.492</u>	<u>599.715</u>

22.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Adicionalmente, a controlada Energest possui planos de suplementação de aposentadoria e pensão geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos.

22.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante – Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é da EDP São Paulo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(ii) Plano PSAP Bandeirante – Grupos de Custeio BD e CV:

- Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da EnerPrev, é paritária entre a EDP São Paulo e os participantes.

- Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à EDP São Paulo. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo. A EDP São Paulo contribuiu para este plano no período o montante de R\$2.213 (R\$225 em 2016).

EDP Espírito Santo

- Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições paritariamente da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

EDP Espírito Santo e Energest

- Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigentes para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para as controladas.

Energest

- Plano de Benefícios I e II (administrado pela Fundação Enersul): O Plano I (vigente para adesões até 10 de maio de 2002) está estruturado na modalidade de benefício definido, o qual consiste em um plano complementar à Previdência Social, sendo o valor dos benefícios previamente definido. O Plano II é um plano estruturado na modalidade de Contribuição variável, o qual está estruturado na modalidade de Benefício definido para os benefícios de risco, que contemplam a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte de participante ativo, e na modalidade de Contribuição definida para os benefícios programados, englobando a aposentadoria normal e antecipada.

22.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano.

Com base neste conceito, a avaliação atuarial de 30 de junho de 2017 identificou, na controlada EDP São Paulo, que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada.

Até 31 de dezembro de 2016, a avaliação atuarial levava em consideração o valor justo dos ativos e o valor presente das obrigações do plano de forma agregada, ou seja, considerando os três grupos de custeio. Na ocasião, a soma da posição atuarial dos três grupos de custeio apresentava-se superavitária, isentando a EDP São Paulo de qualquer provisão em relação ao plano.

A partir de 30 de junho de 2017, a avaliação atuarial passou a avaliar os ativos e as obrigações de forma segregada por grupo de custeio resultando em uma posição superavitária para o grupo de custeio BD e CV e deficitária para o grupo BSPS no montante de R\$8.838 (Nota 22.1.1.4).

Para a EDP Espírito Santo e para a Energest, a avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2017 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

22.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

EDP São Paulo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(732.466)	812.251	(79.785)	-
Custo do serviço corrente	1.310			1.310
Custo dos juros	(42.553)	47.790	(4.763)	474
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	5.629	8.591	(27.909)	(13.689)
Contribuições pagas pela Companhia		3.067		3.067
Contribuições pagas pelos empregados	(1.731)	1.731		-
Benefícios pagos pelo plano	21.353	(21.353)		-
Saldo em 30 de junho de 2017	(748.458)	852.077	(112.457)	(8.838)

As contribuições da EDP São Paulo esperadas para este plano para o exercício de 2017 são de R\$15.817.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(162.821)	266.869	(105.664)	43
Custo do serviço corrente	(61)			(61)
Custo dos juros	(11.442)	18.271	(6.900)	(71)
Rendimento esperado dos ativos		1.790		1.790
Ganhos/(perdas) atuariais	4.066			4.066
Contribuições pagas pela Companhia		(811)		(811)
Benefícios pagos pelo plano	12.286	(12.286)		-
Mudança na recuperação do superávit			(4.956)	(4.956)
Saldo em 30 de junho de 2017	(157.972)	273.833	(117.520)	-

Para estes planos o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2017 é de R\$1.576 (R\$1.633 em 31 de dezembro de 2016).

Energist

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.823)	2.540	(809)	
Custo do serviço corrente	(8)			(8)
Custo dos juros	(118)	116		(2)
Ganhos/(perdas) atuariais	34	(362)	335	7
Benefícios pagos pelo plano	(64)	64		-
Saldo em 30 de junho de 2017	(1.979)	2.358	(474)	(3)

As contribuições esperadas da Energist para estes benefícios para o exercício de 2017 são de R\$145.

22.1.1.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão da avaliação atuarial reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Energist	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente	(1.310)	(354)	61	66	6	13
Custo dos juros	42.553	40.025	18.342	17.719	168	142
Rendimento esperado dos ativos	(47.790)	(41.680)	(18.271)	(17.659)	(166)	(146)
Mudança na recuperação do superávit	4.763					
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	(1.784)	(2.009)	132	126	8	9
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido						
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(8.591)	(59.703)	(1.790)	(29.607)	344	(170)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(5.629)	325	(4.066)	220	(34)	24
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	27.909	90.469	5.769	29.260	(319)	153
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	13.689	31.091	(87)	(127)	(9)	7
Total	11.905	29.082	45	(1)	(1)	16

22.1.1.4 Confissão de dívida - EnerPrev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a EnerPrev, decorrente de déficit atuarial calculado pelo atuário da EnerPrev conforme diretrizes da Resolução CGPC nº26/2008 e suas alterações, que estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a EnerPrev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da EnerPrev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

	30/06/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações do plano	(748.726)	(732.466)
Valor justo dos ativos do plano	852.645	812.251
Restrições de reconhecimento do ativo	(112.757)	(79.785)
Total registrado - CPC 33 (Nota 22.1.1.2)	(8.838)	-
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº26/2008	(62.897)	(65.443)
Diferença entre premissas (*)	(54.059)	(65.443)

(*) O montante de R\$54.059 (R\$65.443 em 31 de dezembro de 2016) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela EDP São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela EnerPrev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



22.1.2 Planos de Contribuição definida

A Companhia e suas controladas oferecem o Plano Energias do Brasil, administrado pela EnerPrev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feita adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras. Na qualidade de patrocinadoras deste plano a Companhia contribuiu no período com R\$400 (R\$444 em 2016) e as controladas contribuíram no período com o montante de R\$1.759 (R\$1.777 em 2016).

Em 30 de junho de 2017 esse plano têm a adesão de 98^(*) colaboradores (101^(*) em 31 de dezembro de 2016) da Companhia e 1.353^(*) (1.303^(*) em 31 de dezembro de 2016) das suas controladas.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

22.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA (EDP Espírito Santo): Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996;

- Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (EDP Espírito Santo e Energest - vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados na Companhia): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da EDP Espírito Santo e Energest;

- Assistência médica (Investco): De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos planos de assistência à saúde. O modelo de assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

22.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2017 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

22.2.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	EDP Espírito Santo	Energest	Investco
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações do plano
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(620.773)	(11.625)	(674)
Custo do serviço corrente	(1.457)	(42)	(19)
Custo dos juros	(36.506)	(702)	(42)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(364)	3	
Benefícios pagos pela Companhia	17.991	199	
Saldo em 30 de junho de 2017	(641.109)	(12.167)	(735)

Para estes planos o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2017 na EDP Espírito Santo é de R\$303.375 (R\$303.465 em 31 de dezembro de 2016), na Energest de R\$3.802 (R\$3.806 em 31 de dezembro de 2016) e na Investco de R\$331 (R\$331 em 31 de dezembro de 2016).

As contribuições esperadas para estes benefícios durante o exercício de 2017 são de R\$32.904 na EDP Espírito Santo, R\$421 na Energest e R\$32 na Investco.

22.2.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão da avaliação atuarial reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP Espírito Santo		Energest		Investco	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente	1.457	1.175	42	57	19	
Custo dos juros	36.506	28.481	702	647	42	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	37.963	29.656	744	704	61	-
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	364	338	3	7		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	364	338	3	7	-	-
Total	38.327	29.994	747	711	61	-

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

	Consolidado							
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Ressarcimento CCRBT	Transferência	Saldo em 30/06/2017
Quota de reserva global de reversão - RGR		314	2.103		(2.072)			345
Conta de desenvolvimento energético - CDE	23.1 e 26	108.500	541.746		(564.043)			86.203
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		4.354	11.163		(12.913)			2.604
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	6.2	31.627			(213)			31.414
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	23.2 e 26	77.616	40.079	3.501	(45.030)		134	76.300
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	7, 23.3 e 26	-	90.760			(145.396)	54.636	-
Outros encargos		1.175	6.578	437	(7.019)			1.171
Total		<u>223.586</u>	<u>692.429</u>	<u>3.938</u>	<u>(631.290)</u>	<u>(145.396)</u>	<u>54.770</u>	<u>198.037</u>
Circulante		204.690						165.542
Não circulante		18.896						32.495
Total		<u>223.586</u>						<u>198.037</u>

23.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

Referem-se aos valores a repassar à CDE, anuídos pela ANEEL, conforme demonstrado na tabela abaixo. Até abril de 2017, a responsabilidade pela administração dos recursos era da Eletrobras. Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão da CDE passou a ser de responsabilidade da CCEE.

	EDP São Paulo			EDP Espírito Santo		
	Montante total	Valor cota mensal	Competência	Montante total	Valor cota mensal	Competência
Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.863/15						
CDE - Energia (Conta ACR) (*)	357.750	19.875	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2020	252.560	12.628	Agosto de 2015 a Março de 2017
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.231/17						
CDE - Energia (Conta ACR) (*)	699.504	16.172	Abril de 2017 a Março de 2018	444.216	10.270	Abril de 2017 a Março de 2018
		21.060	Abril de 2018 a Março de 2020		13.374	Abril de 2018 a Março de 2020
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.077/16						
CDE - Energia	110.272	9.189	Outubro de 2016 a Setembro de 2017	85.768	7.147	Agosto de 2016 a Julho de 2017
Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.204/17						
CDE - Encargo de uso	352.160	25.866	Janeiro de 2017	211.068	15.502	Janeiro de 2017
		29.663	Fevereiro de 2017 a Dezembro de 2017		17.779	Fevereiro de 2017 a Dezembro de 2017

(*) A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.231/17 revogou os montantes da Resolução ANEEL nº 1.863/15, a partir da competência de abril de 2017, uma vez que foi apurado pela CCEE que o índice de reserva de liquidez do fundo estava superior ao exigido pelos contratos de financiamento. Assim, em prol da modicidade tarifária, a ANEEL aprovou a redução das quotas mensais do encargo no período de abril de 2017 a março de 2018.

23.1.1 Liminares de Associações de Consumidores relacionadas à CDE

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica – ABRACE conseguiu liminar em 03 de julho de 2015, que desobriga suas associadas a pagarem itens específicos do CDE. Após a liminar concedida à ABRACE, houve uma proliferação de processos judiciais que contestavam o encargo da CDE.

Diante deste cenário a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.576/16 e Nota Técnica nº 174/16 - SGT, decidiu que as distribuidoras estão autorizadas a descontar do pagamento da cota da CDE o valor não arrecadado devido às liminares e também que os cálculos dos reajustes e revisões tarifárias das distribuidoras não seriam afetados pelos efeitos das liminares.

23.2 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pelas controladas, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. As controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 30 de junho de 2017 no montante de R\$76.300 (R\$77.616 em 31 de dezembro de 2016), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

23.3 Bandeiras tarifárias

A partir de 1º de janeiro de 2015, por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547 de 16 de abril de 2013, entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este mecanismo tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 3 bandeiras: verde, amarela e vermelha. A cada mês, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda. A partir dessa avaliação, define-se as térmicas que deverão ser acionadas.

A partir de 1º de fevereiro de 2016, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.016/16, se o custo variável da última usina a ser despachada pelo ONS: (i) for menor que R\$211,28/MWh, então a bandeira é verde; (ii) se estiver entre R\$211,28/MWh e R\$422,56/MWh, a bandeira é amarela; (iii) se estiver entre R\$422,56/MWh e R\$610,00/MWh, a bandeira é vermelha - patamar 1; e (iv) se for maior que R\$610,00/MWh, a bandeira é vermelha - patamar 2. A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.203/17, manteve as faixas de acionamento para o exercício de 2017.

A bandeira verde indica que o custo para geração de energia está no patamar normal, não sendo necessário nenhum acréscimo no valor das tarifas de energia. Já as bandeiras amarela e vermelha sinalizam que o custo da geração de energia está aumentado, sendo aplicado um adicional ao valor da tarifa de energia.

Os acréscimos, até 31 de janeiro de 2017, foram os seguintes: (i) para a bandeira amarela de R\$1,50 por 100 kWh; (ii) para a bandeira vermelha - patamar 1 de R\$3,00 por 100 kWh; e (iii) para a bandeira vermelha - patamar 2 de R\$4,50 por 100 kWh. A partir de 1º de fevereiro de 2017, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.203/17, os acréscimos são os seguintes: (i) para a bandeira amarela de R\$2,00 por 100 kWh; (ii) para a bandeira vermelha - patamar 1 de R\$3,00 por 100 kWh; e (iii) para a bandeira vermelha - patamar 2 de R\$3,50 por 100 kWh.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Assim, o saldo relativo à Bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de Bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos.

Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2017 foram:

Bandeiras	Meses
Verde	Janeiro, Fevereiro e Junho
Amarela	Março
Vermelha - patamar 1	Abril e Maio

24 Provisões

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	24.1	11.375	12.478	8.902	17.802	247.010	229.005
Licenças Ambientais	24.2			12.211	13.446	28.286	31.356
Desmantelamento	24.3					8.634	8.370
Ressarcimento por indisponibilidade	24.4			123.281	120.088	36.623	56.956
Contraprestação contingente	24.5			5.525	3.333	14.189	18.941
Total		11.375	12.478	149.919	154.669	334.742	344.628

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

24.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e das suas controladas.

24.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações, em curso, como segue:

	Controladora							
	Passivo				Ativo			
	Baixas				Depósito Judicial			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas	4.385	22	(18)	(1.944)	275	4.664	421	518
Cíveis	8.093	1.851	(2.992)	(1.944)	1.703	6.711	390	380
Total	12.478	1.873	(3.010)	(1.944)	1.978	11.375	811	898
Não circulante	12.478					11.375	811	898
Total	12.478					11.375	811	898
	Consolidado							
	Passivo				Ativo			
	Baixas				Depósito Judicial			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas	82.731	9.726	(7.463)	(2.706)	7.001	89.289	28.549	31.269
Cíveis	107.892	18.068	(13.296)	(5.585)	12.441	119.520	20.991	26.763
Fiscais	2.594				24	2.618		
Outros	53.590	398	(2.425)	(7.859)	781	44.485		
Total	246.807	28.192	(23.184)	(16.150)	20.247	255.912	49.540	58.032
Circulante	17.802					8.902		
Não circulante	229.005					247.010	49.540	58.032
Total	246.807					255.912	49.540	58.032

24.1.1.1 Trabalhistas

EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, Investco, EDP Soluções, Porto do Pecém e EDP - Energias do Brasil

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

24.1.1.2 Cíveis

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 30 de junho de 2017 para a EDP São Paulo é de R\$46.952 (R\$43.035 em 31 de dezembro de 2016) e para a EDP Espírito Santo é de R\$3.311 (R\$3.071 em 31 de dezembro de 2016), destacando-se o seguinte processo para a EDP São Paulo:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP São Paulo cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP São Paulo apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 30 de junho de 2017 é de R\$32.680 (R\$29.729 em 31 de dezembro de 2016).

Investco

A Investco possui provisionado em 30 de junho de 2017 o montante de R\$9.890 (R\$9.321 em 31 de dezembro de 2016) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2017 é de R\$3.728 (R\$3.613 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2017 é de R\$6.161 (R\$5.708 em 31 de dezembro de 2016). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 17).

24.1.1.3 Outros

EDP São Paulo

Para a controlada EDP São Paulo parte do saldo desta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pela EDP São Paulo. Em 30 de junho de 2017 o saldo é de R\$5.631 (R\$14.328 em 31 de dezembro de 2016).

Dentre os valores provisionados em 31 de dezembro de 2016, destacava-se o montante de R\$7.209 relativo a penalidades estabelecidas pela ANEEL, por meio dos autos de infração nºs AI-002/2014-SFF, de 27 de agosto de 2014 e AI-012/2014, de 26 de agosto de 2014, referentes a Fiscalização do ativo imobilizado em serviço e fiscalização da BRR do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, respectivamente. Em setembro de 2014 foi protocolado o recurso administrativo junto à Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira – SFF/ANEEL que foi julgado em abril e maio de 2017, com a seguinte determinação: (i) AI-002 - a SFF acatou parcialmente o recurso administrativo, convertendo em advertência 14 não conformidades, cancelando outras 7 não conformidades e promovendo uma ampla revisão da dosimetria das demais não conformidades, reduzindo a penalidade para R\$779; e (ii) AI-012 - a SFF acatou a parcialmente recurso administrativo, com atenuando de 6 não conformidades e cancelamento de outras 2, além da revisão da dosimetria relativas à gravidade e sanções irreversíveis, reduzindo a penalidade para R\$742.

Em maio de 2017 a EDP São Paulo liquidou o montante homologado de ambos os autos de infração no valor atualizado de R\$2.027, sendo revertido da provisão o montante de R\$5.688.

Porto do Pecém

Como consequência da combinação de negócios relativa à compra da Porto do Pecém, é considerado em 30 de junho de 2017 o montante de R\$21.745 (R\$21.745 em 31 de dezembro de 2016) resultante de processo judicial, o qual a Porto do Pecém é litisconsorte, promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente aguarda-se início da fase de produção de provas.

24.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em		Ativo		Saldo em		Ativo	
	30/06/2017	31/12/2016	Depósito Judicial		30/06/2017	31/12/2016	Depósito Judicial	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	
Trabalhistas	917	38	92		86.633	87.134	7.770	5.261
Cíveis	47.247	49.953	382	135	846.347	916.810	16.874	8.645
Fiscais	45.161	43.177	1.746	2.759	1.309.039	1.241.516	32.516	28.938
Outros					8.670	8.670	552	552
Total	93.325	93.168	2.220	2.894	2.250.689	2.254.130	57.712	43.396

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

24.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Investco, Energest, EDP PCH, Porto do Pecém, EDP Soluções, EDP GRID e Enerpeixe

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

24.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A., Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A.. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente a Companhia aguarda decisão de primeiro grau. O valor estimado em 30 de junho de 2017 é de R\$28.204 (R\$26.163 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Energest, Lajeado, Investco, Enerpeixe, Santa Fé, Porto do Pecém e Costa Rica

As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial e extraordinário nos quais aguardam juízo de admissibilidade pelo TRF. Em 18 de abril de 2017, a União interpôs recurso especial e a APINE apresentou as contrarrazões. Atualmente o processo aguarda julgamento.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos das controladas classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de junho de 2017 é de R\$28.743 (R\$27.399 em 31 de dezembro de 2016).

Investco

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 24.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 30 de junho de 2017 de R\$91.413 (R\$91.032 em 31 de dezembro de 2016).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

- Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Atualmente aguarda-se julgamento da demanda, a qual tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 30 de junho de 2017 da EDP Espírito Santo é de R\$50.165 (R\$46.534 em 31 de dezembro de 2016) e da EDP São Paulo é de R\$112.728 (R\$104.569 em 31 de dezembro de 2016).

- Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as distribuidoras, por meio da ABRADÉE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 30 de junho de 2017 da EDP Espírito Santo é de R\$34.576 (R\$27.741 em 31 de dezembro de 2016) e da EDP São Paulo é de R\$20.093 (R\$14.753 em 31 de dezembro de 2016).

- Ação judicial em que um agente do setor requer o reconhecimento pela ANEEL de causas excludentes de responsabilidade por atrasos no cronograma de suas obras. Em maio de 2015 foi proferida sentença de procedência que foi questionada por meio de recurso pela ANEEL. Por meio da ABRADÉE, as distribuidoras propuseram demanda judicial a fim de assegurar os seus direitos. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela parte adversa. O valor estimado em 30 de junho de 2017 na EDP Espírito Santo é de R\$154.972 (R\$143.767 em 31 de dezembro de 2016) e na EDP São Paulo é de R\$116.636 (R\$108.194 em 31 de dezembro de 2016).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Santa Fé, Lajeado, Investco, Costa Rica, Energest e Enerpeixe

- Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 30 de junho de 2017 é de R\$26.682 (R\$30.092 em 31 de dezembro de 2016), sendo a redução do período decorrente da atualização dos eventuais impactos financeiros no processo.

Porto do Pecém

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Atualmente a Porto do Pecém possui 2 demandas judiciais em andamento:

(i) Ação Judicial promovida em face do Governo do Estado do Ceará e da Companhia de Recursos Hídrico - COGERH, visando obter provimento judicial tornar inexecutível o EHE. Em 2 de fevereiro de 2017 foi proferida a decisão nos autos da referida ação que deferiu o pedido de antecipação de Tutela à Porto do Pecém para afastar a cobrança do EHE, bem como a incidência da legislação que instituiu o referido encargo.

Em 24 de fevereiro de 2017 o Governo do Estado do Ceará, por meio de novo Decreto nº 32.159/17 retificou o valor do EHE de R\$7.210,00 para R\$3.101,39 a cada 1.000 metros cúbicos. Mediante o ocorrido, a Porto do Pecém realizou os pagamentos relativos aos meses retroativos (de outubro de 2016 a fevereiro de 2017) e, em 14 de março de 2017, a Porto do Pecém em conjunto com o Estado do Ceará e a COGERH protocolaram petição requerendo a extinção da ação sem resolução do mérito em virtude da perda superveniente do objeto tendo em vista a publicação de novo Decreto. Atualmente aguarda-se decisão do pedido de extinção.

(ii) Ação Judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém reconheceu o direito de repasse do custo integral do EHE no CVU no montante de R\$33.390 impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber.

Com base nas análises realizadas pelos nossos assessores, a ação é classificada com risco possível e, em 30 de junho de 2017, a ação possui o valor estimado total de R\$117.672 (R\$109.156 em 31 de dezembro de 2016) referente a estimativa dos valores do encargo durante o período de vigência do mesmo (1º de outubro de 2016 até 31 de agosto de 2017).

24.1.2.3

Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

A Companhia possui discussões administrativas e judiciais relativas a não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 30 de junho de 2017 o valor de R\$21.010 (R\$20.505 em 31 de dezembro de 2016). Os processos aguardam julgamento nas esferas administrativa e judicial.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP São Paulo

- Discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP São Paulo no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 30 de junho de 2017 de R\$143.879 (R\$139.778 em 31 de dezembro de 2016). O processo administrativo foi encerrado e atualmente a EDP São Paulo está aguardando o ajuizamento na esfera judicial pela Procuradoria Estadual para apresentar defesa, entretanto, o débito está garantido e com suspensão da exigibilidade. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09.
- Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas no período de janeiro de 2007 a novembro de 2007, no valor atualizado até 30 de junho de 2017 de R\$32.431 (R\$31.029 em 31 de dezembro de 2016). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 30 de junho de 2017 de R\$36.861 (R\$36.078 em 31 de dezembro de 2016). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 30 de junho de 2017 de R\$200.139 (R\$195.958 em 31 de dezembro de 2016), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.
- Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 30 de junho de 2017 é de R\$73.632 (R\$72.677 em 31 de dezembro de 2016). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso nos Tribunais Superiores.
- Autuações de Prefeitura que exige o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor da contingência em 30 de junho de 2017 é de R\$188.480 (R\$180.838 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante, R\$128.758 (R\$123.007 em 31 de dezembro de 2016) trata-se do Mandado de Segurança que a EDP São Paulo ajuizou para discutir as cobranças de preço público sobre o uso de vias públicas, emitidas pelo município de Guarulhos, em agosto de 2015. O judiciário deferiu liminar em favor da EDP São Paulo, assegurando o direito de discutir o débito sem apresentação de garantia. Atualmente os processos aguardam julgamento.

EDP Espírito Santo

- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 30 de junho de 2017 importam em R\$8.136 (R\$7.997 em 31 de dezembro de 2016) e atualmente aguardam decisão administrativa.
- Diversas Prefeituras: A EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamo das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 30 de junho de 2017 totalizam o montante de R\$101.233 (R\$100.382 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante, destaca-se o valor de R\$84.578 (R\$81.979 em 31 de dezembro de 2016) decorrente da lavratura de 123 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), que somam em 30 de junho de 2017 o valor de R\$167.770 (R\$136.212 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante destaca-se o valor de R\$28.678 decorrente de um novo processo com ingresso em 2017, de mesma natureza. A Companhia apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

EDP Comercializadora

- Ação judicial que discute a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 30 de junho de 2017 é de R\$17.634 (R\$17.458 em 31 de dezembro de 2016) e encontra-se garantido por fiança bancária. Atualmente o processo aguarda julgamento nos Tribunais Superiores.
- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 30 de junho de 2017 é de R\$16.243 (R\$15.859 em 31 de dezembro de 2016). Atualmente os processos aguardam julgamento.

Lajeado

Discussão na esfera administrativa de autuação da Receita Federal do Brasil em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 30 de junho de 2017 é de R\$87.235 (R\$85.592 em 31 de dezembro de 2016) e, atualmente, aguarda-se o julgamento.

Enerpeixe

- Processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009, sendo a Enerpeixe notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de JSCP da base de apuração do IRPJ e da CSLL. Em 18 de dezembro de 2015, por meio do acórdão nº 03-69.862 da 2ª Turma da DRJ/BSB, a Enerpeixe obteve decisão de 1ª Instância, a qual acolheu os argumentos da defesa apresentada pela Enerpeixe, julgando procedente a impugnação, para o fim de cancelar o crédito tributário exigido, exonerando a Enerpeixe do pagamento da penalidade. Trata-se de uma decisão que pende de ratificação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (por força de recurso necessário), de acordo com o art. 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. O valor atualizado em 30 de junho de 2017 é de R\$18.419 (R\$17.992 em 31 de dezembro de 2016).

Porto do Pecém

Refere-se a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 30 de junho de 2017 de R\$80.601 (R\$72.814 em 31 de dezembro de 2016), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Porto do Pecém apresentou defesa e aguarda julgamento.

24.1.3

Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 30 de junho de 2017 na Controladora é de R\$4.191 (R\$2.131 em 31 de dezembro de 2016) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP GRID, Energest, Porto do Pecém e Investco é de R\$34.519 (R\$33.642 em 31 de dezembro de 2016). Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, pelo fato gerador do principal estar a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo e dada a materialidade dos saldos, procedemos a divulgação das ações mencionadas abaixo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.1.3.1 Trabalhistas

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice será utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passa a ser o IPCA-E.

O novo índice deve ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Referida mudança resultaria em um aumento significativo na atualização monetária das provisões trabalhistas da Companhia e de suas controladas. Em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST.

A Companhia e suas controladas, com base em parecer jurídico, entendem que essa alteração de atualização monetária para o período de junho de 2009 a 3 de agosto de 2015 é avaliada como risco de perda remota.

24.1.3.2 Fiscais

A EDP São Paulo, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou em 21 de janeiro de 2011 dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando a suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 13 de maio de 2013, a Fazenda Estadual interpôs recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 30 de junho de 2017, nos termos dos Decretos, é de R\$435.475 (R\$395.177 em 31 de dezembro de 2016).

24.2 Licenças Ambientais

O montante em 30 de junho de 2017 Circulante e Não circulante de R\$40.497 (R\$44.802 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs e PCHs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. As controladas realizaram o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto as taxas compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração e distribuição de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares.

Os desembolsos de natureza ambiental no 1º semestre de 2017 foram de R\$21.711 (R\$17.380 em 2016). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado e Intangível o valor de R\$13.435 (R\$8.155 em 2016), relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida no resultado do período, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R\$8.276 (R\$9.225 em 2016), relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

24.3 Desmantelamento

O montante em 30 de junho de 2017 de R\$8.634 (R\$8.370 em 31 de dezembro de 2016), refere-se a controlada Porto do Pecém. O Desmantelamento é constituído quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da outorga de autorização. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas em contrapartida do Imobilizado. Anualmente, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Porto do Pecém deverá devolver o terreno em que foi construída a UTE Pecém I nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento, assim, o prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento, que vigorará até 1º de julho de 2043.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até ao fim do contrato de arrendamento, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

24.4 Ressarcimento por indisponibilidade

O saldo refere-se à provisão da controlada Porto do Pecém para ressarcimento dos períodos os quais a usina não estava disponível quando despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A provisão é reconhecida pelo montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel da indisponibilidade da usina dos últimos 60 meses incorridos. A reversão da provisão no período decorre do aumento da disponibilidade operacional da usina.

Por se tratar de uma soma de fluxos de desembolsos futuros devidos pela usina pela sua indisponibilidade inferior à referência do leilão, cujos valores são precificados via diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e o Custo Variável Unitário - CVU, a provisão pode variar positiva ou negativamente em função das variações na previsão do Fator de Indisponibilidade - FID, que representa a relação entre a média dos últimos 60 meses das indisponibilidades da usina pela sua disponibilidade de referência definida, PLD e CVU de 60 meses à frente, de maneira diretamente proporcional.

A movimentação da rubrica no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Provisão (Reversão)	Pagamentos	Saldo em 30/06/2017
Provisão (60 meses)	95.268	(31.046)		64.222
Ressarcimento	81.776	26.645	(12.739)	95.682
	<u>177.044</u>	<u>(4.401)</u>	<u>(12.739)</u>	<u>159.904</u>
Circulante	120.088			123.281
Não Circulante	56.956			36.623

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.5 Contraprestação contingente

Refere-se à mensuração a valor justo da adquirida EDP Soluções na data de aquisição, conforme laudo de avaliação utilizado para a combinação de negócios. O preço de aquisição foi de R\$40.156, atualizados monetariamente, sendo que R\$13.996 foram pagos em 07 de dezembro de 2015 e R\$26.160 tratavam-se de contraprestação contingente a serem pagas ao anterior acionista controlador da EDP Soluções, conforme contrato de compra e venda de ações.

Os desembolsos são atualizados pela taxa de 6% a.a. acrescidos de IPCA desde a data da aquisição até a data dos pagamentos e serão liquidados conforme demonstrado a seguir: (i) R\$13.200 a serem pagos em 5 parcelas iguais, anuais e sucessivas sendo o primeiro pagamento em 31 de março de 2016; e (ii) R\$12.960 a serem pagos anualmente por meio de índices de performance atrelados ao desempenho da adquirida, também a serem pagos em 5 parcelas iguais, anuais e sucessivas sendo o primeiro pagamento em 31 de março de 2016.

	Saldo em 31/12/2016	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 30/06/2017
Pagamento da aquisição	13.949	564	(3.505)	11.008
Performance de desempenho	8.325	381		8.706
	<u>22.274</u>	<u>945</u>	<u>(3.505)</u>	<u>19.714</u>
Circulante	3.333			5.525
Não circulante	18.941			14.189

25 Patrimônio Líquido

25.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$4.682.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 606.850.394 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

Acionista	30/06/2017		31/12/2016		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	168.185.223	27,71	168.185.223	27,71	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	23,50	142.584.671	23,50	Sim
Conselheiros e Diretores	28.042		28.042		
Ações em tesouraria (2)	713.223	0,12	757.336	0,12	
Ações em circulação	<u>295.339.235</u>	<u>48,67</u>	<u>295.295.122</u>	<u>48,67</u>	
Total	<u>606.850.394</u>	<u>100,00</u>	<u>606.850.394</u>	<u>100,00</u>	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

25.2 Reservas

	30/06/2017	31/12/2016
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
Resultado na alienação de ações em tesouraria	25.2.1 60.892	60.649
Opções de ações outorgadas	25.2.2 859	189
Outras reservas de capital	38.504	39.310
	<u>135.606</u>	<u>135.499</u>
Reservas de lucros		
Legal	329.264	329.264
Retenção de lucros	2.736.596	2.736.596
	<u>3.065.860</u>	<u>3.065.860</u>

25.2.1 Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício no montante de R\$243, é decorrente da diferença entre os valores de venda de R\$590 e de custo de R\$347 das ações destinadas ao segundo plano de remuneração baseado em ações (Nota 25.4).

25.2.2 Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

A variação no período no montante de R\$670 é decorrente dos seguintes aspectos: (i) provisão do montante das ações outorgadas em R\$189; (ii) complemento de provisão do montante de ações outorgadas devido à revisão de estimativas em R\$394; e (iii) provisão do montante das ações outorgadas relativas aos Vice-presidentes os quais encontravam-se pendentes as definições quanto as características do plano em R\$87.

Não houve outorga de ações no exercício de 2017.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



25.2.2.1 Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações

A Assembleia Geral da Companhia realizada em 10 de abril de 2015 estabeleceu a implementação e estruturação da Política de Remuneração Baseada em Ações. Em 2 de maio de 2016, o Conselho da Administração aprovou o Regulamento relativo a referida política.

A política de remuneração tem por objetivo reconhecer o desempenho organizacional e individual dos beneficiários, mediante a entrega de ações de sua própria emissão. Os beneficiários da política de remuneração serão selecionados pelo Conselho de Administração, tendo por base as recomendações do Comitê de Remuneração considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente, bem como o valor agregado que o beneficiário oferece à Companhia. A política prevê dois tipos de programas, conforme descritos abaixo:

(i) **Programa de incentivo** - o beneficiário do programa possui o direito de receber, no futuro, até 2 ações para cada ação de emissão da Companhia adquirida por ele com a utilização de 30% do valor líquido do seu bônus por desempenho anual; e

(ii) **Programa de retenção** - o beneficiário do programa possui o direito de receber ações de emissão da Companhia a título de pagamento de um bônus anual complementar eventualmente concedido pela Companhia.

As ações de emissão da Companhia sujeitas à política de remuneração não poderão representar, a qualquer tempo, mais do que 1% do capital social da Companhia.

O preço das ações adquiridas pelos beneficiários será equivalente à média ponderada de cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores à data da referida aquisição.

As ações do programa de incentivo ou de retenção somente serão concedidas aos beneficiários que permanecerem continuamente vinculados como administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou das Controladas durante o período de carência. Adicionalmente, para os beneficiários do programa de incentivo, os mesmos deverão manter suas respectivas ações originárias, se abstendo de onerá-las e/ou transferi-las.

A entrega das ações de incentivo será após o período de carência, qual seja, 3 anos, caso a rentabilidade de mercado seja atingida (rentabilidade acumulada igual ou acima de 15% sobre a apuração média do IEE – Índice de Energia Elétrica e do IBOVESPA – Índice Bovespa), ou após 5 anos, caso a rentabilidade de mercado definida no regulamento não seja atingida.

Em relação ao programa de incentivos, durante o período de 1 ano após a aquisição das ações da Companhia, as mesmas não poderão ser negociadas, todavia, se após este período o beneficiário negociá-las, automaticamente perderá o direito ao recebimento das ações de incentivo.

Segue abaixo o resumo dos planos de remuneração vigentes:

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas	Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas	Qtde. de ações outorgadas	
					Plano de incentivo	Plano de retenção
Plano de remuneração I	junho/2016	61.339	12,37	759	99.583	89.713
Plano de remuneração I	junho/2016	22.000	13,60	299	44.000	
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113	13,37	590	52.480	81.459

25.3 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2017
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(354.811)	(9.213)	(364.024)
	(354.811)	(9.213)	(364.024)

25.4 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando estas ações são disponibilizadas para a alienação ao mercado, a baixa é feita nesta rubrica e o excedente ou déficit são transferidos para a Reserva de capital.

A variação no exercício no montante de R\$347 é decorrente da alienação de 44.113 ações ao preço de custo de R\$7,87 para os participantes do Plano de Remuneração Baseado em Ações II, a partir de junho de 2017.

26 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, estão apresentados a seguir:

Distribuição

(i) As receitas com fornecimento de energia são medidas por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas;

(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado;

(iii) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 27);

(iv) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente à incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita; e

(v) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 13.2) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

Geração

A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE.

Serviços

A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das informações contábeis intermediárias. O estágio de conclusão é avaliado por referência aos custos incorridos.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Movimento do período							
	Controladora		Consolidado					
	R\$		Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016
Fornecimento								
Residencial			5.904	15.749	1.465.967	1.480.979	469.424	541.033
Industrial			96	(129)	528.281	763.742	168.069	301.589
Comercial			2.528	1.620	787.304	921.411	257.905	351.527
Rural			1.565	1.907	226.067	244.277	48.360	45.305
Poder público			(31)	96	146.986	153.853	47.555	55.927
Iluminação pública			1	148	178.318	163.452	33.254	31.221
Serviço público			(163)	47	106.047	121.316	28.233	40.633
Consumo próprio					3.502	3.705		
	-	-	9.900	19.438	3.442.472	3.852.735	1.052.800	1.367.235
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado								
Consumidores cativos								
Residencial							373.767	447.527
Industrial							107.612	159.133
Comercial							196.011	241.100
Rural							32.946	36.828
Poder público							33.073	38.884
Iluminação pública							28.192	26.399
Serviço público							20.128	21.890
Consumidores livres			26	84	2.553.509	2.171.070	279.835	315.526
	-	-	26	84	2.553.509	2.171.070	1.071.564	1.287.287
Suprimento - Faturado			3		3.150.182	3.350.549	491.481	433.953
Energia de curto prazo				1	758.823	339.616	244.882	77.455
Comercialização							669.199	436.636
(-) Transferências								
(-) Transferência para obrigações especiais								(3.754)
AIC - Ultrapassagem Demanda								(3.754)
	-	-	-	-	-	-	-	(3.754)
Não faturado								
Fornecimento							(38.201)	(27.332)
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição							(29.141)	(23.419)
Suprimento							(210)	1.875
	-	-	-	-	-	-	(67.552)	(48.876)
Resultados de ativos financeiros setoriais								
CVA							145.642	(479.338)
Itens financeiros - RTE							47.585	55.855
Itens financeiros - Outros							(43.066)	(28.218)
PIS/COFINS							(15.906)	(62.741)
	-	-	-	-	-	-	134.255	(514.442)
Receita de construção							127.268	115.169
Atualização do ativo financeiro indenizável							1.449	10.747
Serviços cobráveis							3.520	6.013
Subvenções vinculadas ao serviço concedido							80.936	84.322
Arrendamentos e alugueis							27.994	34.606
Outras receitas operacionais	1.871	833					100.097	41.678
Receita operacional bruta	1.871	833	9.929	19.523	9.904.986	9.713.970	3.937.893	3.328.029
(-) Deduções à receita operacional								
Tributos sobre a receita								
ICMS							(532.540)	(624.773)
PIS/COFINS							(333.740)	(289.091)
ISS	(35)	(28)					(574)	(547)
	(19)	(15)						
	(54)	(43)	-	-	-	-	(866.854)	(914.411)
Encargos do consumidor								
P&D							(20.425)	(18.779)
CDE							(258.743)	(228.963)
RGR							(1.051)	(1.774)
PROINFA - Consumidores Livres							(12.750)	(14.532)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)							(61.176)	145
Outros encargos							(8.090)	(8.748)
	-	-	-	-	-	-	(362.235)	(272.651)
Receita	1.817	790	9.929	19.523	9.904.986	9.713.970	2.708.804	2.140.967

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Acumulado do período							
	Controladora		Consolidado					
	R\$		Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Fornecimento								
Residencial			2.852.941	2.797.523	3.037.690	3.039.156	974.301	1.134.753
Industrial			23.848	24.065	1.007.854	1.497.427	340.536	609.099
Comercial			249.952	243.418	1.635.219	1.910.225	546.458	745.330
Rural			192.132	188.310	454.732	470.081	92.119	93.439
Poder público			20.318	20.531	289.332	300.539	94.509	111.986
Iluminação pública			3.875	3.709	354.150	327.584	65.564	65.796
Serviço público			2.867	2.829	221.545	241.704	62.788	83.497
Consumo próprio			372	376	7.136	7.489	-	-
			3.346.305	3.280.761	7.007.658	7.794.205	2.176.275	2.843.900
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado								
Consumidores cativos								
Residencial							776.882	947.133
Industrial							193.296	322.756
Comercial							393.483	513.915
Rural							69.485	73.049
Poder público							63.529	77.154
Iluminação pública							54.884	54.483
Serviço público							37.614	45.059
Consumidores livres			678	356	5.127.722	4.324.033	544.566	602.223
			678	356	5.127.722	4.324.033	2.133.739	2.635.772
Suprimento - Faturado								
Energia de curto prazo			6	4	6.337.937	6.752.244	961.539	870.180
Comercialização				2	1.371.224	727.946	355.142	148.501
							1.162.339	836.770
(-) Transferências								
(-) Transferência para obrigações especiais AIC - Ultrapassagem Demanda								(5.179)
(-) Transferência para obrigações especiais AIC - Excedente de reativos								(2.188)
								(7.367)
Não faturado								
Fornecimento							(5.627)	(40.959)
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição							572	(32.395)
Suprimento							(354)	997
							(5.409)	(72.357)
Resultados de ativos financeiros setoriais	7							
CVA							123.292	(918.455)
Itens financeiros - RTE							107.697	180.560
Itens financeiros - Outros							(37.393)	(20.023)
PIS/COFINS							(19.352)	(85.669)
							174.244	(843.587)
Receita de construção	27						269.515	184.847
Atualização do ativo financeiro indenizável	16						7.083	40.714
Serviços cobráveis							6.206	10.284
Subvenções vinculadas ao serviço concedido							162.395	166.013
Arrendamentos e alugueis							56.049	67.774
Outras receitas operacionais			3.847	1.800			146.420	70.673
Receita operacional bruta			3.847	1.800	19.844.541	19.598.428	7.605.537	6.952.117
(-) Deduções à receita operacional								
Tributos sobre a receita								
ICMS							(1.079.279)	(1.281.031)
PIS/COFINS			(123)	(38)			(649.678)	(600.968)
ISS			(67)	(20)			(1.069)	(857)
			(190)	(58)			(1.730.026)	(1.882.856)
Encargos do consumidor								
P&D	23						(40.079)	(36.951)
CDE	23						(541.746)	(571.726)
RGR	23						(2.103)	(3.547)
PROINFA - Consumidores Livres							(25.499)	(29.064)
Bandeiras tarifárias (CCRBT)	23						(90.760)	(113.812)
Outros encargos							(17.741)	(21.933)
							(717.928)	(777.033)
Receita			3.657	1.742	3.346.989	3.281.123	19.844.541	19.598.428
							5.157.583	4.292.228

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

27

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial e operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora							
	Movimento do período				Acumulado do período			
	01/04/2017 à 30/06/2017			01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017			01/01/2016 à 30/06/2016
	Despesas operacionais			Despesas operacionais				
	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	11.122		11.122	11.939	22.508		22.508	22.720
Material	201		201	192	364		364	374
Serviços de terceiros	12.318		12.318	8.392	22.750		22.750	17.928
Depreciação	830		830	727	1.622		1.622	1.458
Amortização	1.892		1.892	1.441	3.718		3.718	2.883
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		224	224	1.120		1.168	1.168	1.614
Aluguéis e arrendamentos	1.211		1.211	(1.510)	2.497		2.497	(557)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			-	12			-	-
Outras	2.386	30	2.416	5.531	4.819	(1.021)	3.798	7.240
Total	29.960	254	30.214	27.844	58.278	147	58.425	53.660

	Consolidado								
	Movimento do período								
	01/04/2017 à 30/06/2017								
	Nota	Custos			Despesas operacionais				Total
Com energia elétrica		Da produção	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	1.410.601						1.410.601	1.039.423
Encargos de uso da rede elétrica		123.117						123.117	114.331
Custo da matéria prima consumida			192.822					192.822	131.645
Ressarcimento por indisponibilidade				(7.553)				(7.553)	(59.407)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				77.183	894		38.455	116.532	118.518
Material				8.770	428		4.071	13.269	13.418
Serviços de terceiros				71.121	2.642		48.702	122.465	115.410
Depreciação				65.601			14.485	80.086	76.687
Amortização				47.106			12.706	59.812	57.329
PECLD / perdas líquidas						32.277		32.277	36.716
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							3.151	3.151	6.436
Aluguéis e arrendamentos				2.070	217		3.955	6.242	6.979
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							12.295	12.295	14.092
Custo com construção da infraestrutura					127.105			127.105	115.169
Outras		812					89	22.934	28.670
Total		1.534.530	192.822	276.793	131.390	32.277	131.808	15.535	2.315.155

	Consolidado								
	Acumulado do período								
	01/01/2017 à 30/06/2017								
	Nota	Custos			Despesas operacionais				Total
Com energia elétrica		Da produção	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	2.544.896						2.544.896	2.096.132
Encargos de uso da rede elétrica		247.591						247.591	231.975
Custo da matéria prima consumida			358.360					358.360	264.372
Ressarcimento por indisponibilidade				(4.672)				(4.672)	(89.570)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				154.994	1.632		76.610	233.236	229.838
Material				16.647	645		8.668	25.960	24.826
Serviços de terceiros				140.897	4.684		92.736	238.317	221.957
Depreciação				131.506			28.913	160.419	154.239
Amortização				93.475			25.261	118.736	113.025
PECLD / perdas líquidas						61.429		61.429	68.917
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							13.294	13.294	13.789
Aluguéis e arrendamentos				3.540	401		8.199	12.140	12.690
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							32.314	32.314	(30.556)
Custo com construção da infraestrutura	26				269.275			269.275	184.847
Outras		817			104		24.995	(952)	64.749
Total		2.793.304	358.360	563.585	276.741	61.429	265.382	44.656	4.363.457

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado			
	Movimento do período		Acumulado do período	
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Contratos de compra de energia por disponibilidade	396.818	346.907	532.425	416.479
Contratos de compra de energia por quantidade	300.030	224.848	576.951	520.988
PROINFRA	32.043	36.856	56.664	65.269
Contratos de compra de energia por cotas	197.467	104.196	285.318	201.446
Energia de curto prazo	51.389	26.199	66.653	51.709
Energia de Itaipu Binacional	198.518	173.798	370.816	364.065
Encargo de Energia de Reserva - EER	(19.156)	28.169	(19.156)	40.868
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(9.859)	49.844	10.175	107.933
Contratos de comercialização de energia	437.395	171.404	924.456	555.333
Outros	(4.396)	(10.513)	22.980	(9.959)
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER	(23.035)	(1.823)	(23.426)	(1.986)
(-) Créditos de PIS/COFINS	(146.613)	(110.462)	(258.960)	(216.013)
	<u>1.410.601</u>	<u>1.039.423</u>	<u>2.544.896</u>	<u>2.096.132</u>

28 Ganho na aquisição/alienação de investimento

Em 2016 o montante refere-se ao ganho na alienação da controlada Pantanal para a Cachoeira Escura Energética (Nota 13.4).

29 Resultado financeiro

Nota	Controladora				Consolidado			
	Movimento do período		Acumulado do período		Movimento do período		Acumulado do período	
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas financeiras								
Renda de aplicações financeiras e cauções	21.721	17.336	51.518	24.591	48.954	43.706	104.488	71.303
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida					27.442	52.318	54.984	93.850
Atualização monetária depósitos judiciais	217	396	217	396	1.368	3.007	2.665	4.262
Atualização monetária contratos de mútuo	8.534	14.055	18.396	26.666	1.828	3.786	3.939	6.782
Atualização sobre os ativos/passivos financeiros setoriais	7				(1.749)	6.692	2.796	28.936
Variações monetárias moeda nacional	(108)	(195)			10.169	2.017	10.277	5.817
Variações monetárias moeda estrangeira	(34)	4.610		7.330	(6.249)	131.749		264.121
Juros e multa sobre impostos	8	1.937	1.311	5.308	6.598	2.648	8.438	18.196
Ajustes a valor presente		490	476	976	1.194	512	1.571	564
Remuneração das ações preferenciais				4.285	2.123	(1)		
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(1.554)	(1.770)	(3.384)	(3.001)	(4.175)	(13.427)	(8.288)
Outras receitas financeiras		1.135	5.160	2.473	5.328	3.717	7.649	25.232
		<u>32.338</u>	<u>41.379</u>	<u>79.789</u>	<u>70.981</u>	<u>85.147</u>	<u>258.970</u>	<u>183.380</u>
Despesas financeiras								
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada					(97)	(10.732)	(124)	(10.983)
Juros e multa sobre impostos	8	(603)	(875)	(1.268)	(1.743)	(861)	(2.111)	(3.054)
Encargos de dívidas		(32.897)	(47.994)	(70.135)	(99.750)	(146.906)	(312.699)	(336.755)
Variações monetárias moeda nacional		(3.658)	(7.898)	(10.513)	(16.316)	(8.719)	(23.800)	(46.046)
Variações monetárias moeda estrangeira		(427)	(475)	(427)	(1.568)	(3.059)	(3.059)	(75.745)
Atualização sobre os ativos/passivos financeiros setoriais					(283)	(5.342)	(283)	(5.342)
Operações de swap e hedge	32.1.2.1				4.130	(103.546)	(8.441)	(258.723)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(314)	(298)	(1.978)	(640)	(9.387)	(20.247)	(20.495)
Varição monetária - Energia Livre					(2.604)	(3.017)	(5.564)	(5.846)
Ajustes a valor presente					(11.174)	(425)	(15.986)	570
Atualização monetária contratos de mútuo						247		
Atualização monetária uso do bem público					3.592	(14.419)	(60)	(29.002)
Atualização monetária e juros - GSF					(5.512)	(7.535)	(8.866)	(17.498)
Benefícios pós-emprego					(18.666)	(18.478)	(37.331)	(29.221)
(-) Juros capitalizados					1.749	932	4.013	1.341
Outras despesas financeiras		(338)	(4.458)	(567)	(5.729)	(8.464)	(17.406)	(28.262)
		<u>(38.237)</u>	<u>(61.998)</u>	<u>(84.888)</u>	<u>(125.746)</u>	<u>(206.261)</u>	<u>(451.964)</u>	<u>(865.061)</u>
Total		<u>(5.899)</u>	<u>(20.619)</u>	<u>(5.099)</u>	<u>(54.765)</u>	<u>(121.114)</u>	<u>(268.584)</u>	<u>(354.286)</u>

30 Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas Costa Rica, Santa Fé, EDP Soluções, EDP PCH e EDP Transmissão o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora				Consolidado			
	Movimento do período		Acumulado do período		Movimento do período		Acumulado do período	
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	141.422	83.357	276.396	446.187	271.242	160.946	520.729	634.942
Alíquota	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(48.084)	(28.342)	(93.975)	(151.704)	(92.222)	(54.721)	(177.048)	(215.880)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(580)	(369)	(1.007)	(728)	(327)	(677)	(1.108)	(1.043)
Perdas indedutíveis					(75)	(48)	(60)	(119)
Resultados de equivalência patrimonial	60.320	45.121	115.481	94.551	(439)	(3.917)	(1.636)	(6.769)
Outras	238	179	(9)	(49)	265	(145)	(280)	(610)
Outros								
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(11.318)	11.638	(19.338)	11.638	(14.927)	5.599	(23.520)	5.116
(Adição) Reversão de diferenças permanentes					2.442	2.441		
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		(13.744)	(791)		(1.128)	10.028	477	28.705
Ajuste lucro presumido					5.591	2.855	10.922	5.839
Incentivos fiscais								
SUDAM / SUDENE					5.256	9.152	11.156	20.421
Outras		6		12	1.178	4.049	1.319	5.787
Despesa de IRPJ e CSLL	576	14.489	361	(46.280)	(94.386)	(25.384)	(179.758)	(158.553)
Alíquota efetiva	-0,41%	-17,38%	-0,13%	10,37%	34,80%	15,77%	34,52%	24,97%

31 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10.

A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas informações contábeis intermediárias.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Movimento do período		Acumulado do período		Movimento do período		Acumulado do período	
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
Resultado básico								
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	141.998	97.846	276.757	399.907	141.998	97.846	276.757	399.907
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) *	606.850	475.634	606.850	475.634	606.850	475.634	606.850	475.634
Resultado básico por ações (reais/ação)	0,23399	0,20572	0,45606	0,84079	0,23399	0,20572	0,45606	0,84079
Resultado diluído								
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	141.998	97.846	276.757	399.907	141.998	97.846	276.757	399.907
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do período disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	(1.832)		(3.436)		(1.832)		(3.436)	
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas ajustado	140.166	97.846	273.321	399.907	140.166	97.846	273.321	399.907
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) *	606.850	497.019	606.850	497.019	606.850	497.019	606.850	497.019
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	233		233		233		233	
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores ajustado (mil)	607.083	497.019	607.083	497.019	607.083	497.019	607.083	497.019
Resultado diluído por ações (reais/ação)	0,23088	0,19687	0,45022	0,80461	0,23088	0,19687	0,45022	0,80461

* O número de ações ordinárias não contempla as ações em tesouraria.

32 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.1 Instrumentos financeiros

32.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Níveis	Controladora			
		Valor justo		Valor contábil	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Aplicações financeiras	Nível 2	757.581	890.619	757.581	890.619
Ativos mantidos até o vencimento					
Cauções e depósitos vinculados		222	222	222	222
Títulos e valores mobiliários	10	105.811	98.122	105.811	98.122
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Bancos conta movimento		11	11.643	11	11.643
Títulos a receber		28.442	26.623	28.442	26.623
Empréstimos a receber	10	326.569	311.962	326.569	311.962
Outros créditos - Partes relacionadas	13	10.459	13.144	10.459	13.144
		<u>1.229.095</u>	<u>1.352.335</u>	<u>1.229.095</u>	<u>1.352.335</u>
Passivos financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores	19	12.145	13.161	12.145	13.161
Debêntures	20	1.197.909	1.247.543	1.204.318	1.195.699
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	9.639	6.962	9.639	6.962
		<u>1.219.693</u>	<u>1.267.666</u>	<u>1.226.102</u>	<u>1.215.822</u>
Consolidado					
Nota	Níveis	Consolidado			
		Valor justo		Valor contábil	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Aplicações financeiras	Nível 2	1.973.473	1.796.661	1.973.473	1.796.661
Disponível para venda					
Ativo financeiro indenizável	16	1.781.881	1.653.978	1.781.881	1.653.978
Ativos financeiros setoriais	7	32.199	71.363	32.199	71.363
Ativos mantidos até o vencimento					
Cauções e depósitos vinculados		14.617	21.695	14.617	21.695
Títulos e valores mobiliários	10	105.811	98.122	105.811	98.122
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Bancos conta movimento		54.121	221.048	54.121	221.048
Contas a receber	6	1.941.364	1.802.825	1.941.364	1.802.825
Empréstimos a receber	10	68.562	68.413	68.562	68.413
Outros créditos - Rendas a receber	13	4.218	6.767	4.218	6.767
Outros créditos - Partes relacionadas	13	13.482	21.308	13.482	21.308
		<u>5.989.728</u>	<u>5.762.180</u>	<u>5.989.728</u>	<u>5.762.180</u>
Passivos financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores	19	1.161.680	1.127.470	1.161.680	1.127.470
Debêntures	20	3.412.913	3.143.554	3.342.511	3.081.979
Uso do bem público		296.588	306.780	306.027	316.856
Ressarcimento por indisponibilidade	24.4	159.904	177.044	159.904	177.044
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21				
Moeda nacional		2.024.356	2.260.203	2.019.681	2.260.151
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	6.610	4.454	6.610	4.454
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21				
Moeda estrangeira	Nível 2	215.020	212.351	215.020	212.351
Derivativos	Nível 2	12.984	16.574	12.984	16.574
Passivos financeiros setoriais	7	392.436	462.961	392.436	462.961
		<u>7.682.491</u>	<u>7.711.391</u>	<u>7.616.853</u>	<u>7.659.840</u>

32.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício.

Todas as operações com derivativos no consolidado referem-se às controladas EDP São Paulo e Porto do Pecém.

32.1.2.1 Contratos de swap

Porto do Pecém

A Porto do Pecém contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial do Dólar e da taxa de juros Libor - 6M do financiamento contratado junto ao Banco Caixa Geral.

EDP São Paulo

A EDP São Paulo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial do Dólar e da taxa de juros Libor - 3M do financiamento contratado junto ao Banco Citibank.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos das controladas:

Descrição	Controlada	Contraparte	Vigência	Posição	Nacional USD		Nacional R\$		Valor justo		Efeitos no Resultado	
					30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	2017	2016
Swap												
Ativo	EDP São Paulo	Citibank N.A.	04/09/2015 a 04/09/2019	Libor 3M + 1,84% a.a.	20.259	20.259	75.000	75.000	68.694	67.615	2.106	(13.037)
Passivo				CDI + 1,20% a.a.					76.986	77.537	4.304	5.197
					20.259	20.259	75.000	75.000	(8.292)	(9.922)	(2.198)	(18.234)
Passivo	Porto do Pecém	Citibank	02/04/2012 a 02/10/2017	Pré 5,79% a.a								12.408
					-	-	-	-	-	-	-	(12.408)
Passivo	Porto do Pecém	Citibank	02/04/2012 a 02/10/2017	Pré 5,82% a.a								8.543
					-	-	-	-	-	-	-	(8.543)
Ativo	Porto do Pecém	Caixa Geral	09/12/2016 a 06/12/2019	Libor 6M + 2,50% a.a.	44.131	44.131	150.000	150.000	146.326	144.736	4.402	
Passivo				CDI + 2,73% a.a.					151.018	151.388	10.645	
					44.131	44.131	150.000	150.000	(4.692)	(6.652)	(6.243)	-
NDFs												
Compra	Porto do Pecém	Citibank	15/05/2015 a 16/05/2016	BRLUSD 3,3529								(20.639)
					-	-	-	-	-	-	-	(20.639)
Compra	Porto do Pecém	Citibank	13/11/2015 a 16/11/2016	BRLUSD 3,2042 BRLUSD 3,2012 BRLUSD 4,2250								(46.271)
					-	-	-	-	-	-	-	(46.271)
Compra	Porto do Pecém	Citibank	16/05/2016 a 15/05/2017	BRLUSD 3,2505								8.079
					-	-	-	-	-	-	-	8.079
Compra	Porto do Pecém	HSBC	15/05/2015 a 16/05/2016	BRLUSD 3,3527								(315)
					-	-	-	-	-	-	-	(315)
Compra	Porto do Pecém	HSBC	16/11/2015 a 03/10/2016	BRLUSD 4,1760 BRLUSD 4,0123								(42.682)
					-	-	-	-	-	-	-	(42.682)
Compra	Porto do Pecém	HSBC	16/05/2016 a 03/04/2017	BRLUSD 3,8438								(1.728)
					-	-	-	-	-	-	-	(1.728)
Compra	Porto do Pecém	HSBC	16/05/2016 a 15/05/2017	BRLUSD 3,8821 BRLUSD 3,8811								(5.439)
					-	-	-	-	-	-	-	(5.439)
Compra	Porto do Pecém	BTG Pactual	13/11/2015 a 16/11/2016	BRLUSD 3,9610 BRLUSD 3,7540 BRLUSD 3,7541								(96.492)
					-	-	-	-	-	-	-	(96.492)
Compra	Porto do Pecém	Itaú	16/05/2016 a 15/05/2017	BRL/USD 3,8811								(23.768)
					-	-	-	-	-	-	-	(23.768)
Total					64.390	64.390	225.000	225.000	(12.984)	(16.574)	(8.441)	(268.440)

O vencimento líquido dos derivativos encontra-se demonstrado na nota 21.3.

Os impactos dos ganhos e perdas nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	Consolidado			
	Resultado		Patrimônio Líquido	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Derivativos com propósito de proteção				
Riscos cambiais		(229.255)		3.481
Riscos de taxas de juros e moeda	(8.441)	(39.185)		6.235
Total	(8.441)	(268.440)	-	9.716

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e das controladas, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

32.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 20 e 21, possuem como contraparte a Eletrobras e o Aldemir Spohr, os bancos BNDES, Banco do Brasil, Banco Citibank, Banco Indusval, Banco Safra, Banco Caixa Geral de Depósitos, e os agentes fiduciários Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Oliveira Trust, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e suas controladas criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, Dólar, IPCA e Libor 3M e 6M.

Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. As controladas EDP São Paulo e Porto do Pecém possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, ambas possuem derivativos de swaps com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

A EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

Mesmo com a desvalorização do Real frente ao Dólar, a captação e manutenção de possíveis empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial à operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Uso do bem público diferem do seu valor contábil.

32.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e das controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	69.183			69.183	17.296	34.592	(17.296)	(34.592)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.005			1.005	251	503	(251)	(503)
Empréstimos a receber - Mútuo	CDI	15.151			15.151	3.788	7.576	(3.788)	(7.576)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	85.339	-	-	85.339	21.335	42.671	(21.335)	(42.168)
Debêntures	CDI	(54.284)	(9.108)		(63.392)	(12.624)	(25.047)	12.796	25.820
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(54.284)	(9.108)	-	(63.392)	(12.624)	(25.047)	12.796	25.820
		31.055	(9.108)	-	21.947	8.711	17.624	(8.539)	(16.348)
Debêntures	IPCA	(61.758)	(162.347)	(7.535)	(231.640)	(20.572)	(41.144)	20.572	41.144
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(61.758)	(162.347)	(7.535)	(231.640)	(20.572)	(41.144)	20.572	41.144
		(61.758)	(162.347)	(7.535)	(231.640)	(20.572)	(41.144)	20.572	41.144

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	194.099	2		194.101	68.732	117.257	(58.630)	(97.051)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	88.641			88.641	109.703	131.864	(65.931)	(43.818)
Fundos de investimento	CDI	95			95	24	48	(24)	(48)
Empréstimos a receber - Mútuo	CDI	15.151			15.151	3.788	7.576	(3.788)	(7.576)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	297.986	2	-	297.988	182.247	256.745	(128.373)	(148.493)
Debêntures	CDI	(264.615)	(439.299)		(703.914)	(280.744)	(435.217)	219.890	316.884
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(30.705)	(11.000)		(41.705)	(8.756)	(17.331)	8.917	18.036
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(13.856)			(13.856)	(3.464)	(6.928)	3.464	6.928
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(309.176)	(450.299)	-	(759.475)	(292.964)	(459.476)	232.271	341.848
Swap - Ponta Passiva - Citibank N.A.	CDI	(4.883)	(7.758)		(12.641)	(2.674)	(5.307)	2.717	5.479
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(4.883)	(7.758)	-	(12.641)	(2.674)	(5.307)	2.717	5.479
		(16.073)	(458.055)	-	(474.128)	(113.391)	(208.038)	106.615	198.834
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(100.982)	(271.989)	(83.855)	(456.826)	(74.975)	(151.800)	74.995	151.800
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(100.982)	(271.989)	(83.855)	(456.826)	(74.975)	(151.800)	74.995	151.800
		(100.982)	(271.989)	(83.855)	(456.826)	(74.975)	(151.800)	74.995	151.800
Citibank N.A.									
Principal	Dólar		(73.090)		(73.090)	(18.273)	(36.545)	18.273	36.545
Encargos	Dólar	(1.934)	(3.012)		(4.946)	(1.237)	(2.473)	1.237	2.473
Cédula de Crédito Cambial	Dólar								
Principal	Dólar		(167.731)		(167.731)	(41.933)	(83.866)	41.933	83.866
Encargos	Dólar	(2.610)	(13.996)		(16.606)	(4.151)	(8.303)	4.151	8.303
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(4.544)	(257.829)	-	(262.373)	(65.594)	(131.187)	65.594	131.187
Swap - Ponta Ativa - Cédula de Crédito Cambial	Dólar	2.610	181.727		184.337	46.084	92.169	(46.084)	(92.169)
Swap - Ponta Ativa - Citibank N.A.	Dólar	1.934	76.102		78.036	19.510	39.018	(19.510)	(39.018)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	4.544	257.829	-	262.373	65.594	131.187	(65.594)	(131.187)
		-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	IPCA	(61.758)	(162.347)	(7.535)	(231.640)	(20.572)	(41.144)	20.572	41.144
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(12.335)	(30.369)		(42.704)	(6.402)	(12.804)	6.402	12.804
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(74.093)	(192.716)	(7.535)	(274.344)	(26.974)	(53.948)	26.974	53.948
		(74.093)	(192.716)	(7.535)	(274.344)	(26.974)	(53.948)	26.974	53.948
Citibank N.A. - Encargos	Libor	(1.934)	(3.012)		(4.946)	(564)	(1.128)	564	1.128
CCC - Encargos	Libor	(2.610)	(13.996)		(16.606)	(1.719)	(3.438)	1.719	3.438
Instrumentos financeiros passivos	Libor	(4.544)	(17.008)	-	(21.552)	(2.283)	(4.566)	2.283	4.566
Swap - Resultado - CCC	Libor	2.610	13.996		16.606	1.719	3.438	(1.719)	(3.438)
Swap - Resultado - Citibank N.A.	Libor	1.934	3.012		4.946	564	1.128	(564)	(1.128)
Instrumentos financeiros derivativos	Libor	4.544	17.008	-	21.552	2.283	4.566	(2.283)	(4.566)
		-	-	-	-	-	-	-	-

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, IPCA, Dólar e Libor 3M e 6M estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 9,25% e 10,50% a.a.; TJLP entre 6,25% e 7,00% a.a.; Dólar entre R\$3,27 e R\$3,57; IPCA entre 3,14% e 5,11% a.a.; Libor 3M entre 1,22% e 1,88% a.a.; e Libor 6M entre 1,29% e 2,03% a.a..

32.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 20 e 21.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Contas a receber (Nota 6), Ativo financeiro indenizável (Nota 16) e Ativos financeiros setoriais (Nota 7). A Companhia e suas controladas, em 30 de junho de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para o Contas a receber, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição. Os Ativos financeiros setoriais serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 33.1.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de junho de 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	30/06/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	3.049	8.741	355			12.145
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			5.058	4.581		9.639
Debêntures			364.690	804.205	35.423	1.204.318
	3.049	8.741	370.103	808.786	35.423	1.226.102
						1.215.822

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado					
	30/06/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	868.390	93.604	199.686			1.161.680
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			6.153	457		6.610
Debêntures		23.639	700.322	2.550.727	67.823	3.342.511
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20.852	41.630	384.923	1.265.309	521.987	2.234.701
Derivativos		417	685		11.882	12.984
Uso do bem público	2.377	6.986	19.987	109.303	167.374	306.027
Ressarcimento por indisponibilidade	41.433	3.767	78.081	36.623		159.904
Passivos financeiros setoriais			218.998	173.438		392.436
	933.052	170.043	1.608.835	4.147.739	757.184	7.616.853
						7.659.840

32.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. O montante de sobrecontratação de energia não repassável para as tarifas dos consumidores nas distribuidoras afetou positivamente o resultado no período em R\$34.435.

A estratégia para contratação de energia das distribuidoras busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 5 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida, ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 30 de junho de 2017 estão apresentados na nota 33.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível com 3 a 5 anos de antecedência, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-5, A-3, A-1, A-0, de fontes alternativas, de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;
- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais ao Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSD's com declaração de sobre.

Adicionalmente, como resultado parcial da Resolução Normativa nº 726/16, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a dedução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a publicação da referida Resolução (junho de 2016), todavia, as distribuidoras do Grupo EDP - Energias do Brasil não possuíam contratos firmados após esta data.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGFs). Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, passou a não mais poder participar do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal. Logo, não mais pôde realizar reduções de volume nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Este tema tem sido tratado pelas distribuidoras no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

32.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 20 e 21. Até 30 de junho de 2017 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 33.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% (válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) e PCH Francisco Gros (Santa Fé)) e 94% (válidos para a UHE Mascarenhas (Energest) e PCHs Jucu, Rio Bonito e São João (EDP PCH)) deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 13.5).

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia e suas controladas utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

32.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Contas a receber (Nota 6), Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica, o instrumento financeiro capaz de expor as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos das controladas, pode-se levar em face a composição de 11,07% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 6.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Em relação às controladas de geração, comercialização e serviços, o risco decorrente da possibilidade das controladas em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e das controladas, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

32.2.5 Processo de investigação de atos ilícitos junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas investidas - São Manoel

Em 2016, no âmbito das investigações realizadas na Eletrobras e em suas investidas (que inclui Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas controladora em conjunto da São Manoel), a Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells para uma investigação independente com o objetivo de apurar a existência de eventuais práticas que afrontem a lei norte-americana anticorrupção, conhecida como Foreign Corrupt Practices Act ou a correspondente Lei Brasileira nº 12.846/13 em empreendimentos no setor elétrico.

Em conexão com as referidas investigações a Eletrobras solicitou à São Manoel, em 5 de novembro de 2015, que a mesma disponibilizasse acesso a seus dados e informações para fazer parte das investigações.

Apesar de não existirem indícios de envolvimento em atos ilícitos pela São Manoel, com o objetivo de atuar em conformidade com os elevados níveis de governança, integridade e transparência implementados na São Manoel nas relações com a Eletrobras e Furnas, a São Manoel autorizou esse acesso ao escritório independente Hogan Lovells em 26 de abril de 2016, assegurando os deveres fiduciários e de diligência da administração da São Manoel.

No dia 8 de outubro de 2016 foi entregue, pelo escritório independente Hogan Lovells, o relatório da investigação relativo à São Manoel com a conclusão de que os contratos de EPC da São Manoel não foram afetados pelos atos ilícitos identificados em outros contratos da Eletrobras e suas investidas.

Em março de 2017, a São Manoel recebeu notificação da Eletrobras para que fosse iniciada uma segunda fase (complementar) no processo de investigação, iniciado em 2016. Em maio de 2017 a São Manoel autorizou a continuação dos trabalhos com término previsto para outubro de 2017.

Até o momento da elaboração destas informações contábeis intermediárias, não há conhecimento de qualquer identificação de envolvimento da São Manoel ou seus representantes com atos ilícitos.

33 Compromissos contratuais e Garantias

33.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2017 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora				
	30/06/2017				31/12/2016
	Julho/2017 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	Julho/2020 a Junho/2022	A partir de Julho 2022	Total
Responsabilidades com locações operacionais	8.476	14.000	9.390		31.866
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	33.599	22.327	3.341		59.267
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	91.405	82.668	32.160	4.522	210.755
	133.480	118.995	44.891	4.522	301.888
					19.699
					60.066
					276.154
					355.919
Consolidado					
	30/06/2017				31/12/2016
	Julho/2017 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	Julho/2020 a Junho/2022	A partir de Julho 2022	Total
Responsabilidades com locações operacionais	54.253	36.204	10.729	3.849	105.035
Obrigações de compra					
Compra de Energia	5.910.740	7.664.024	6.353.248	21.493.783	41.421.795
Encargos de conexão e Transporte de Energia	358.135	911.830	980.609	2.415.712	4.666.286
Materiais e serviços	990.911	1.047.628	215.133	37.884	2.291.556
Prêmio de risco - GSF				21.864	21.864
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	493.199	523.059	181.783	58.384	1.256.425
	7.807.238	10.182.745	7.741.502	24.031.476	49.762.961
					53.291.294

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora				
	30/06/2017				31/12/2016
	Julho/2017 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	Julho/2020 a Junho/2022	A partir de Julho 2022	Total
Responsabilidades com locações operacionais	6.790	12.445	8.947		28.182
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	27.072	19.578	3.114		49.764
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	86.570	95.757	43.934	7.308	233.569
	120.432	127.780	55.995	7.308	311.515
					15.856
					49.005
					319.524
					384.385
Consolidado					
	30/06/2017				31/12/2016
	Julho/2017 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	Julho/2020 a Junho/2022	A partir de Julho 2022	Total
Responsabilidades com locações operacionais	43.545	31.557	10.207	4.459	89.768
Obrigações de compra					
Compra de Energia	5.870.927	8.621.422	7.852.336	42.080.486	64.425.171
Encargos de conexão e Transporte de Energia	340.652	818.336	849.109	3.022.028	5.030.125
Materiais e serviços	797.131	925.641	201.647	42.536	1.966.955
Prêmio de risco - GSF				63.583	63.583
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	440.280	535.478	213.511	97.450	1.286.719
	7.492.535	10.932.434	9.126.810	45.310.542	72.862.321
					171.444.914

33.2

Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado		
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	
Aval de acionista	Seguro de vida	46.721	48.599	315.201	319.495	
	Empréstimos e financiamentos			10.171	15.939	
Depósito Cauçionado	Ações judiciais	222	222	618	618	
	Empréstimos e financiamentos			9.598	20.216	
	Compra de energia			1.736	489	
	Outros			405	405	
Fiança Bancária	Ações judiciais	20.968	12.041	476.091	586.918	
	Compra de energia			34.106	46.058	
	Empréstimos e financiamentos			115.680	128.221	
	Outros	7.618	7.161	13.314	12.875	
Fiança Corporativa	Fornecedor			26.615	2.000	
	Compra de energia			266.111	157.021	
	Empréstimos e financiamentos			504.084	611.327	
	Debêntures			790.581	788.770	
Receíveis	Compra de energia			252.081	252.984	
	Empréstimos e financiamentos			26.773	42.400	
	Outros			30.312	30.102	
Notas Promissórias			1.658.384	1.790.815		
Penhor de Ações			3.094.182	3.094.182		
Penhor de Direitos	Empréstimos e financiamentos			1.134.356	1.191.286	
	Debêntures			353.353	353.471	
Seguro garantia	Ações judiciais	280	274	438.364	142.091	
	Compra de energia			21.319	39.938	
	Outros	56.990	4.661	59.544	6.098	
			132.799	72.958	9.632.979	9.633.719

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



34 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

No 2º trimestre de 2017 a Companhia sagrou-se vencedora de 4 lotes no leilão de linhas de transmissão concluído em maio de 2017 (Nota 4.5). Esses lotes reforçam a presença da Companhia no segmento de Transmissão, diversificando a sua atuação na cadeia de valor do setor elétrico. Consequentemente, a Companhia, a partir do exercício de 2017, passou a avaliar este segmento do negócio de forma segregada, tonando o mesmo um segmento divulgável a partir das informações contábeis intermediárias relativas a 30 de junho de 2017.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

34.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

34.1.1 Demonstração do Resultado

	Período de 6 meses findo em 30 de junho de							
	2017							
	Distribuição	Geração	Comercialização	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	3.068.132	1.338.611	1.217.741	2.391	3.657	20.160	(493.109)	5.157.583
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	(1.930.021)	(218.451)	(1.137.941)				493.109	(2.793.304)
Custo da produção da energia elétrica		(356.050)				(2.310)		(358.360)
Custo de operação	(355.328)	(202.392)	(3.828)			(2.037)		(563.585)
Custo do serviço prestado a terceiros	(268.366)	(19)		(2.351)		(6.005)		(276.741)
Lucro bruto	514.417	561.699	75.972	40	3.657	9.808	-	1.165.593
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(61.146)		(280)			(3)		(61.429)
Despesas gerais e administrativas	(110.933)	(37.410)	(4.781)	(179)	(52.938)	(4.967)		(211.208)
Depreciações e amortizações	(6.787)	(17.226)	(309)		(5.340)	(1.229)	(23.283)	(54.174)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(42.715)	(1.284)	28		(147)	(538)		(44.656)
	(221.581)	(55.920)	(5.342)	(179)	(58.425)	(6.737)	(23.283)	(371.467)
Resultado das participações societárias		(4.847)			336.263		(336.229)	(4.813)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	292.836	500.932	70.630	(139)	281.495	3.071	(359.512)	789.313
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	77.718	41.197	4.163		79.789	231	(19.718)	183.380
Despesas financeiras	(170.173)	(212.793)	(1.080)		(84.888)	(2.748)	19.718	(451.964)
	(92.455)	(171.596)	3.083	-	(5.099)	(2.517)	-	(268.584)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	200.381	329.336	73.713	(139)	276.396	554	(359.512)	520.729
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda e contribuição social correntes	(48.825)	(88.183)	(23.593)		(791)	(772)		(162.164)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.833)	(9.761)	(1.007)		1.152	938	7.917	(17.594)
	(65.658)	(97.944)	(24.600)	-	361	166	7.917	(179.758)
Resultado líquido do período	134.723	231.392	49.113	(139)	276.757	720	(351.595)	340.971
Atribuível aos acionistas controladores	134.723	167.178	49.113	(139)	276.757	720	(351.595)	276.757
Atribuível aos acionistas não controladores		64.214						64.214

	Período de 6 meses findo em 30 de junho de						
	2016						
	Distribuição	Geração	Comercialização	Holding	Serviços	Eliminações	Total
Receitas	2.732.504	1.163.405	767.478	1.742	17.507	(390.408)	4.292.228
Custo da produção e do serviço de energia elétrica							
Custo do serviço de energia elétrica	(1.813.090)	(133.328)	(774.263)			390.576	(2.330.105)
Custo da produção da energia elétrica		(263.057)			(1.315)		(264.372)
Custo de operação	(326.181)	(125.494)	(4.067)		(2.435)	232	(457.945)
Custo do serviço prestado a terceiros	(186.258)	(167)	(82)		(6.400)		(192.907)
Lucro bruto	406.975	641.359	(10.934)	1.742	7.357	400	1.046.899
Despesas e Receitas operacionais							
Despesas com vendas	(69.000)		151		(68)		(68.917)
Despesas gerais e administrativas	(119.328)	(34.763)	(5.177)	(44.325)	(3.559)		(207.152)
Depreciações e amortizações	(5.523)	(17.540)	(147)	(4.341)	(1.260)	(23.292)	(52.103)
Ganho na alienação de investimento				278.139			278.139
Outras Despesas e Receitas operacionais	(35.884)	64.938	9	(4.994)	10	(11.808)	12.271
	(229.735)	12.635	(5.164)	224.479	(4.877)	(35.100)	(37.762)
Resultado das participações societárias		(20.172)		274.731		(274.468)	(19.909)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	177.240	633.822	(16.098)	500.952	2.480	(309.168)	989.228
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	162.977	296.232	5.599	70.981	2.328	(27.342)	510.775
Despesas financeiras	(225.990)	(531.532)	(11.579)	(125.746)	(7.273)	37.059	(868.061)
	(63.013)	(235.300)	(5.980)	(54.765)	(4.945)	9.717	(354.286)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	114.227	398.522	(22.078)	446.187	(2.465)	(299.451)	634.942
Tributos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição social correntes	(288.131)	(88.456)		(47.423)	(2.584)		(426.594)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	258.409	(7.650)	7.412	1.143	95	8.632	268.041
	(29.722)	(96.106)	7.412	(46.280)	(2.489)	8.632	(158.553)
Resultado líquido do período	84.505	302.416	(14.666)	399.907	(4.954)	(290.819)	476.389
Atribuível aos acionistas controladores	84.505	225.934	(14.666)	399.907	(4.954)	(290.819)	399.907
Atribuível aos acionistas não controladores		76.482					76.482

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



34.1.2 Balanço Patrimonial

	30/06/2017							
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	2.001.986	1.296.690	428.117	300	1.302.906	22.767	(442.268)	4.610.498
Ativo não circulante	4.419.105	7.720.721	11.612	2.766	8.249.487	81.008	(5.764.710)	14.719.989
Passivo circulante	2.141.747	1.059.592	292.026	153	686.984	28.198	(442.696)	3.766.004
Passivo não circulante	2.406.109	2.908.666	595	461	1.074.105	27.254	(134.154)	6.283.036
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.873.235	5.049.153	147.108	2.452	7.791.304	48.323	(5.630.128)	9.281.447

	31/12/2016						
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	2.070.155	1.159.847	328.341	1.382.630	25.076	(302.304)	4.663.745
Ativo não circulante	4.274.837	7.855.416	17.595	7.971.419	70.450	(5.609.636)	14.580.081
Passivo circulante	2.111.591	1.116.210	242.843	772.337	34.906	(302.282)	3.975.605
Passivo não circulante	2.279.579	3.024.929	5.098	1.058.406	26.617	(111.466)	6.283.163
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.953.822	4.874.124	97.995	7.523.306	34.003	(5.498.192)	8.985.058

35 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Constituição de dividendos e JSCP a receber	227.183	12.880		
Constituição de dividendos e JSCP a pagar			25.768	14.575
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado e intangível			4.013	1.341
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível			79	8.354
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC	64.600	26.500	64.600	26.500
Total	291.783	39.380	94.460	50.770

36 Eventos Subsequentes

36.1 Ministério de Minas e Energia – MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor. As referidas consultas públicas receberão contribuições até os dias 2 e 4 de agosto, respectivamente.

36.2 Dividendos recebidos de controladas

Determinadas controladas deliberaram dividendos, devidamente recebidos pela Companhia, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	Data da deliberação	Valor deliberado	Valor referente à Companhia	Data do recebimento
Enerpeixe	05/07/2017	55.000	33.000	06/07/2017
Energest	11/07/2017	30.000	30.000	18/07/2017
EDP Comercializadora	11/07/2017	27.200	27.200	18/07/2017
Santa Fé	17/07/2017	18.544	18.544	18/07/2017
Total		130.744	108.744	

36.3 Emissão de notas promissórias - EDP São Paulo

Em 19 de julho de 2017, a EDP São Paulo emitiu notas promissórias no valor de R\$130.000, com prazo de 2 anos, amortização do principal e pagamento de juros no vencimento. A taxa de juros é de 107,50% do CDI, reflexo da excelente qualidade de crédito da EDP São Paulo.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia
Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Vice-Presidente

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves
Conselheiro

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Conselheiro

Modesto Souza Barros Carvalhosa
Conselheiro

Pedro Sampaio Malan
Conselheiro

Francisco Carlos Coutinho Pitella
Conselheiro

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Diretor Presidente e de Relação com
Investidores

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

Diretor Vice-Presidente de Finanças

Michel Nunes Itkes

Diretor Vice-Presidente de Redes

Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor Vice-Presidente de Geração e
Comercialização

Carlos Emanuel Baptista Andrade

Diretor Vice-Presidente de Estratégia e
Desenvolvimento de Negócios

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de
Ativos

Laercio Gomes Proença Junior

Contador - CRC 1SP216218/O-6

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um comitê de caráter permanente, responsável por acompanhar e avaliar as atividades de Auditoria externa e interna, monitorar os riscos de negócios da Companhia, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações, bem como assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas.

Adicionalmente, os membros do Comitê de Auditoria reúnem-se trimestralmente para: i) revisão e aprovação das contas trimestrais e anuais; ii) análise das atividades da Auditoria Interna e do Auditor Externo; iii) avaliam as suas atividades, os resultados e conclusões alcançados, as recomendações feitas, e quaisquer situações nas quais exista divergência significativa, em reunião privada com o Auditor externo.

Como resultado dessas reuniões, o Comitê de Auditoria entende que as análises realizadas estão adequadas à dimensão da Companhia, que os resultados não evidenciam riscos materiais, e que o relacionamento da Companhia com o Auditor externo se reveste de total transparência e integridade, necessária para a conclusão adequada dos trabalhos.

Com base no exposto, os membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitiram parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia e de suas controladas referentes ao período findo em 30 de junho de 2017, considerando que retratam fielmente a situação econômica-financeira da Companhia e de suas empresas controladas.

Capital social

O Capital social da Companhia em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$4.682.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 606.850.394 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

Acionista	30/06/2017		31/12/2016		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	168.185.223	27,71	168.185.223	27,71	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	23,50	142.584.671	23,50	Sim
Conselheiros e Diretores	28.042		28.042		
Ações em tesouraria (2)	713.223	0,12	757.336	0,12	
Ações em circulação	295.339.235	48,67	295.295.122	48,67	
Total	606.850.394	100,00	606.850.394	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

Reservas

	30/06/2017	31/12/2016
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.892	60.649
Opções de ações outorgadas	859	189
Outras reservas de capital	38.504	39.310
	<u>135.606</u>	<u>135.499</u>
Reservas de lucros		
Legal	329.264	329.264
Retenção de lucros	2.736.596	2.736.596
	<u>3.065.860</u>	<u>3.065.860</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

EDP - Energias do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EDP - Energias do Brasil S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2017 não houve a instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

=====

Parecer do Comitê de Auditoria

Nós, membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitimos parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia e de suas controladas referentes ao período findo em 30 de junho de 2017.
São Paulo, 20 de julho de 2017.

NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES

Membro do Comitê de Auditoria

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declaram que, em 20 de julho de 2017, reviram, discutiram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2017.

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS

Diretor Presidente e Relações com Investidores

MICHEL NUNES ITKES

Diretor Vice-Presidente de Redes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Vice-Presidente de Geração e Comercialização

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE

Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE

Diretor Vice-Presidente de Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declaram que, em 20 de julho de 2017, reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS

Diretor Presidente e Relações com Investidores

MICHEL NUNES ITKES

Diretor Vice-Presidente de Redes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Vice-Presidente de Geração e Comercialização

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE

Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE

Diretor Vice-Presidente de Finanças